



COMUNICAÇÃO E PLURALIDADE

Livia Fernanda Nery da Silva
Rannyelle Andrade da Silva
Organizadoras

COMUNICAÇÃO E PLURALIDADE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitora
Nadir do Nascimento Nogueira

Vice-Reitor
Edmilson Miranda de Moura

Superintendente de Comunicação Social
Jacqueline Lima Dourado



CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

Diretor
Ildemir Ferreira dos Santos

Vice-Diretor
Leomá Albuquerque Matos

Coordenadora do Setor de
Produção de Material Didático
Maria do Socorro de Andrade Oliveira

Supervisora do Setor de
Produção de Material Didático
Mariana Barros Pereira

Projeto Gráfico e Diagramação
Erik Fernando da Silva Ivanov

Revisão
Maira Danuse Santos de Oliveira
Elizandra Dias Brandão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Comunicação e pluralidade [livro eletrônico] /
organização Livia Fernanda Nery da Silva,
Rannyle Andrade da Silva organizadoras. --
Teresina, PI : Editora CEAD, 2026.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-83673-26-8

1. Educação 2. Comunicação 3. Escuta 4. Gênero
5. Mídia 6. Política 7. Pluralidade dos mundos
8. Representação I. Silva, Livia Fernanda Nery da.
II. Silva, Rannyle Andrade da.

25-279492

CDD-302.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunicação 302.2

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

- 4** APRESENTAÇÃO
- 7** CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR SOCIAL, POLÍTICO E MIDIÁTICO
Jordania dos Santos Silva
- 23** EXU É (NA) COMUNICAÇÃO E CANAL PARA PENSAR MASCULINIDADES NEGRAS HOMOAFETIVAS
Geovane Pereira da Silva
- 37** *FAKE NEWS* E RECIRCULAÇÃO: A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O “PL DAS *FAKE NEWS*” NO *INSTAGRAM* SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA
Thiago Henrique de Jesus Silva
- 54** IDENTIDADE E NEGRITUDE NO CURRÍCULO DO MARANHÃO
Jesica Carvalho Sales
Iveuta de Abreu Lopes
- 66** O AMOR ROMÂNTICO E MATERNO EM TERRA EM TRANSE
Sandra Morgana Soares Carvalho
Gustavo Silvano Batista
- 81** OS DISCURSOS DOS PROGRAMAS PROFISSÃO REPÓRTER E CONEXÃO REPÓRTER SOBRE O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO
Pedro Júlio Santos de Oliveira
Thalyta Cristine Arrais



APRESENTAÇÃO

Há um tempo em que as palavras se multiplicam, atravessam fronteiras invisíveis e disputam, entre si, o direito de nomear o mundo. É nesse tempo — o nosso tempo — que a obra **Comunicação e Pluralidade** se inscreve como gesto de escuta e de inquietação, como um convite a pensar sobre os sentidos que nos atravessam e as narrativas que nos constituem.

Organizado por Livia Fernanda Nery da Silva e Rannyelle Andrade da Silva, o livro distancia-se das margens estreitas que reduzem a comunicação à simples transmissão de informação. Aqui, comunicar é edificar mundos, é tensionar o visível, é habitar o entre — esse espaço liminar onde símbolos se erguem, subjetividades se formam e disputas silenciosas (ou ruidosas) ganham corpo. A própria materialidade da obra, marcada por balões de fala que evocam vozes em coexistência, já anuncia: não há centro único, não há voz soberana — o que reside são encontros, fricções e diálogos.

Os textos que compõem esta coletânea percorrem territórios sensíveis da contemporaneidade: gênero, identidade, mídia, discursos e modos de significar. Em cada página, revela-se que comunicar não é apenas dizer, mas disputar, resistir ou afirmar. As narrativas analisadas — sejam elas midiáticas, sociais ou digitais — expõem as tramas de poder que sustentam o que pode ser dito, visto e reconhecido. Simultaneamente, abrem frestas por onde emergem outras vozes, outros sentidos, outras possibilidades de existir.

Sustentada por uma tessitura teórica consistente, a obra dialoga com diferentes tradições de pensamento para afirmar a comunicação como um espaço de mediação viva entre sujeito e sociedade. Nela, os discursos são forças que moldam, desafiam e reinventam o real. Cada capítulo é, assim, uma travessia — um modo de olhar que desloca certezas e amplia horizontes.



Mais do que uma reunião de pesquisas, **Comunicação e Pluralidade** é um conjunto de vozes que não apenas fala sobre a pluralidade, mas a encarna, a performa, a faz existir. Em sua diversidade, a obra nos lembra que o mundo não se sustenta em uma única narrativa, mas em múltiplas histórias que coexistem, se chocam e se transformam.

Ler este livro é, portanto, aceitar o convite ao deslocamento. É reconhecer que, em tempos de ruído, polarização ou desinformação, pensar a pluralidade é também um ato de resistência. Um gesto ético. Uma forma de manter abertas as possibilidades do comum.

Marta Maria Azevedo Queiroz (2026)



CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE: UM OLHAR SOCIAL, POLÍTICO E MIDIÁTICO¹

Jordania dos Santos Silva²

RESUMO

Os estudos sobre a construção e a representação de gênero, ao longo da construção social, ganham força ao buscar combater a desigualdade existente nas relações de gênero. Essa discussão vem sempre carregada de ideias associadas à inferioridade da mulher nas mais diversas áreas e nos campos de atuação social. Nesse contexto, a mídia desenvolve um papel significativo no processo de construir uma imagem do sujeito, por meio de seus discursos e de suas produções midiáticas em múltiplos campos, e pode interferir de forma positiva ou negativa na imagem social do indivíduo. Os comportamentos solidificam a posição do sujeito nos grupos sociais de que participa, construindo conceitos sobre áreas como corpo, gênero, sexualidade e, por meio dessas definições, constituem diferentes identidades ao longo das discussões, de modo que se comunga das ideias de Fischer (2001), John Scott (2010), Nogueira (2008) e Wood (2003), entre outros autores que discutem a temática, visando a aclarar a subjetividade que surge nos acordos coletivos e cotidianos dos sujeitos em sua construção identitária. Esse enfoque permite que novas construções sociais e midiáticas sejam relevantes na sociedade, e que as relações de gênero sejam discutidas de forma igualitária e sem prejuízo para o sujeito envolvido, ou seja, vislumbradas de modo que as perplexidades e as diferenças do cenário atual sejam entendidas como fatores inerentes à nova era.

Palavras-chave: representação; gênero; contemporaneidade; política; mídia.

1 Recorte da dissertação do Mestrado em Comunicação - Universidade Federal do Piauí - UFPI. Prof. Orientador - Dr. Francisco Laerte Juvêncio Magalhães. E-mail: flaerte@msn.com

2 Jordania dos Santos Silva. Mestre em Comunicação pela UFPI. E-mail: silvasjordania@gmail.com

INTRODUÇÃO

A abordagem acerca da construção e da representação do gênero na contemporaneidade leva a diversos conceitos de gênero na representação social. Essa construção sociológica é relativamente importante, pois evidencia a necessidade de diferenciar o sexo biológico e sua apresentação em papéis sociais e atitudes de comportamento entre homens e mulheres.

Nesse cenário, os grupos sociais, e em especial os movimentos feministas, têm discutido com bastante ênfase essa temática e, por meio desses debates, emergem inúmeras interpretações para compreender e analisar muitos comportamentos sociais. Tais comportamentos solidificam a posição do sujeito nos grupos sociais de que participa, construindo conceitos sobre áreas como corpo, gênero, sexualidade, por meio dos quais constituem diferentes identidades ao longo das discussões.

Nos estudos sobre gênero, o corpo é caracterizado como um elemento identitário que, segundo Foucault (1987, p. 29), “está inserido em um campo de poder que determina proibições e obrigações constantes”. Nesse campo, os comportamentos determinam gestos e atitudes, e delimitam ou promovem ações e práticas sociais. Todos os comportamentos são mecanismos de construção do corpo em um campo político de utilidade que o caracteriza. Por sua vez, o corpo é estruturado por diversos comportamentos socialmente aceitáveis, em que sua atividade é direcionada para sua utilidade e satisfação. Dessa forma, é projetado para a realização e expectativas que mais se adequam a cada gênero.

GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE

Os estudos sobre as relações de gênero, ao longo do tempo, têm ganhado força, ao buscar combater a desigualdade. Essa discussão vem sempre carregada de ideias associadas à inferioridade da mulher nas mais diversas áreas. Nesse contexto, a mídia desenvolve um papel significativo porque, por meio de seus discursos, sugere formas de comportamentos às pessoas. No caso dos jornais, quando trazem matérias sobre o gênero feminino, em especial matérias de política, buscam uma maneira de representar a mulher nesse espaço que ainda é de dominação do gênero masculino.

Segundo Fischer (2001, p. 590), “a mídia é um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de sentidos, que operam na formação de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças”.

Considerando esse prisma, pode-se afirmar que a mídia exerce um papel de contribuição na formação dos sujeitos sociais, evidenciando sua função de transmitir informações ao noticiar como os discursos sobre gênero produzem as representações do gênero feminino.

Para John Scott (2010, p. 90), a definição de gênero “refere-se aos comportamentos que definem os indivíduos como machos ou fêmeas em contextos sociais e culturais particulares”.

O referido autor fala de uma construção social que diferencia homens e mulheres nas várias formas de se apresentar, de modo que suas atitudes e seu comportamento revelam ações que caracterizam o gênero socialmente. Esse é construído por meio de discursos que se atravessam diante da necessidade que o sujeito tem de se manifestar diante das práticas sociais, políticas,

culturais e religiosas. Tais práticas possuem características que as diferenciam dentro do cenário de acontecimentos.

As representações de homens e mulheres são identificadas em face de comportamentos, atitudes, movimentos corporais, fala e lugares determinados a cada sujeito, tornando natural o sentido do masculino e do feminino, criando diversas normas e expectativas sociais.

Diante desses sentidos construídos, associados ao sexo, ao corpo e à sexualidade, edifica-se uma visão múltipla e fixa para as identidades de gênero. É importante que as representações de gênero se transformem em práticas discursivas direcionadas aos processos socioeducativos e que as noções mais preponderantes sobre “feminino” e “masculino” possam variar segundo o movimento histórico e cultural existente.

O comportamento masculino é caracterizado por uma cultura que exige uma postura firme e rígida, mostrando sempre um ar superior sobre o feminino, não sendo permitido mostrar sequer um comportamento frágil que o compare ao feminino. Aliás, as construções dessas ideias que apresentam a mulher como sujeito frágil são discutidas por diversos autores.

Os diversos estudos sobre gênero trazem a feminilidade como uma estrutura sociocultural, construída com base na diferenciação das atitudes masculinas, como afirma Nogueira (2008):

o conhecimento relativo ao gênero poderá permitir uma maior flexibilidade quanto às desigualdades nesse domínio e atuar no sentido de as (des)caracterizar, isto é, poderá permitir perceber como o que é considerado feminino ou masculino representa uma construção social (Nogueira; Saavedra; Costa, 2008, p. 61).

Geralmente, a ênfase apresentada sobre o estudo de gênero não é clara, mas não deixa de ser uma estrutura que garante a organização, o poder de igualdade e de desigualdade, com as percepções generalizadas das relações discursivas sobre o masculino e feminino entendidas de maneira natural.

Tendo em vista as definições estabelecidas, percebe-se que as diferenças de gênero, direcionadas para a maneira como elas são socialmente construídas, fazem parte dos interesses e dos processos sociais que representam a dominação e a exclusão, ou seja, esses interesses são mecanismos presentes nas relações de poder que permeiam o conjunto das interações sociais.

Ainda sobre essa diferença, Scott (1990) afirma que o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [e como] um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p. 14).

Sobre a sexualidade, Louro (2001, 2003, p. 11) assim se posiciona: “é a forma cultural e historicamente modelada pela qual vivemos nossos desejos e prazeres corporais, enquanto o gênero é a diferenciação social entre homens e mulheres”.

Assim, o sujeito busca identificar-se social e historicamente como sujeito e, dessa forma, constrói suas identidades de gênero. As mudanças existentes nos modos de ser, pensar e agir do indivíduo estão diretamente ligadas à construção identitária, considerando a classe, a raça e a religião de cada indivíduo. Dessa maneira, as identidades estarão sempre se constituindo e produzindo socialmente suas transformações.

Ainda na esteira desse pensamento, Louro (2003, p.11) afirma que

[...] falar em sexualidade humana, tal como falar em gênero, remete a uma gama de significações históricas, culturais e sociais que envolvem os processos de constituição das identidades: a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções.

É possível perceber que o significado que envolve gênero e sexualidade perpassa os limites impostos por uma sociedade tradicional que detém como referências identitárias gerações anteriores, as quais faziam o que lhes fosse imposto pelos sujeitos que, em posse do poder, determinavam o que era certo ou errado.

O MOVIMENTO FEMINISTA E AS LUTAS CONTRA A DESIGUALDADE DE GÊNERO

As discussões sobre a desigualdade de gênero e as lutas das mulheres para se colocarem em situação de igualdade social com o homem vêm crescendo constantemente na sociedade. Nesse cenário, acompanham-se algumas interlocuções entre os movimentos feministas que, como sujeitos coletivos, atuam e participam de organizações sociais que estão diretamente ligadas a movimentos que contribuem nos sentido de favorecer e fortalecer esses interesses.

Entre essas organizações, destacam-se os sindicatos, as classes de trabalhadoras por meio de cooperativas, os partidos políticos, entre outros grupos. Diante das inúmeras discussões e das teorias abordadas acerca dessa temática, busca-se discutir e aprofundar esse movimento que possui conquistas e desafios a serem vencidos em nome de uma igualdade social.

No século XVIII, foram criados vários movimentos como “associações de mulheres revolucionárias” que, naquele período, conquistaram alguns direitos, como “declarações a respeito da importância da mulher como agente de mudanças e como vanguarda da revolução”, “a instauração do casamento civil” e “a legalização do divórcio, em 1792.” (Toscano; Goldenberg, 1992, p. 18-20). Em 1944, após muitas lutas, as mulheres conquistaram também o direito ao voto. Tais acontecimentos fortaleceram a estrutura do movimento feminista ao longo do século XIX.

Já no século XX, o movimento de mulheres concentrou suas lutas no direito ao voto feminino, e para fortalecer suas ações, buscaram apoio de grupos já estruturados, como a “União Social e Política das Mulheres”. A partir desse apoio, as mulheres utilizaram inúmeras estratégias de luta, tais como “passeatas, choques com a polícia, prisões e até mesmo mortes durante os confrontos, que ocorriam paralelamente a um intenso trabalho junto ao parlamento” (Toscano; Goldenberg, 1992, p. 20).

O Dia Internacional da Mulher - marco que teve grande repercussão na história do movimento feminista no mundo - é lembrado por movimentos de mulheres até hoje. Nessa direção, o dia 8 de março³ é marcado por comemorações e por protestos em quase todos os países. Nessa data, são relembradas as situações enfrentadas por muitas mulheres que sofreram opressões por uma classe masculina ainda dominante.

3 Na década de 1970, o movimento feminista no Brasil ganhou forças, aliado às comemorações do ano internacional da mulher, 1975. Foi nesse ano que a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o dia 8 de março como dia internacional da mulher. SANTOS, Silvana Mara; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços.

Na Europa, em 1917, houve grandes mudanças com a implantação do Regime Socialista. Por conseguinte, surgiu a inserção da teoria “reformista”, que tinha por objetivo transformar as estruturas de poder, as relações produtivas, como também mudar a situação da mulher naquele cenário. Com a implantação dessa teoria, o movimento feminista, três anos depois, apresentou duas linhas: o sufrágio, caracterizado pela luta em favor do voto feminino, e o socialismo, que levou a sociedade a uma transformação radical.

No entanto, na América Latina, o movimento feminista atuou fortemente em um cenário mais conflitante de contestação aos governos militares, cuja características eram o autoritarismo e a repressividade.

AS MANIFESTAÇÕES DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

No Brasil, o movimento feminista também expressou uma vasta diversidade de manifestações, a exemplo daquelas que reivindicavam o direito ao voto. Mas somente em 1970 é que esse movimento ganhou forças no País. O cenário de resistência ao Regime Militar, envolvendo o processo de reabertura política, deu origem a uma série de conquistas e mudanças no que diz respeito à representação da mulher nesse cenário.

As lutas por igualdade fizeram surgir - oriundas desses movimentos - mulheres que não se intimidavam com as ameaças impostas pela classe dominante. Nesse contexto, o movimento feminista passou a criar estratégias em relação ao Estado, pois as mulheres já detinham o direito ao voto, e passaram a ser alvo de grandes interesses de partidos políticos, passando a ter seus interesses discutidos no âmbito das políticas públicas.

Nessa conjuntura, o movimento ganhou maior visibilidade e autonomia, fortalecendo ainda mais as duas tendências defendidas pelo grupo: a atuação pública das mulheres; e a construção de subjetividades e de relações interpessoais construídas por meio de objetivos comuns.

Sobre essas duas tendências, Sarti (2004, p. 41) afirma que a primeira estava “mais voltada para a atuação pública das mulheres, investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos”, enquanto a segunda, voltada para discussões acerca de “com o terreno fluído da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado”.

Nesse prisma, considera-se a separação dessas tendências desnecessária, pois se concebe que as desigualdades em relação às mulheres atravessam o campo das relações nos ambientes públicos e privados. Por essa razão, a separação dessas lutas por direitos fundamentais para a classe feminista acabou criando uma ruptura diante das decisões sociais e históricas que interferem nas condições de vida na sociedade.

Estudar a relação social e a desigualdade de gênero em sua abrangência é observar as determinações que incorrem nas individualidades das lutas dos movimentos feministas, demonstrando um conjunto de meios que proporcionam o conhecimento desses fenômenos e de suas construções ao longo da história.

Ainda em 1980, foram criadas as primeiras Delegacias de Polícia Especializadas em Atendimento à Mulher, com uma estrutura humana formada apenas por mulheres. Entre outras ações para chamar a atenção da classe feminina para situações específicas que as envolviam,

destaca-se a campanha por uma Constituinte livre e soberana, quando muitas mulheres estavam dispostas a lutar por seus direitos.

Em 1990, esse movimento era considerado assunto da memória e da história no Brasil, pois o País, naquele período, assistia à implantação e à intensificação das políticas neoliberais que tiveram início com a gestão do governo Collor de Melo, em 1991, e em 1994 foram retomadas com toda força na eleição de Fernando Henrique Cardoso, quando foram aprofundadas as mudanças nas ações do Estado para caracterizar projetos de contrarreformas.

Naquele momento, foi exigido do movimento feminista o desenvolvimento de ações que cobrassem do governo a criação e a efetivação de políticas públicas que garantissem os direitos das mulheres. Assim, inúmeras mulheres que faziam parte das antigas militâncias tornaram-se profissionais que defendiam interesses e causas em prol dos movimentos sociais femininos, e por conseguinte, passaram a participar de Organizações Não Governamentais (ONGs) exercendo variados cargos e funções.

Além das atividades nas ONGs, as mulheres passaram a exercer funções também nas universidades e nos centros de pesquisa, assim como em setores dos serviços públicos, como educação, saúde e justiça. Outras buscaram ocupar cargos eletivos na área política, tornando-se profissionais da política.

As discussões sobre gênero ou sobre construção social das diferenças entre os sexos, nesse contexto, foram ganhando novos rumos, sendo agregadas por uma nova geração de militantes jovens que se organizaram e entraram no movimento. Não se pode, entretanto, deixar de enfatizar o movimento das mulheres do campo, que em 1990, deixaram suas marcas feministas no movimento como Movimento dos Sem-Terra (MST), no qual jovens agricultoras se engajaram nas lutas agrárias e, aos poucos, foram incorporando nesse movimento questões sociais, como educação discriminatória, violência, controle da reprodução, entre outros temas que exigiam maior atenção.

Após 1994, o movimento conhecido como Movimento da Articulação de Mulheres Brasileiras fez centenas de cidadãs se envolverem na construção de um documento para a IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, que aconteceu em 1995, em Pequim.

Paralelo a esse evento, diferentes grupos mobilizaram-se em vários outros eventos pela causa das mulheres em todo o País. De acordo com alguns relatos, nesse período, os movimentos tiveram a participação, em sua maioria, de mulheres com menos de 35 anos, ou seja, jovens militantes que demonstravam uma profunda consciência da problemática de gênero. Assim, mulheres sensíveis às questões de identidade racial (negras) e sexual (lésbicas) uniram-se e organizaram-se para combater essa problemática, mas não se consideravam feministas nem militantes de um movimento feminista, apenas defendiam a causa.

Nos anos 2000, o movimento feminista já mostrava os resultados positivos das lutas empreendidas em prol da classe feminina. No governo do presidente Lula, em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM), para dar apoio às reivindicações do movimento, trazendo questões pautadas nas histórias de lutas das mulheres em todo o País, cunhando um novo cenário para a história do Brasil no que se refere à criação, à coordenação e à articulação de políticas que desenvolvessem a igualdade entre mulheres e homens.

Em 2004, o governo federal deu um grande passo para promoção dessas mudanças, quando da realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM). Esse evento foi um marco para a afirmação dos direitos da mulher no Brasil, constituído por cerca de 120 mil mulheres participantes fazendo parte dos debates e apresentando propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que logo foi colocado em prática.

Com esse plano, o presidente Lula colocava em prática seu compromisso com a população, ao afirmar que é papel do Estado enfrentar as desigualdades existentes na sociedade entre homens e mulheres, e que esse combate seria feito por meio de ações e de implantações de políticas públicas que combatessem essas e outras desigualdades sociais.

O governo Lula desenvolveu programas e ações voltadas à mudança de vida de milhares de brasileiras. A SEPM teve, nesse governo, o papel de atuar sobre o estímulo aos diferentes órgãos do governo no sentido de refletirem sobre os impactos de suas políticas e de suas ações na vida de homens e mulheres.

Em agosto de 2006, foi promulgada a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que coíbe a violência contra a mulher. A Lei foi nomeada em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, brasileira que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso. Ela foi vítima de vários tipos de violência, e mesmo tendo denunciado, essa ocorrência só foi apresentada ao Ministério Público Estadual no ano seguinte, e o primeiro julgamento só aconteceu oito anos após os crimes.

Após quinze anos de luta e pressões internacionais, a justiça brasileira ainda não havia resolvido o caso, nem se justificou pela demora em sua solução. Somente com a ajuda de ONGs, Maria da Penha conseguiu encaminhar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica.

Por sinal, essa comissão condenou o Brasil por negligência e omissão em relação a esse tipo de violência. Como punição, foi recomendada a criação de uma legislação adequada a esse tipo de crime, o que até o momento não existia no combate à violência contra a mulher. Esse foi o primeiro passo para a criação da Lei Maria da Penha.

No caminho para a construção dessa Lei, um conjunto de entidades organizou-se para definir um anteprojeto de lei, deliberando sobre formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres e estabelecendo mecanismos para a prevenção e a redução dessa agressão, como também para a prestação de maior assistência às vítimas.

Porém, somente em setembro de 2006, a Lei de proteção às mulheres entrou em vigor, deixando a violência contra a mulher de ser considerada como de menor potencial ofensivo. A Lei também extinguiu a ideia de os condenados pagarem suas penas somente com doações de cestas básicas ou multas.

Na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2007, foi construído o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM, 2008), que assim como o primeiro, tinha por objetivo defender os direitos das mulheres em todo o País, representando as classes de mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras.

No Brasil, em 2010, foi eleita a primeira mulher presidenta do País. A eleição de Dilma Rousseff, no dia 31 de outubro, foi um marco, pois pela primeira vez na história do País, uma mulher foi eleita para ocupar o cargo mais alto da nação.

A presidenta convidou nove mulheres para assumirem os ministérios do País, e uma nova história política brasileira começou a ser escrita. A presidência do Brasil foi o primeiro cargo público obtido em disputa eleitoral por Dilma Rousseff. Antes disso, ela ocupou secretarias no governo municipal de Porto Alegre, no governo do Rio Grande do Sul, no Ministério de Minas e Energia e na Casa Civil da Presidência da República, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Dilma Rousseff trazia em sua história uma trajetória de lutas e de conquistas que fizeram dela uma mulher forte e resistente para vencer os desafios de uma sociedade ainda discriminatória em relação à representação feminina.

Em 2011, a Marcha das Vadias⁴ chegou ao Brasil. O movimento feminista conhecido internacionalmente foi marcado por manifestações e pela luta das mulheres por mais direitos, por respeito e contra o feminicídio, e suas primeiras manifestações aconteceram na cidade de São Paulo.

Por cúmulo, esse primeiro momento foi o estopim para diversos protestos organizados que aconteceriam nos anos seguintes em quase todo o País. Em 2012, mais de 20 cidades organizaram a primeira Marcha Nacional das Vadias. Apesar da polêmica do nome, o movimento ganhou força, pois as mulheres refletiram sobre os usos e o poder da palavra vadia. Há muito tempo, os homens têm usado o referido termo para justificar diferentes tipos de agressão contra as mulheres.

Em 2015, um ganho para o País foi a aprovação da Lei do Feminicídio, no dia 9 de março. A Lei nº 13.104, finalmente, classificou essa conduta como crime. Vale ressaltar que três anos após a criação da Lei, o número de casos de mulheres mortas no Brasil cresceu, e as negras ainda são as maiores vítimas.

Entretanto, é inegável que a Lei do Feminicídio representa uma grande conquista das mulheres e para as mulheres na busca por direitos. Mesmo com a aplicação dessa Lei, o número de homicídios ainda é alarmante, pois a cada duas horas, morrem mulheres que são violentadas e agredidas pelos homens.

Em 2018, pessoas transexuais ou transgêneros conquistaram o direito de alterar seus nomes sem muita burocracia, bastando para isso dirigirem-se a um cartório, sem a necessidade de comprovação. Essa foi uma decisão aprovada em 1 de março de 2018, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Todas essas conquistas aconteceram em um contexto de contrarreforma e de regressão dos direitos do trabalho, ou seja, tais ações trouxeram implicações no processo de efetivação dos direitos conquistados legalmente, por meio de lutas diárias. Diante desses fatos, as relações cotidianas são atravessadas e determinadas pela sociabilidade do capitalismo, de seus interesses e de sua maneira dominante de se apropriar das reivindicações dos sujeitos coletivos, representados por movimentos e por grupos sociais.

4 Consoante Mambrini (2011), em janeiro de 2011, em decorrência de vários casos de abusos sexuais contra mulheres, na Universidade de Toronto, no Canadá, o policial Michael Sanguinetti realizou uma palestra sobre prevenção a esse crime. Em sua fala, o policial disse às mulheres que “evitassem se vestir como vadias (sluts, em inglês), para não serem vítimas”. O descontentamento de várias mulheres foi imediato, pois para elas, a afirmação retratou uma visão distorcida a respeito da condição feminina. Assim, em abril de 2011, mulheres de Toronto realizaram uma manifestação de rua, denominada SlutWalk, traduzida por Marcha das Vadias no Brasil.

No que tange o campo das relações de gênero, “há uma combinação paradoxal de indiferença estrutural em relação a essa desigualdade extraeconômica [...], e uma espécie de oportunismo sistemático que permite ao capitalismo aproveitar-se dela” (Wood, 2003, p. 231).

Isso leva a compreender que as lutas contra a opressão de gênero podem não apresentar “um perigo fatal para o capitalismo”, mas correm o risco tanto de obter conquistas apenas nos seus campos específicos, voltados para ações individuais, como o de nem avançar nessas conquistas, “caso se mantenham isoladas da luta anticapitalista” (Wood, 2003, p. 232).

Tendo isso em vista, denota-se o caráter contraditório inerente à atuação do movimento feminista no contexto social que, ao destacar a importância e a necessidade da organização desse sujeito político, também afirma que reconhece a necessidade histórica das lutas mais extensas. Essas caracterizam-se pela construção de uma nova ordem societária cujas bases devem estar fundadas no respeito à diversidade, no exercício da liberdade e na eliminação do preconceito e do sistema de dominação-exploração existente.

Nessa conjuntura, o grande desafio para os sujeitos coletivos, sob a perspectiva da ampliação de suas lutas, é a unificação delas, considerando suas agendas particulares, mas entendendo que todos os oprimidos e explorados vivenciam um contexto geral de negação de direitos.

REPRESENTAÇÃO FEMININA E CONSTRUÇÃO SOCIAL

A construção social da identidade feminina, nesse século, tem levado à construção de subjetividades inerentes à representação no cenário social, em que as noções sobre essa identidade passam por alterações constantes, ou seja, não são fixas e permanentes.

Esse aspecto provoca o surgimento de uma vasta rede de sentidos produzidos, simultaneamente, pelo meio que o cerca e pelos discursos produzidos nesses cenários, os quais têm o papel de construir a identidade do sujeito. Por sinal, os diferentes discursos, proferidos sob diferentes ordens, são responsáveis pelas mudanças do indivíduo, constituindo, assim, a identidade feminina.

Aliás, tais discursos são atravessados por contextos histórico-sociais específicos, carregados de experiências e de particularidades vivenciadas em cada momento de luta e de conquista, e permitem, por meio dessas experimentações, a construção social de identidades subjetivas.

Os comportamentos em cada época e o modo de ser do sujeito sofrem influências do contexto social em que ele se encontra, repercutindo em suas ações e em seus comportamentos. Ao voltar o olhar para história e para as relações estabelecidas pelos sujeitos, é possível identificar períodos que marcaram de forma expressiva a construção da identidade: a Idade Média, por exemplo, foi marcada pela valorização espiritual do ser humano; o Renascimento, pela descoberta dos valores humanos e pela construção do respeito nas relações; o Iluminismo, pela crescente atenção voltada à atividade intelectual do indivíduo.

Isso posto, atina-se que o sujeito se constrói a cada contexto social existente, por meio dos quais são agregadas em sua construção tendências específicas do conhecimento e comportamentos. Com efeito, o ser humano é estimulado ou influenciado pelo meio e pelas relações que estabelece com o outro, e nessas relações, constrói identidades e valores específicos a cada momento.

Tendo isso em vista, Giddens (2002) declara que a pós-modernidade tornou o sujeito passível de fragmentação e de dispersão, sendo a subjetividade reduzida a um valor instrumental. Nessa perspectiva, considerando nesse cenário o desenvolvimento tecnológico, os sujeitos pós-modernos têm um contato maior com as máquinas e, devido a isso, são construídos ambientes de interação em que os sujeitos de um mundo real passam a interagir em um ambiente virtual, tornando as relações físicas cada vez mais vazias.

No que diz respeito às discussões sobre o papel do sujeito na construção da identidade feminina, importa salientar que é por meio da diferença e da negociação da identidade que o sujeito é definido. Assim, pode-se dizer que identidade e a diferença fazem parte dos dilemas discutidos nas relações sociais.

Por essa razão, é possível afirmar que a identidade social da mulher é resultado de diferenças sociais. A propósito, Woodward (1997, p. 1) ratifica que os termos *identidade* e *diferença* são palavras de ordem na discussão sobre a construção da identidade.

Nesse sentido, concebe-se que a heterogeneidade textual é o ambiente de negociação e de contradições textuais e que, por meio dos textos, são construídos lugares de lutas sociais, como afirma Fairclough (1997, p. 298):

heterogeneidade textual é a presença e trabalha através das contradições. Identidade, relações sociais e conhecimento estão textualmente enlaçados. O mundo, os sujeitos sociais, as relações sujeito/sujeito e as relações mundo/sujeito são todos construídos nos textos em modos contraditórios. Heterogeneidade textual é também, entretanto, a presença e, trabalhando através dos dilemas modo de experiência e reação, tenta mover-se além dessas contradições. Textos são lugares para a luta social.

Quando se analisa a heterogeneidade sob a perspectiva da identidade, nota-se que as construções dos textos são lugares que favorecem os ambientes para a negociação das identidades e das diferenças. Como resultados produzidos nesses ambientes, surgem novas identidades, construídas por meio de textos, pela combinação de práticas discursivas que estão diretamente ligadas às identidades existentes, de modo que os limites entre as estruturas de vozes são reconfigurados, sendo atravessados por outras vozes no discurso.

A MÍDIA E SUAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Com o surgimento da tecnologia e de meios de comunicação cada vez mais avançados, a mídia desenvolve um papel primordial na disseminação e na divulgação de produtos, de imagens e de gostos, fazendo com que o sujeito busque adquirir ou acompanhar tal tendência.

Nessa direção, produtos como músicas, roupas, filmes, acessórios, beleza, que antes caracterizavam gostos pessoais e individuais, hoje são características coletivas compartilhados nas redes sociais, às quais se tem acesso em milésimos de segundos.

Comunga-se as ideias de Morin (1998), para quem a mídia privilegia ambientes que escondem as “verdades” do mundo real, mostrando apenas o que é favorável para ela, no que diz respeito a persuadir o telespectador ou o usuário das redes. A título de exemplo, campanhas publicitárias, novelas e filmes incentivam o consumo exagerado de produtos e de serviços divulgados nesses ambientes, e mostram as relações pessoais como um produto descartável, descaracterizando as relações que antes eram construídas pelo afeto e pelo companheirismo.

A mídia utiliza-se de conteúdo do dia a dia para alcançar seus interesses, mas nem sempre o telespectador ou usuário desses meios se deixa levar por esse processo. Para Maffesoli (2004, p. 31), o público não é totalmente passivo diante das informações propagadas por esses meios:

a população, mesmo as pessoas mais simples, não é passiva e inventa formas de resistência contra as tentativas de manipulação. É um jogo. Perde-se e ganha-se. A teoria crítica julga que a publicidade e a mídia enganam os seus destinatários. Estes, pontualmente, resistem, deformam, desviam as mensagens.

Nessa abordagem, a esfera midiática procura desenvolver um ambiente opinativo em que os conflitos são minimizados, procurando aproximar o sujeito da realidade que lhe é apresentada. Com esse intento, a mídia teria de apresentar um conteúdo que se aproximasse dos anseios dos indivíduos que dela se utilizam, construindo um acordo coletivo entre realidade real e virtual, pois nessa relação, as subjetividades são influenciadas pelo poder midiático.

Segundo Deleuze e Guattari (1995), a subjetividade é construída pela incorporação de valores, pela distorção de significados, pela negociação de sentidos, pela apropriação de ideais, pela recuperação de ideais, por situações que identificam e diferenciam os sujeitos uns dos outros, promovendo diferenças dialéticas, modificando o dia a dia das pessoas.

Na acepção de Hall (2003, p. 255), a subjetividade atravessa pontos de resistência e de superação - compondo a dialética da luta cultural - que variam entre “resistência e aceitação, recusa e capitulação [...] que modificam o campo da cultura para uma espécie de campo de batalha permanente, não havendo vitórias definitivas, mas onde há posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas”.

Por essa ótica, observa-se que novas subjetividades surgem diante da quantidade de informações que cercam o ser humano, impostas pela mídia, que tem o poder de influenciar comportamentos, dificultando que o sujeito faça suas escolhas de forma autêntica e segura.

Durante a existência humana, inúmeras foram as formas encontradas para estabelecer comunicação, como a escrita, os sinais, os desenhos e, agora, a tecnologia. Com o advento da comunicação de massa, os meios de comunicação surgiram para facilitar ainda mais o dia a dia da sociedade em diferentes contextos sociais, constituindo a história de um povo cujas identidades e subjetividades são marcadas e registradas por meio dos ambientes midiáticos.

Em face desse cenário social, desafia-se o sujeito a pensar e a compreender os aspectos e os acontecimentos do cotidiano, a construção das identidades, a subjetividade midiática e o comportamento dos sujeitos por meio das redes, pois nesse contexto pós-moderno, a comunicação é vista como uma forma sensível de interação entre os sujeitos da vida social contemporânea.

Para entender sobre modernidade, deve-se conhecer o conceito de “sujeito sociológico”, apresentado por Hall (1997), ou seja, o sujeito que forma a sua identidade a partir da relação e da interação com outras pessoas. Nessa lógica,

[...] a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que oferecem (Hall, 1997, p. 11).

Para Bauman (2004), quando a modernidade substituiu os estados pré-modernos, as identidades tornaram-se tarefas para os indivíduos desempenharem por meio de suas biografias. Dessa forma, na modernidade, a identidade do sujeito deixa de ser construída apenas pelo nascimento, e passa a ser edificada pelo próprio indivíduo no percurso de seu desenvolvimento pessoal e social.

A globalização contribui para a fragmentação da identidade do indivíduo, pois traz um grande impacto sobre a identidade cultural. Segundo Giddens (1990, p. 6), “a medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda superfície da terra”. Por essa razão, as relações sociais em ambientes midiáticos estão cada vez mais fortes e, nessa conjuntura, o indivíduo passa a construir suas identidades de acordo com os grupos nos quais se relacionam.

Diante de um mundo pós-moderno e globalizado, as identidades fixas tornam-se obsoletas, devido à quantidade de informações que surgem instantaneamente por intermédio das mídias, induzindo o sujeito a constituir-se de identidades flexíveis, em consonância com o momento em que são atraídos pelas informações que o cercam.

Bauman (2004 p. 35) explica que o anseio por formar uma identidade vem do desejo de segurança que muitos indivíduos encontram nos espaços de interações virtuais, e nesse ambiente não se é “nem um, nem outro”, pois ele causa certa ansiedade. Na modernidade líquida, há uma infinidade de possibilidades de construir o sujeito por intermédio do que é apresentado nas interações sociais midiáticas.

Uma vez que a construção da identidade nas sociedades pós-modernas trata de um conceito flexível, que se encontra em constante mutação, cabe ao sujeito formar sua identidade de acordo com os fragmentos que encontra ao seu redor, com o que, para ele, é certo e faz bem.

Com isso, o indivíduo pós-moderno tem dúvidas sobre qual identidade melhor lhe caracteriza, e depois de escolhida, quanto tempo deve se apegar a ela. A identidade social do sujeito torna-se, pois, uma experimentação infundável, em consequência de grandes transformações pelas quais passa a sociedade.

As mudanças sociais e os estilos de vida do sujeito possuem um significativo valor para a sociedade. Isso posto, as relações construídas nesse espaço sofrem profundas alterações, porquanto há expressões culturais diversas identificando traços identitários de uma sociedade, em um ambiente de significações que interferem nos comportamentos sociais, culturais e políticos das pessoas.

Nesse sentido, nota-se que as práticas cotidianas e os comportamentos de uma sociedade ocorrem de diferentes maneiras, desenvolvendo processos culturais com base em vários modos existentes. Consoante essa perspectiva, há uma reinvenção do cotidiano em que as identidades se multiplicam, sendo entendidas como um processo histórico que sofre influência significativa da tecnologia globalizada.

Para Certeau (1994), o cotidiano não é apenas um espaço de reprodução mas, também, um ambiente privilegiado para “se criar” novas formas de existência e interações sociais. Em face dessa perspectiva, o universo comunicacional não pode ser compreendido sem uma necessária reflexão sobre a complexidade social, cultural e histórica que ocorrem no espaço cotidiano (Morin, 1998).

Essa complexidade está presente nas relações existentes e nas vivências construídas nos ambientes, bem como nas relações estabelecidas. Nesses espaços, não existe apenas o fator comunicacional, mas como em todos os setores sociais, a interferência de fatores é diversa, impedindo o sujeito de conceber a existência social como algo isolado de outros campos.

A COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Nos estudos sobre a comunicação no século XX, Morin (1998) observou que a mídia caracterizava as relações sociais de uma forma isolada, fragmentando as expressões culturais existentes na formação dessas relações. Em razão dessa observação, o autor em comento buscou, por meio de suas obras, inspirar consciências plurais com base em um pensamento antropológico pós-moderno.

Por essa ótica, o referido autor leva a compreender que a mídia tem o poder de construir alguns estigmas que levam a sociedade a ser vista de forma aparente, por meio de alguns parâmetros idealizados, a exemplo da uniformização de padrões sociais, dos lançamentos de modismos, entre outros, suscitando valores “homogêneos” em um cenário paradoxal, marcado pela heterogeneidade de raças e de miscigenação nos espaços sociais.

De forma geral, concebe-se que os meios de comunicação e as interações midiáticas sociais entre os sujeitos criam estereótipos, identidades virtuais que nem sempre consideram ou respeitam as identidades reais dos sujeitos que, a cada instante, reinventam-se diante de tantas mudanças.

Na sociedade pós-moderna, as identidades do sujeito modificam-se, e a mídia tem papel significativo nesse processo. Nessa nova era, novas identidades emergem, e o sujeito, que antes era visto como um ser com uma identidade fixa, agora tem sua identidade fragmentada em face de tantas alterações comportamentais e sociais.

Considerando-se a mídia um espaço diverso, as identidades construídas pelos sujeitos são desconhecidas pelo excesso de informação ou de transformações que vêm acontecendo nos ambientes reais e virtuais. Nesse cenário, o sujeito multiplica-se a cada instante, e as relações pessoais passam a ser menores, pois as interações por meio das redes fazem com que se encontrem ambientes cheios de pessoas que se comunicam sem mesmo se conhecerem, e a individualidade desses sujeitos no mundo real se torna bem maior.

Em meio à fragmentação dos sujeitos, as identidades tornam-se fluidas, líquidas, como afirma Bauman (2007), orientando pelo desenvolvimento de alternativas de reconstrução social que levam o ser humano a buscar novas racionalidades por meio da comunicação como processo multifacetado de interação social, cultural e identitária do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste estudo, os conceitos sobre representação, gênero, contemporaneidade, política e mídia permitiram inúmeras reflexões sobre a construção e a representação de gênero na sociedade contemporânea, visto que essas construções são permeadas de subjetividades que cada indivíduo constitui com base nas relações estabelecidas.

Partindo-se do conceito de sujeito, “homem” e “mulher” como construção social, e da investigação das concepções de “gênero” e “sexo”, promove-se um breve histórico da luta feminista e dos desafios enfrentados em busca de seus direitos, lançando um olhar sobre as relações e as experiências de gênero na sociedade, possibilitando entender as dimensões sociais e midiáticas que envolvem a imagem das mulheres e os desafios por elas enfrentados em busca de seus direitos.

Com o advento da tecnologia e com o uso da mídias por intermédio de dispositivos eletrônicos, as reações e os espaços entre os sujeitos passaram a diminuir, fazendo com que eles se sintam mais próximos uns dos outros, por meio das interações sociais, e isso impacta de forma direta a construção de identidade de cada indivíduo.

Destarte, é necessário considerar que as questões, as discussões e as considerações abordadas neste estudo sobre a construção e representação de gênero na contemporaneidade não têm a pretensão de acabar com as possibilidades de análise que essa temática apresenta, tampouco se apresentar como estudo conclusivo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. São Paulo: Zahar, 2007.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995. v.

FAIRLOUGH, N. Discurso, mudança e hegemonia. *In*: PEDRO, E. R. (org.). **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sócio-política e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

FISCHER, R. M. B. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Rev. Estud. Fem.** [on-line], v. 9, n. 2, p. 586-599, 2001. ISSN 1805-9584.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1990.

GIDDENS. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

HALL, Stuart. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. *In*: SOVIK, Liv (org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MAMBRINI, Verônica. Marcha das vadias pretende reunir 2.500 em SP. **IgDelas**, 2011.

MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim. *In*: MARTINS, F.; MACHADO DA SILVA, J. **A genealogia do virtual**: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MORIN, E. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NOGUEIRA, C; SAAVEDRA, L; COSTA, C. (In)visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: propostas para uma nova concepção sobre a educação sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 56, maio/ago. 2008.

PEDRO, E. R. **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997.

PNPM. **Plano Nacional de Política para as Mulheres**. Brasília, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acesso em: 22 maio 2019.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, J. **Sociologia - Conceitos-chave**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SANTOS, Silvana Mara; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010. disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2019.

TOSCANO, M.; GOLDENBERG, M. **A revolução das mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOODWARD, K. 1997. **Identity and difference**. London: Sage Publications.



Exu é (na) comunicação e canal para pensar masculinidades negras homoafetivas¹

Geovane Pereira da Silva²

Resumo

Este texto movimenta-se em dois momentos, mas ambos fazem sentido, pelo ponto de partida. Me aproprio do *ethos* de Exu, divindade africana responsável pela comunicação e pelos caminhos dos humanos, em paralelo às discussões e aos achados da minha pesquisa de mestrado, qual tomou Exu como inspiração para pensar a intersecção de raça, gênero e sexualidade de homens negros homoafetivos no *Instagram*. Assim, em um primeiro momento, realizo um relatório-ensaio sobre como Exu orientou as articulações para efetivação da referida pesquisa de mestrado. A segunda parte deste texto concentra-se em um breve debate sobre o campo da comunicação, para tensionar as semelhanças do *ethos* de Exu com questões nesse campo. Dessa maneira, o resultado deste trabalho é a proposta de uma espécie de *manual aberto*, ou melhor, de possíveis caminhos que possam inspirar ou auxiliar os modos de ver e fazer pesquisa em comunicação, e sobre masculinidades por uma postura decolonial.

Palavras-chave: Exu; masculinidades negras homoafetivas; pesquisa em comunicação; prática decolonial.

-
- 1 Este texto é fruto/fragmento da dissertação defendida em fevereiro de 2023, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (PPGCOM/UFPI), intitulada Masculinidades negras homoafetivas no Instagram: uma cartografia da produção de subjetividades pela #negrogay.
 - 2 Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC). Mestre em Comunicação pela UFPI. Graduado em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Membro do Núcleo Estudos e Pesquisas em Estratégias de Comunicação (NEPEC/UFPI), do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Comunicação, Identidades e Subjetividades (NEPCIS) e do Grupo de Pesquisa Práxis no Jornalismo (PráxisJor). Tem interesse pelos estudos sobre mídia e suas usabilidades, principalmente pelas questões de gênero que envolvam processos comunicacionais, discursos e práticas sociais.

Fazendo minha gira

Em uma sociedade movida por imagens, é decisivo pensar esse rico veículo como um terreno onde se depositam, produzem e são negociadas subjetividades e masculinidades. As redes sociais são participantes desse processo de produção de imagens e, conseqüentemente, tanto a subjetividade³ constitui os usos dessas tecnologias, como exercem pulsões nas subjetividades. Isso é um jogo mútuo e múltiplo, no qual o corpo, as relações de gênero e as sexualidades estão conectadas. Foi por esse caminho que vislumbrei um campo a ser explorado na comunicação: a produção de masculinidades negras homoafetivas no *Instagram*.

O que me levou a pesquisar tal fenômeno contemporâneo foi a minha vivência como homem negro e bissexual, que possibilitou sentir o quanto o Instagram me afetava - emocional e físico - na forma de me ver, do mesmo modo que implicava a maneira de me mostrar no mundo, e como isso interferia diretamente nas relações afetivas e na forma de modelar minha masculinidade.

Por isso, escolhi mergulhar na trajetória de uma pesquisa-intervenção no mestrado: sujeito-pesquisador-pesquisado. Com isso, me deparei com um problema e uma insegurança (de)ontológica, epistemológica e metodológica: a academia científica vai aceitar esse tipo de produção?

Parece algo simples pensar isso, mas é complicado, pois no Brasil, ainda predomina uma produção colonizada. Não que esse conhecimento deva ser esvaziado, mas sim, tensionado, e reconhecer a dominação desse modelo de produção de conhecimento científico implica ter consciência de que o que foge dessa lógica pode ser perseguido, tal como Exu foi posto no corpo do demônio cristão no Brasil.

A colonialidade no momento de construção e de entrega da pesquisa do mestrado não me apareceu como um debate conceitual, mas prático-reflexivo. A antropóloga Rita Laura Segato (2011) nos ensina a questionar e reformular as brechas de poder que se instauram historicamente nas relações de gênero e de colonialidade, incluindo as práticas acadêmicas.

Um dos principais argumentos da referida autora é contra a universalização do pensamento, como, por exemplo, a lógica binária mulher e homem (padrão) proposta pela modernidade - ocidental e branca - não ser compatível ou capaz de abarcar as relações de sujeitos emergidos em outras visões de mundo, a exemplo dos povos indígenas (Segato, 2011).

Semelhante a Segato (2011), mas com os pés no campo da comunicação, questionei sobre a operacionalização dos modos de ver, tratar e refletir sobre masculinidades negras homoafetivas por caminhos que não violentassem um grupo social que historicamente foi e ainda é tratado de forma marginalizada. Não faz sentido produzir por lentes que objetificam corpos negros, entendendo a colonialidade em (des)continuidade, desde que os portugueses escravizaram pessoas de África e trouxeram para terras indígenas, hoje chamadas de Brasil.

Assim, invoquei Exu. Essa divindade herdada e salva pelos negros que aqui foram escravizados nos ajuda a pensar a produção de masculinidades negras homoafetivas. Isso

3 Compreende-se subjetividades como manifestações que não estão situadas apenas nos sujeitos - individualidade - como gostos, escolhas e comportamentos subjetivos, mas sim, entrelaçamentos com agências coletivas: nos processos de sociabilidades; nas relações econômicas; nas práticas culturais; nos discursos de forma indissociável de todo e qualquer agenciamento dos modos de ser, ver e agir (Silva, 2023).

porque Exu é uma das materializações da(s) masculinidade(s) de origem de África, uma força masculina que domina a comunicação e que não é binária. Exu é mensageiro e caminho. Foi guiado por Exu que busquei inspiração para pensar em um modo contra-hegemônico de refletir sobre masculinidades: a encruzilhada.

Considero a função da encruzilhada, ou seja, de caminhos que interpõem um mesmo lugar, um ponto de encontro por meio de uma das principais características de Exu: sua força sexual, mas não no sentido do sexo ou de ações sexuais, mas uma pulsão de força criadora (Silva, 2023).

Outro ponto em Exu como encruzilhada diz respeito a constituir uma força que foge da lógica “[...] masculina atribuída pela ocidentalidade que é noção de gênero pensada pelo eixo epistemológico do Norte global, porém, que se constitui no encontro e no desencontro (encruzilhada)” (Silva, 2023, p. 53).

Exu não parte de pressupostos estabelecidos de forma maniqueísta, certa ou errada. Desse modo, ao tomar essas características de Exu como postura metodológica, vemos uma outra via que surge pelo caos: a pulsão do problema ou de sua complexidade como caminhos para encontrar possíveis soluções.

Esse caos é o que auxilia a busca pelas ferramentas, pelos procedimentos e pelas decisões a serem tomadas na encruzilhada. Nessa lógica, não apenas invoco, mas explico que ao abordar a encruzilhada como função, devemos situar que o sujeito (centro da encruzilhada) é encruzado-atravesado por múltiplas imagens e discursos que estão em (des)continuidade. Por exemplo, os “Negões”, e como seus traços físicos e comportamentais carregam imagens sócio-históricas dos negros fortes e escravizados vindos de África como “animais fortes” para trabalho e reprodução (Silva, 2023).

Essas imagens movimentam significados coletivos em torno desses sujeitos: homens negros, fortes, hipersexualizados. Porém, a experiência de cada sujeito desse coletivo é construída com base em suas distinções sociais, econômicas, culturais, sexuais, gênero, corporalidades, territorialidades e subjetividades. Logo, está na encruzilhada (sujeito) implica situar os encontros dessas distinções (lugares de observação).

Esse processo de observação envolve posicionar o que do sujeito está sendo encruzado: quais atravessamentos e como eles direcionam a experiências (caminhos) diferentes. Isso demanda reconhecer que a depender do lugar de observação, o sujeito será significado de maneiras diferentes: pontos de partidas e encontros dessas experiências. Por exemplo, as “Bixas Pretas” utilizam unhas e peças de roupas em cores vibrantes configura-se como uma característica das masculinidades vivenciadas por esses homens negros homoafetivos (Silva, 2023). Isso identifica-o como coletivo, mas a variação de seus corpos magros, gordos e musculosos implicam experiências de masculinidades distintas, que são orientadas por essa forma de se vestir.

Desse modo, afirmo a encruzilhada como um canal para compreender e refletir sobre masculinidades negras homoafetivas. Essa busca por perspectivas epistemológicas, metodológicas e teóricas não é uma particularidade pessoal ou do Brasil para debater masculinidades não hegemônicas.

O(A)s cientistas sociais australiano(a)s, Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013), ao revisarem e debaterem o conceito e os estudos sobre masculinidade hegemônica, apontaram

para a necessidade de entender as pluralidades das masculinidades.

A autora e o autor ainda destacaram que é preciso refletir sobre as masculinidades subordinadas, como elas afetam as dominantes, e como a complexidade - hierarquia de gênero - delas deve ser considerada, em um sentido geográfico, com ênfase na interseccionalidade local, regional e global. Isto é, considerar as relações de privilégios e de poder de maneira arbitrária e situada em relação aos contextos em que as masculinidades são produzidas.

Foi orientado pelo contexto brasileiro e pela interseccionalidade que esta pesquisa foi construída. Apoiada no vasto repertório da antropóloga brasileira, Lélia González, que afirma que “o racismo no Brasil é profundamente disfarçado” (Gonzalez, 2020, p. 281).

Para ela, a divisão social no Brasil envolve raça e gênero, em uma lógica de neurose cultural brasileira. Gonzalez (2020) não chegou a usar o termo *interseccionalidade*, mas foi pioneira em ensinar a buscar a complexidade das raízes dos marcadores sociais *raça*, *gênero* e *classe* de forma não hierática. A citada autora utiliza esse suporte da linguagem com base na psicanálise, até produtos midiáticos, questões políticas, documentos estatísticos e históricos para analisar as relações raciais e de gênero no contexto brasileiro.

Ao fim da pesquisa, foi possível identificar e debater as “noções discursivas-imagéticas do ‘Negão’ e da ‘Bixa Preta’ como eixos de sentidos dos atravessamentos e das semelhanças a partir de características físicas e práticas sociais expostas por meio das publicações rastreadas pela #negogay, percebemos as singularidades em cada sujeito” (Silva, 2023, p. 158).

A partir disso, “arrisco dizer que as masculinidades negras homoafetivas no Instagram, da mesma maneira que na realidade de redes sociais na contemporaneidade, são encruzilhadas que podem carregar ainda noções em (des)continuidade de ‘Negão’ ou ‘Bixa Preta’” (Silva, 2023, p. 159).

As masculinidades em torno da “Bixa Preta” constituíram-se em torno de processos de resistência, por intermédio de estéticas que se contrapõem à norma vigente: homens de tranças, salto alto, minissaia e comportamentos ditos como femininos. Por sua vez, as masculinidades de “Negão” ainda se mostraram presas à lógica branca, cisgênero e heterossexual. Contudo, “é importante perceber que essas expressões masculinas são marginalizadas na medida que elas não exercem a hegemonia ou noção de modelo universal do ser homem homoafetivo, justamente pelo cruzamento de raça e sexualidade” (Silva, 2023, p. 159).

A inspiração em Exu, ou melhor, a aproximação com Exu para olhar essas masculinidades pela encruzilhada serviu para não cair no dualismo, no binarismo ou no maniqueísmo, daí foi possível situar as experiências no coletivo e com suas singularidades.

Caminhos abertos

Antes de iniciarem-se as discussões acerca do segundo momento deste texto, peço agô⁴ - palavra iorubá que significa *pedir permissão com respeito e reverência* - a Exu para acessá-lo como *ethos* para produção de conhecimento. Dito isso, inicialmente, explico o objetivo e a estrutura deste trabalho, cujo foco é propor, a partir do (relatório-ensaio e) *ethos* de Exu, apontamentos

4 Como postura de ética, explico que sou adepto e praticante da Umbanda. Esse foi o ponto inicial que me fez ver a potência e a possibilidade de acessar Exu como *ethos* na produção acadêmica.

de práticas para uma postura decolonial em pesquisas no campo da comunicação.

Compreendo que *ethos* é um conceito caro para a Filosofia e a Antropologia, e de modo geral, é utilizado nas Ciências Humanas e Sociais (CHS). Também entendo como a conceitualização de decolonialidade é cara para os estudos emergentes e críticos no Sul global. Isso pensando em uma lógica geopolítica de divisão de mundo: países do Norte global como um grupo hegemônico, detentor de capital econômico e político, considerados países de primeiro mundo, a exemplo dos Estados Unidos da América e da União Europeia; e países do Sul global, situados como países de terceiro mundo - que em sua maioria, sofreram processos de colonização por países europeus -, como o Brasil e a Índia, sobretudo os países latino-americanos.

Dessa maneira, neste texto, compreendo decolonialidade como uma forma de pensar, articular e produzir conhecimentos por meio de um olhar e de práticas não eurocêntricas ou de origem do Norte global. De tal modo, almeja-se que possamos entender as particularidades e as configurações históricas, sociais, culturais, étnicas, econômicas, religiosas e geográficas dos nossos países (latino-americanos) para desenvolver modos de operacionalizar as nossas problemáticas, por intermédio de mecanismos e de ferramentas conceituais, teóricas e metodológicas próprias, capazes de dar conta dos fenômenos que vivemos no Sul global.

Essa é a perspectiva de decolonialidade apresentada aqui. Ainda é válido pontuar que não se propõe uma exclusão do conhecimento vindo de países do Norte global, mas uma crítica para tensionamentos.

Por sua vez, a noção de *ethos* proposta neste artigo é a compreensão de um conjunto de comportamentos, de hábitos e de práticas que são compartilhados por um grupo social. É que essa coletividade produz modos de ser, de agir e de representar o mundo, as suas relações e os objetos pertencentes à mesma coletividade.

Nesse sentido, entendo o *ethos* de Exu como uma fonte de inspiração e de conhecimento que se dá para além do âmbito religioso. Isso situando que existe uma lógica eurocêntrica na qual os conhecimentos religiosos e acadêmicos, em certo nível, são postos como divergentes. Porém, isso não se aplica ao pensamento diaspórico dos conhecimentos vindos de África, pelos povos de lá que foram escravizados durante o período da colonização nas Américas, entre os séculos XVI e XIX.

Para esses povos, nossos povos afro-brasileiros, o ser-pensar não se fragmenta. Nessa perspectiva de visão de mundo, as divindades africanas, os Orixás, são fonte de conhecimento. Por exemplo, Oxum, a senhora das águas doces, como fonte para compreensão da beleza, fertilidade e política; Xangô, o dono do fogo e raios, como a própria epistemologia da justiça. Neste estudo, trago Exu como fonte de conhecimento para a comunicação.

A estudiosa e feminista negra brasileira, Carla Akotirene (2019), discute o conceito de interseccionalidade e facilita-o no Brasil. Para ela, o que movimenta pensar a interseccionalidade são as vivências de sujeitos - originalmente, conceito pensado para problemáticas de mulheres negras - atravessados por múltiplos marcadores e opressões.

Dessa forma, a abordagem da interseccionalidade visa a articular uma instrumentalidade "teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição" dos marcadores sociais de gênero, raça e classe no cenário dos modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 19).

Nesse aspecto, ressalta-se o que Akotirene (2019, p. 20) compartilha sobre Exu:

Segundo profecia iorubá, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos com atenção aos acordos estabelecidos com antepassados. Aqui, Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade, que responde como a voz da sabedora de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito.

Desse modo, faço uso do *ethos* de Exu como uma postura decolonial para a elaboração de pesquisas em comunicação. Para isso, discorro sobre a estrutura e a metodologia deste estudo, cuja divisão desse segundo momento se dá em três seções. A primeira, *Caminhos abertos*, além do objetivo já dito, explícito que este trabalho segue uma perspectiva metodológica exploratória-descritiva, em diálogo com fragmentos da minha pesquisa de mestrado, que tem como título *Masculinidades negras homoafetivas no Instagram: uma cartografia da produção de subjetividade pela #negrogay*, sobretudo transpondo discussões sobre Exu e achados da pesquisa relacionados ao uso da inspiração em Exu para debater a intersecção de raça, gênero e sexualidade. Esses pontos citados constituem a segunda seção desta pesquisa, intitulada *Comunicação na encruzilhada*.

Ainda sobre o aspecto metodológico, devo salientar que não desenvolvi neste texto uma seção sobre metodologia. Isso porque o foco deste artigo é propor um *manual aberto*, por meio da pesquisa citada anteriormente. Sobre esse ponto, é importante destacar que a minha pesquisa de mestrado e as discussões de lá extraídas são utilizadas para tecer este texto. Logo, é preciso dizer que a dissertação é de natureza qualitativa, orientada pelo antimétodo Cartografia, elaborado pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, em 1980.

Sendo assim, este texto entende a limitação para generalizações - e essa também não é a proposta: criar um modelo e/ou delimitar uma única forma de pensar Exu como postura decolonial, mas convidar e apresentar uma das possibilidades em modos práticos na formulação de uma pesquisa em comunicação (por intermédio de Exu).

Por fim, este texto é concluído na terceira seção, nomeada *Caminhos possíveis*, destinada às considerações finais. Na última seção, elaborei um quadro expositivo com os apontamentos que cumprem com o objetivo proposto: práticas para uma postura decolonial em pesquisas no campo da comunicação.

Comunicação na encruzilhada

No panteão de divindades herdadas dos povos africanos que vieram escravizados para o Brasil, Esù é a ponte entre o mundo humano e o espiritual, o mensageiro, ele cria a dinâmica em terra (movimentação): Esù está para além do bem e do mal. O sociólogo brasileiro, Reginaldo Prandi (2020), reuniu uma coleção de mitos iorubanos e afro-americanos envolvendo cosmovisões de África, do Brasil e de Cuba.

O referido autor apresenta as características e as formas que cada um desses países cultuam os Orixás, o que fornece uma percepção de que embora haja um ponto em comum entre divindades de matrizes africanas, evidencia-se também a multiplicidade do modo de cultuar e

como a prática da espiritualidade nessas religiões está ligada às orientações (modos de ser, agir e representar) de viver em sociedade ou, melhor dizendo, aos modos de explicar as relações e as características humanas: os Orixás como espelhos na e para vida humana.

Na cosmologia dos Orixás, Esù é a divindade mais próxima das características humanas. Ele subverte a malícia em sabedoria; é a ponte entre a humanidade e os Orixás; o mensageiro, Orixá da comunicação (Prandi, 2020). O sacrifício - com uso de sangue - em rituais do Candomblé e de outras religiões de orientação semelhante é algo fundamental para o culto, e Esù é o mediador dessa conexão. Ele também representa a energia sexual. Aliás, esses podem ser alguns dos principais pontos que moldam a forma de ver Esù no Ocidente, amoral, baseado em uma lógica cristã - a mesma que fez dele um ser mal e diabólico nos países colonizados pelos europeus.

Para Prandi (2020), as cosmovisões dos mitos dos Orixás oferecem uma pós-ética que liberta o indivíduo da relação correto-errado enquanto corpo-ético. Outra ideia de valores é operacionalizada, a qual pode ser entendida como incoerente e/ou contraditória por não ditar uma delimitação do sagrado e do profano, da magia e da religião, ou seja, apontar para uma conduta única como modelo de vida a ser seguido - como acontece em religiões monoteístas -, mas entender os caminhos a serem percorridos por cada humano, enquanto singularidades, e que neles existem consequências em detrimento das escolhas feitas.

Neste estudo, parto de uma perspectiva de pensar Esù (Orixá) e Exu(s) (entidades) pelo conhecimento advindo da Umbanda⁵. Nela, os Exus são entidades que trabalham com energias e com características próximas ao ser humano. Eles também são guardiões que nos limpam e nos afastam de energias negativas e de espíritos de baixa vibração, como também fazem cumprir a Lei do Retorno: tudo o que você faz, retorna para você; uma ideia de espelho para as próprias ações e escolhas. Esses seres, Esù e Exus, são cultuados nas religiões de matriz afro-brasileira.

Na minha pesquisa de mestrado, me distanciei da utilização de Exu como epistemologia ou *ethos*, apropriando-se desses seres como inspiração ligada à função deles: cuidam dos caminhos dos humanos e dos espíritos, em que a encruzilhada é seu lugar de trabalho/função, de modo que eles são a própria encruzilhada.

No momento da dissertação - Exu como inspiração -, ao discutir a construção de masculinidades negras homoafetivas, compreendi Exu como uma força que não pode ser aludida à masculinidade hegemônica⁶, construída pela ocidentalidade que rege a noção de gênero, pensada pelo eixo epistemológico do Norte Global. É justamente isso que provoca o

5 Umbanda é uma religião originalmente brasileira que atua pela prática de incorporação de entidades, pelo culto aos Orixás e pelo manuseio de ervas e da natureza como um todo. Sua base de criação é sincretizada, tendo suas origens em matrizes africanas e indígenas, e conta com as influências das religiões: Candomblé, Catolicismo e Kardecismo. A sincretização da Umbanda vem do processo de resistência de práticas de cultos de povos afro-brasileiros, as macumbas (das favelas do Rio de Janeiro às pequenas cidades do Nordeste brasileiro), que eram e ainda são marginalizadas. Porém, ocorreu um processo de "aceitação" por meio da prática da Umbanda por pessoas brancas, tendo como marco o dia 15 de novembro de 1908, quando o médium Zélio Fernadino de Moraes incorporou pela primeira vez o "Caboclo Sete Encruzilhadas", em uma sessão espírita da Federação Espírita em Niterói, o qual enunciou a Umbanda como religião. Há divergências sobre esse marco no quesito criação da Umbanda, pois ela já era praticada há anos por pessoas negras em diversas partes do Brasil.

6 "Souza (2009, 2013) compreende que o homem branco, heterossexual e burguês nas sociedades ocidentais construiu a masculinidade hegemônica em torno de si. Nessa direção, podemos levantar que existem fronteiras em torno da construção de sentidos atribuídos no arranjo homem branco, homem negro, homem indígena etc. Souza (2009) ainda considera que o homem branco heterossexual exerce um status que estrutura valores os quais o torna referência para sociedade" (Silva, 2023, p. 63).

encontro no desencontro (encruzilhada): um não juízo de valor sobre o certo ou errado como maniqueísmo, ou seja, pensar as possibilidades nas singularidades, como uma visão e uma prática complexa.

Com esse argumento, apresento Exu como *ethos* para pensar pesquisas em comunicação, por meio de uma postura decolonial. Para isso, apresento três apontamentos-características de Exu, correlacionando-as com o campo da comunicação no Brasil. O primeiro traz um modo de operacionalidade fora do eixo Norte global: a não dicotômica, para além da binaridade. Isso leva ao segundo apontamento-característica: a ordem da complexidade; a compreensão de operacionalizações complexas, que podem produzir modos de inseparabilidade ou a não definição das coisas e das situações.

Essa questão também conduz ao terceiro apontamento-característica: a necessidade de reconhecer a intersecção; o encontro de dois ou mais elementos propositivos, no sentido de tese-antítese, produzindo sínteses; os atravessamentos dos elementos problemáticos como força motora nos modos ver e produzir conhecimento, ou seja, as limitações, as dificuldades e os pontos *negativos*, em uma perspectiva de que até mesmo a confusão produz efeitos e sentidos válidos e necessários.

É assim que me direciono a pensar o *ethos* de Exu para uma postura decolonial: a comunicação na encruzilhada; a soma e/ou o encontro de elementos complexos, propositivos e com limitações. Essa concepção me surgiu

[...] na fase final da escrita dessa dissertação, percebi o potencial de Exu e da encruzilhada para formular uma epistemologia analítica que promova o cruzamento de raça, gênero e sexualidade mediado por dispositivos de comunicação, numa lógica de práxis, ou seja, analisar experiências de grupos sociais marginalizados, como homens negros homoafetivos, através do uso de dispositivos de comunicação (mediadores de conexões) situando seus marcadores sociais sem indissociação, e tomando os mesmos, sem operacionalizar noções de certo ou errado no que diz respeito a maneira que o grupo social marginalizado utiliza de algum dispositivo de comunicação para expressar suas experiências (mensagens). Assim, encerro este texto deixando em aberto a possibilidade de desenvolver uma epistemológica que pense Exu e a encruzilhada como meios para fundamentar análises no campo da Comunicação (Silva, 2023, p. 161).

Neste momento do texto, é importante lembrar da natureza qualitativa da pesquisa acima citada, cujos achados não fornecem um respaldo generalista mas, ao mesmo tempo, promovem subsídios para articular Exu como modo de pensar pesquisas no campo da comunicação. Para isso, argumento que o campo da comunicação, quer seja no sentido de definição do objeto, quer seja no aspecto de teorias, de conceitos e de metodologias utilizadas para estruturar o fazer científico específico da comunicação, é complexo.

Sobre a sua concepção e suas problemáticas, renomados(as) professores(as) brasileiros(as) da comunicação discutem tal complexidade há décadas. As pesquisas de Vera Veiga França (2001), José Luíz Braga (2011), Ângela Cristina Salgueiro Marques e Luís Mauro Sá Martino (2015) são consideráveis porque possuem uma larga produção acerca da composição e da fundamentação da comunicação como campo e como objeto científico.

De modo geral, França (2001) contextualiza que a definição do objeto da comunicação teve seu início com comunicação e meios de massa durante o século XX. Com isso, as teorias originais da comunicação constituíram-se em preocupações, ou seja, desdobraram-se em dois

objetos gerais: os meios de comunicação e os processos comunicativos.

Porém, com as demandas surgidas com aspectos políticos, econômicos, culturais, sociabilidades, entre outras naturezas que compunham esses objetos, distanciavam-se da ideia de objetividade e de simplicidade. Logo, isso impactou na questão do recorte do campo da comunicação: “se, por um lado, podemos criticar a amplitude e falta de especificidade desse objeto, pode-se também fazer-lhe a crítica oposta: ao ater-se aos meios privilegiando-se a dimensão técnica e o papel do suporte, essa escolha, por outro lado, é restritiva” (França, 2001, p. 5).

Sendo assim, aponto para a complexidade da comunicação em definir, por diversas ordens que constituem os processos e os meios comunicacionais, e isso correlaciona-se com o segundo apontamento-característica do *ethos* de Exu, no sentido da compreensão de operacionalizações complexas que se constituem em modos de inseparabilidade (do objeto) ou a não definição das coisas e das situações (os diálogos com outros campos).

Nessa perspectiva, considero o que França (2001, p. 7) discorre sobre

[...] Os estudos da comunicação claramente se originaram do aporte de diversas disciplinas; as práticas comunicativas suscitarão o olhar - e se transformaram em objeto de estudo das várias ciências. Sua natureza interdisciplinar, fundada no cruzamento de diferentes contribuições, é indiscutível. Não se trata - ou tem pouca relevância para a discussão que estamos empreendendo - de entrar num debate quanto à interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade. Mais importante é, aproveitando a distinção apontada acima, perguntarmos-nos como vêm se dando essas contribuições; se as várias ciências se debruçam sobre os fenômenos comunicativos e constroem leituras específicas e paralelas, trazendo o objeto para seu próprio lugar; ou se há um deslocamento, se o instrumental teórico-metodológico das várias disciplinas se vêem modificados pelo objeto e pelas interseções estabelecidas.

A discussão apresentada acima ainda converge com o terceiro apontamento-característica proposto sobre Exu: a necessidade de reconhecer as intersecções, e como isso gera problemáticas, proposições e limitações. Entretanto, esses mesmos aspectos constituem os atravessamentos dos modos de ver e fazer para encontrar respostas para os problemas postos.

Sobre os problemas dos estudos em comunicação, a Braga (2011), que discute a caracterização dos estudos da comunicação, e de modo semelhante à França (2001), aponta para dois objetos gerais: interações sociais e mídia.

O referido autor também se aproxima da percepção de França (2001) sobre interdisciplinaridade, no sentido de explicar os fenômenos comunicacionais. Dessa forma, Braga (2011) argumenta a respeito do fato de compartilhar com as CHS teorias e métodos. Com isso, gerou uma certa confusão no fim da década de 1990 e início dos anos 2000, em relação ao objeto e ao método, aos temas e aos problemas comunicacionais, no que diz respeito a pensar os critérios e a caracterização dos objetos da comunicação.

Nas palavras de Braga (2011, p. 67, grifos do autor),

a diferença parece ser que em todas as demais áreas observa-se a comunicação enquanto processo que faz funcionar alguma outra atividade ou instância de interesse social - humano - a literatura, a linguagem, a política, as trocas econômicas etc. No campo específico da Comunicação, inversamente, os diferentes objetivos e objetos do humano e do social é que seriam percebidos pelo ângulo prioritário da comunicação

que os organiza e que deles decorre. Assim, nas demais áreas de conhecimento, ou a comunicação é observada sem ser problematizada; ou então é problematizada em função dos interesses específicos da área. No Campo da Comunicação, todo e qualquer fato humano seria problematizável no ângulo comunicacional.

O ponto levantado por Braga (2011) sobre a confusão referente ao que seria do campo da comunicação e ao aspecto do ângulo comunicacional, compreende-se como semelhantes ao *ethos* de Exu aqui discutido: a *confusão* e os pontos *negativos*, no que está relacionado às dificuldades das limitações, como características que produzem efeitos e sentidos válidos e necessários nos modos de produzir conhecimento.

Ao correlacionar com o *ethos* de Exu ora proposto, arrisco-me dizer que a comunicação é uma encruzilhada por onde muitos saberes atravessam e se encontram, e criam uma terceira via, ou melhor, outras vias para refletir sobre determinado problema comunicacional, ou seja, a *confusão* provoca a necessidade de intersecção, sobretudo com os estudos das CHS.

Marques e Martino (2015), ao abordarem as Teorias da Comunicação, pontuam que os agrupamentos de aportes disciplinares e interdisciplinares que alcançam a natureza dos limites e dos conceitos sobre os fenômenos comunicacionais são um processo de décadas, que problematiza questões relativas a delimitações do campo da comunicação.

Para Marques e Martino (2015), a indefinição das fronteiras da epistemologia da comunicação em seus objetos, bem como sobre a característica processual deles como uma das principais preocupações do campo comunicação.

Segundo Marques e Martino (2015, p. 16),

desta maneira, o lugar da comunicação é aquele que nos possibilita olhar para a complexa rede de relações sociais - bem como para o contexto em que estas de dão - e perceber práticas, discursos, diálogos, contextos de interação como um todo múltiplo em constante movimento. É justamente esse entendimento da comunicação como processo de elaboração de ações expressivas, de identidades subjetivas, da cultura e atualização da linguagem que pode nos ajudar a perceber a prática comunicativa como uma dinâmica que articula a situação discursiva, os interlocutores, os discursos por eles acionados e as interações simbólicas e ações mediadas pela linguagem. Sob esse aspecto, as interações comunicativas configuram-se como momentos em que diferentes interlocutores usam a linguagem (e produzem linguagem) de modo a produzirem entendimentos sobre algo no mundo objetivo, social e subjetivo. Esses entendimentos não se estabelecem unicamente pela via racional, mas também, e sobretudo, pela emoção e pela afetividade.

Em harmonia com os(as) autores(as) apresentados(as) ao longo deste texto, até o presente momento, os argumentos sobre os apontamentos-características do *ethos* de Exu aqui discutidos são semelhantes aos aspectos de tensionamentos no campo da comunicação - (in)definições de objeto - como fonte de problematização mas, ao mesmo tempo, como meio de produção de conhecimento. Nessa direção, o Quadro 1 expõe as correlações entre as características exploradas e descritas.

Quadro 1 - Exu é (na) comunicação: aproximações entre o *ethos* de Exu e o campo da comunicação

Conhecimento	<i>Ethos</i> de Exu	Campo da Comunicação	Encruzilhada
Apontamentos- -características	Modos de ver, pensar e produzir a comunicação	Modos de ver, pensar e produzir a comunicação	A compreensão de que os modos de inseparabilidade do objeto da complexidade de que ele faz parte deve ser considerada, ou seja, a não definição das coisas e das situações (práticas e processos comunicacionais) em si mesmas, mas em diálogo com outros campos.
	Ordem da complexidade	Ordem da complexidade	A compreensão de operacionalizações complexas que podem produzir modos de inseparabilidade ou a não definição das coisas e das situações.
	Intersecção	Intersecção	A compreensão da necessidade de buscar conexões e usabilidades de outras fontes de conhecimento para lidar com as problemáticas, como também as resolver.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Ao propor essas aproximações entre o *ethos* de Exu e o campo da comunicação, concebo que Exu é fonte de pensar, articular e representar tal esfera, no sentido de que práticas e processos comunicacionais, bem como os suportes que são operacionalizados para transpor e mediar tais práticas e processo comunicacionais, são interpelados e/ou atravessados por necessidades particulares, as quais produzem encruzilhadas que permitem problematizar e/ou resolver questões de natureza complexa e interseccional.

Caminhos possíveis

Quadro 2 - Postura decolonial em prática: sugestões para operacionalidade em pesquisas na comunicação

Etapa	Perguntas orientadoras	Prática decolonial
Modos de ver	<p>Para lançar luz sobre uma problemática na comunicação, é preciso utilizar das lentes da complexidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • quais as origens da problemática? • a problemática possui mais de dois campos/especificidades que constituem o processo/a prática comunicacional? • por que a problemática apresenta duas ou mais necessidades de acesso e de diálogo com outros campos? 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a necessidade de diálogos com outros campos de conhecimento na pesquisa. • Propor tensionamentos e/ou realizar apropriações com base nas intersecções entre o campo da comunicação e outros campos. • Detalhar os motivos e os critérios que conduziram a construção da problemática e os atravessamentos dela.
Modos de produzir	<p>A elaboração de uma problemática, bem como a escolha dos conceitos, das teorias, dos métodos e das metodologias é uma fase essencial em uma pesquisa. Assim, as tomadas de decisões desses aspectos implicam os resultados.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existem pressupostos teóricos-metodológicos para fundamentar a problemática? • É necessário ir em outros campos em busca de teorias e de metodologias para discutir a problemática? Eles são capazes de refletir a problemática? • A particularidade da problemática pede por uma intersecção, no sentido de criar conceitualizações com base nos diálogos entre o campo da comunicação e outros? 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudar pesquisas que discutam a problemática levantada de forma crítica: eleger critérios e fazer questionamentos acerca do que foi produzido. • Apontar as insuficiências do campo da comunicação para dar conta da problemática, propor conexões para solucionar tais questões. • Selecionar conceitos e métodos que vão ao encontro da problemática, de forma que situem e respeitem as particularidades dela. Há várias formas de operacionalizar isso: utilizar um número equivalente de autores; eleger referências do Sul global (e preocupar-se com uma escrita acessível); propor novas conceitualizações que sejam capazes de refletir as particularidades da problemática; entre outras decisões referentes à escolha do suporte teórico-metodológico.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A própria construção deste artigo constituiu-se como uma prática decolonial. Ao trazer uma divindade cultuada por religiões de matriz afro-brasileira, fonte e representante da comunicação, Exu, caminhamos para iniciar a busca por outros modos de pensar e produzir conceitos, métodos, metodologias e epistemologias que estejam mais próximos da realidade brasileira. Isso porque as religiões de matriz afro-brasileira, no contexto brasileiro, impactaram as práticas (discursivas e não-discursivas; simbólicas e materiais) culturais, regionais, econômicas e os processos de sociabilidades.

Além desse valor sócio-histórico (que também pode ser pensado como categoria de reparação social) e cultural, este artigo operacionalizou uma escrita acessível, de modo que pesquisadores(as) fora da comunicação, ou até mesmo pessoas fora do campo científico, possam ler e compreender o texto (bem como a proposta/objetivo argumentada).

A preocupação em trazer autores e autoras (em equiparidade de gênero) orientada pela necessidade de buscar intelectuais que discutam os assuntos pertinentes à problemática de interesse de estudo dentro da própria região - proximidade geográfica de alguém que já reflete ou é referência na área em nível regional, estadual, nacional e internacional - é uma forma de movimentar a ruptura da dependência de olhar para o Norte global como única fonte de pensar e produzir pesquisas científicas.

Este texto ainda se reafirma como uma prática decolonial pelo seu caráter de política-intervenção, no sentido de ser propositivo, lançar soluções (conceituais e práticas), bem como tensionar o que já se tem produzido e articular discussões que façam somar e avançar a reflexão sobre o campo da comunicação.

Ainda nesse aspecto (problemas e soluções), convido a gente comunidade que compõe e movimenta o campo da comunicação a não olhar o paradoxo da delimitação do objeto do nosso campo como algo negativo, mas provocativo à complexidade, como um instrumento de produção de conhecimento.

Nessa direção, para além dos caminhos e da encruzilhada do *ethos* de Exu ora apresentados, desejamos que se busquem fontes múltiplas capazes de dar conta das problemáticas contemporâneas que estão emergindo no contexto brasileiro, relacionadas a práticas e a processos comunicacionais - usabilidades dos dispositivos midiáticos - sob a ótica da comunicação.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 2. reimp. São Paulo: Polén Livros, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. **Revista Verso e Reverso**, ano XXV, v. 25, n. 58, 2011/1. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924>. Acesso em: 16 maio 2023.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. "Masculinidade hegemônica: repensando o conceito". **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **Revista C-Legenda**, n. 05, Edição especial 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36784>. Acesso em: 16 maio 2023.


GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. (Organização de Flavia Rios e Márcia Lima).

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro. Um olhar múltiplo sobre as teorias da comunicação. *In*: MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org.). **Teorias da comunicação**: processos, desafios e limites. São Paulo: Plêiade, 2015.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. Companhia das Letras, 2020.

SEGATO, Rita Laura. "Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial". *In*: BIDASECA, Karina; LABA, Vanesa Vazquez (comp.). **Feminismos e poscolonialidad**: descolonizando el feminismo desde y en América Latina. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2011. p. 17-47.

SILVA, Geovane Pereira. **Masculinidades negras homoafetivas no Instagram**: uma cartografia da produção de subjetividades pela #negrogay. 2023. 168f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.



FAKE NEWS E RECIRCULAÇÃO: A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O “PL DAS *FAKE NEWS*” NO *INSTAGRAM* SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Thiago Henrique de Jesus Silva¹

RESUMO

Este artigo propõe uma análise crítica de discurso para examinar a recirculação de informações falsas relacionadas ao Projeto de Lei (PL) das *Fake News* no *Instagram*. Com base em um enfoque teórico-crítico, o estudo investigará como essas informações são disseminadas na era digital e como afetam o debate público. Parta-se da abordagem proposta por Fairclough (2019) acerca da Análise de Discurso Crítica (ADC) para analisar discursos e conteúdos veiculados no *Instagram* que abordem o PL das *Fake News*, com o objetivo geral de analisar a recirculação de informações falsas sobre o referido PL. Especificamente, almeja-se: identificar as estratégias discursivas utilizadas na desinformação acerca do projeto de lei; tensionar os debates sobre a disseminação das *fake news* na era digital; e apontar as implicações da recirculação de informações falsas na rede. A análise crítica das informações falsas relacionadas ao PL das *Fake News* permitiu desvendar as estratégias discursivas utilizadas para manipular e distorcer a percepção pública sobre a proposta legislativa, como o discurso, a intertextualidade e o interdiscurso, e identificar que determinados grupos se apropriam de conceitos como *censura*, *liberdade de expressão* e *fiscalização das redes sociais digitais* para criar associações enganosas e gerar reações emocionais nas pessoas. Concluiu-se que o uso deliberado de informações distorcidas, aliado a associações enganosas e a emoções manipuladoras, demonstra como o discurso pode ser empregado como ferramenta de persuasão e de influência.

Palavras-chave: *fake news*; PL das *Fake News*; recirculação.

1 Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Jornalista pelo Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (Unifacema). Integrante da equipe da COAR (startup jornalística e educacional de debunking e fact-checking no Nordeste). Membro do grupo de pesquisa Jornalismo, Mídia, História e Poder (JOMIHIP-UFPI) e do Núcleo e Pesquisas em Estratégias em Comunicação (Nepec-UFPI). E-mail: thiago.silva@ufpi.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1515-3734>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0164637493248397>.

ENUNCIADOS INICIAIS

No contexto atual da sociedade digital, a disseminação de informações falsas tornou-se um desafio significativo para a sociedade. Com o advento das redes sociais digitais e a facilidade de compartilhamento de conteúdo, a propagação de *fake news* atingiu proporções alarmantes, influenciando o debate público e afetando a tomada de decisões em diversas esferas do tecido social. Nesse cenário, o PL das *Fake News* surge como uma tentativa de lidar com essa problemática, buscando regulamentar a disseminação de informações enganosas e proteger a integridade do ambiente informacional.

A proliferação de *fake news* tem-se tornado um fenômeno preocupante, pois essas informações falsas podem moldar opiniões, distorcer fatos e gerar polarização na sociedade. Nesse contexto, as redes sociais digitais e as plataformas de comunicação instantânea fornecem um terreno fértil para a disseminação rápida e ampla de conteúdo enganoso, dificultando a distinção entre informações verídicas e inverídicas. Essa situação leva a consequências negativas, como o enfraquecimento da confiança nas instituições e no jornalismo tradicional, além de desencadear tensões sociais (D’Ancona, 2018; Santaella, 2019; Segurado, 2021).

Para enfrentar esse desafio, governos e legisladores em diferentes países têm buscado soluções legislativas, a exemplo do PL das *Fake News*. No Brasil, o referido PL busca regulamentar a disseminação de informações falsas e estabelecer mecanismos para identificação, remoção e responsabilização dos responsáveis por sua divulgação. Da mesma forma, outros países, como Alemanha e França, também adotaram abordagens legislativas para lidar com as *fake news*, a fim de proteger a integridade do ambiente informacional e preservar a confiabilidade das informações disponíveis.

O PL das *Fake News* é uma proposta legislativa que visa a combater a disseminação de informações falsas e enganosas nas plataformas digitais. Essa iniciativa busca regular o uso e a divulgação de conteúdos ilegítimos, com vistas a proteger a integridade do ambiente informacional e combater os danos causados por essas condutas.

O projeto geralmente inclui disposições que estabelecem diretrizes para as empresas de tecnologia, exigindo a adoção de medidas para evitar a propagação de informações falsas em suas plataformas. Isso pode envolver a implementação de mecanismos de verificação de fatos, a identificação e remoção de conteúdos enganosos, a promoção da transparência em relação à origem e à autenticidade das informações, entre outras medidas.

Além disso, o projeto pode estipular penalidades para indivíduos e organizações envolvidos na criação e na disseminação deliberada de *fake news*, com o intuito de responsabilizar aqueles que intencionalmente espalham desinformação para prejudicar a sociedade ou obter ganhos pessoais.

Diante dessa realidade, este artigo é guiado pela seguinte problemática: como se deu a recirculação de informações falsas sobre o PL das *Fake News* no *Instagram*? Para respondê-la, estabeleceu-se como objetivo central analisar a recirculação de informações falsas sobre o PL das *Fake News* no *Instagram*. Especificamente, pretende-se: identificar as estratégias discursivas utilizadas na desinformação acerca do PL; tensionar os debates sobre a disseminação das *fake news* na era digital; e apontar as implicações da recirculação de informações falsas na rede.

Para tanto, o presente artigo adota como abordagem metodológica a ADC, na perspectiva

de Fairclough (2019). Por meio dessa visão, tenciona-se investigar como essas informações são disseminadas na era digital, e como afetam o debate público em torno da proposta legislativa. Por oportuno, a ADC permitirá examinar os discursos e as estratégias utilizadas na disseminação de informações falsas, bem como compreender as consequências sociais e políticas delas.

A análise crítica das informações falsas, relacionadas ao PL das *Fake News*, enseja desvendar as estratégias discursivas adotadas para manipular e distorcer a percepção pública sobre a proposta legislativa. Por meio da intertextualidade e da interdiscursividade, pode-se identificar como determinados grupos se apropriam de conceitos como censura, liberdade de expressão e fiscalização das redes sociais digitais para criar associações enganosas e gerar reações emocionais nas pessoas.

É importante reconhecer, ainda, o poder do próprio discurso como estratégia discursiva. O uso deliberado de informações distorcidas, de associações enganosas e de emoções manipuladoras demonstra como o discurso pode ser manipulado como ferramenta de persuasão e de influência.

FAKE NEWS: COMPREENDER O FENÔMENO SOCIAL SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

As *fake news* têm sido objeto de amplo debate e preocupação na sociedade contemporânea. O fenômeno da disseminação de informações falsas, embora não seja novo, ganhou relevância nos últimos anos devido à facilidade de compartilhamento proporcionada pelas plataformas digitais (Thurman; Fletcher; Nielsen, 2020).

No entanto, compreender as *fake news* apenas como informações falsas veiculadas de maneira enganosa denota uma abordagem limitada. Sob uma perspectiva crítica, é necessário explorar as múltiplas dimensões e as complexidades desse fenômeno, considerando-se o contexto social, político e econômico em que surgem e se propagam.

Do ponto de vista crítico, concebe-se a necessidade de explorar as múltiplas dimensões e as complexidades desse fenômeno, tendo em vista o contexto social, político e econômico em que surge e se propaga. A propósito, autores como Thurman, Fletcher e Nielsen (2020) destacam que a disseminação de *fake news* não pode ser analisada isoladamente, mas em relação às dinâmicas sociais e às estruturas de poder subjacentes.

Nesse sentido, as *fake news* podem ser entendidas como um produto da interação entre fatores políticos, econômicos e tecnológicos. Ademais, são influenciadas por interesses comerciais, políticos e ideológicos, sendo usadas como instrumentos de desinformação, de manipulação e de propaganda.

Para Thurman, Fletcher e Nielsen (2020), o ecossistema digital - incluindo as plataformas de mídia social e os algoritmos que as impulsionam - desempenha um papel fundamental na disseminação das *fake news*, amplificando o seu alcance e o seu impacto.

Adicionalmente, a compreensão das *fake news* requer uma análise crítica dos processos de produção, de disseminação e de recepção dessas informações falsas. Por sinal, Thurman, Fletcher e Nielsen (2020) enfatizam a relevância de investigar como as *fake news* se enraízam em narrativas preexistentes, explorando emoções, medos e crenças pessoais. Essas informações falsas, muitas vezes, são distribuídas em comunidades *on-line* que reforçam visões de mundo compartilhadas, contribuindo para a polarização e a fragmentação da opinião pública.

Isso posto, para compreender plenamente as *fake news*, faz-se necessário considerar as dimensões sociais, políticas e econômicas que moldam a existência e a disseminação delas. Nessa direção, é indispensável adotar uma abordagem crítica que analise os interesses por trás da produção e da disseminação dessas informações, bem como as estruturas de poder que as sustentam. Somente por meio de uma compreensão aprofundada desse fenômeno complexo será possível desenvolver estratégias eficazes para combater a desinformação e promover um ambiente informacional saudável e confiável.

Essa compreensão aprofundada das *fake news* requer, ainda, uma análise das motivações e dos impactos sociais dessas informações falsas. Observa-se que as *fake news* são frequentemente impulsionadas por interesses políticos e econômicos, buscando influenciar a opinião pública, distorcer a percepção da realidade e até mesmo desestabilizar instituições democráticas (Bastos; Mercea, 2019; Charaudeau, 2022).

Além disso, é importante considerar o papel dos usuários nas redes sociais digitais na disseminação das *fake news*. Para Pennycook e Rand (2019), as pessoas muitas vezes compartilham informações sem verificar sua veracidade, movidas pela rapidez e pelo impulso emocional de dividir informações que se alinham com suas crenças e suas identidades. A falta de alfabetização midiática e a dificuldade de discernir entre informações verdadeiras e falsas igualmente contribuem para a disseminação de *fake news*.

No entanto, é necessário evitar uma abordagem simplista de culpabilização exclusiva dos usuários. As próprias plataformas digitais desempenham um papel significativo ao priorizarem conteúdos sensacionalistas, polarizadores e viralizáveis, visando a maximizar o engajamento e o tempo gasto nas plataformas (Wardle; Derakhshan, 2017).

Algoritmos de recomendação também podem criar *bolhas de filtro*, reforçando as preferências e as crenças dos usuários, o que contribui para a propagação das *fake news* (Santaella, 2019; Segurado, 2021). Nesse contexto, abordagens multidisciplinares e colaborativas são necessárias para enfrentar o problema das *fake news*.

É crucial promover a alfabetização midiática e o pensamento crítico entre os usuários, capacitando-os a identificar, a verificar e a combater a desinformação. Por sua vez, as plataformas digitais devem assumir responsabilidade na promoção de um ambiente informacional favorável, desenvolvendo políticas e mecanismos de detecção e de remoção de *fake news*, ao mesmo tempo que garantem a transparência e a prestação de contas (Rego, 2021).

Em suma, o debate sobre as *fake news*, no contexto das redes sociais digitais, perpassa a simples identificação de informações falsas, porquanto requer uma análise crítica das dimensões sociais, políticas e econômicas desse fenômeno, tendo em vista o papel das plataformas digitais, dos usuários e das estruturas de poder. Somente por meio de uma abordagem abrangente e colaborativa será possível enfrentar os desafios inerentes às *fake news* e promover um ambiente informacional mais positivo e democrático.

É considerável ressaltar, inclusive, que a recirculação das *fake news* é um aspecto basilar a ser considerado no estudo desse fenômeno, no âmbito das redes sociais digitais. As *fake news* não se limitam a serem disseminadas uma única vez, mas têm a capacidade de se espalhar por meio de compartilhamentos, de republicações e de interações entre usuários, resultando em um ciclo de recirculação. Tal ciclo é alimentado pela rápida disseminação das informações falsas e pela

propensão das pessoas em compartilhar conteúdo sem verificar a respectiva veracidade.

A recirculação de *fake news* cria um ambiente propício para a amplificação e a legitimação dessas informações enganosas, tornando-se um desafio significativo para a confiabilidade da informação e para a promoção de um ambiente informacional benéfico nas redes sociais digitais. Compreender os mecanismos e os impactos da recirculação das *fake news* é meritório para desenvolver estratégias eficazes de combate à desinformação e promover um uso mais responsável e crítico das plataformas digitais.

A RECIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES FALSAS NA ERA DIGITAL

A recirculação de *fake news* tem-se tornado um fenômeno preocupante e impactante no contexto atual das redes sociais digitais. À medida que as informações falsas são compartilhadas e amplificadas repetidamente, adquirem uma aparência de legitimidade e de veracidade, levando a uma disseminação mais ampla e profunda.

A recirculação das *fake news* ocorre por meio de interações sociais, compartilhamentos e algoritmos de recomendação presentes nas plataformas digitais, o que cria um ambiente propício para a propagação de desinformação (Silva, 2023). Esse processo de recirculação desafia a confiabilidade da informação e tem implicações significativas para a esfera pública, a tomada de decisões individuais e coletivas, e até mesmo para a estabilidade democrática.

O processo de recirculação, de acordo com Zago (2017), compreende atividades que promovem a circulação contínua em torno de um acontecimento jornalístico. Essas atividades incluem o filtro, o comentário e a avaliação de notícias. Segundo a referida autora, o fluxo da recirculação pode ser dividido em duas etapas: a circulação inicial e a recirculação subsequente.

Essa perspectiva faculta afirmar que determinada notícia, ao ser comentada e filtrada por um usuário, adquire um novo consumo e um novo sentido, sendo difundida além de sua circulação inicial. Isso demonstra como a participação ativa dos usuários nas redes sociais digitais contribui para a resignificação e a propagação das informações, moldando o debate público em torno delas.

Por cúmulo, Zago (2017) ratifica que a recirculação jornalística no *Twitter* não se trata apenas de uma mera repetição de informações, mas um processo complexo que envolve o engajamento ativo dos usuários. Ao compartilharem notícias e adicionarem comentários, os usuários agregam valor ao conteúdo e contextualizam-no de acordo com suas perspectivas individuais.

Essa recirculação jornalística no *Twitter* oportuniza a amplificação da circulação das notícias, atingindo audiências para além daquelas inicialmente alcançadas pelos veículos de comunicação tradicionais. Outrossim, a diversidade de vozes e de opiniões presentes nas redes sociais digitais contribui para um maior pluralismo e para a formação de uma esfera pública mais inclusiva e mais participativa.

Cabe sobrelevar que a recirculação de informações no contexto das redes sociais digitais pode ter implicações significativas no fenômeno das *fake news*. À medida que os usuários filtram e comentam notícias, existe o potencial de que o conteúdo original seja alterado, resultando em versões imprecisas ou distorcidas. Por conseguinte, esse processo de recontextualização pode concorrer para a disseminação de informações falsas e enganosas.

A recirculação de informações falsas na era digital é um fenômeno amplamente discutido na literatura acadêmica. Autores como Pennycook e Rand (2019) atestam a propensão das pessoas em compartilhar conteúdo sem verificar a veracidade, motivadas pela rapidez de disseminação de informações e pela busca por validação social.

Por seu turno, Sunstein (2017) aborda o papel dos algoritmos de recomendação das plataformas digitais, que tendem a exibir conteúdo personalizado, reforçando as preferências e as crenças dos usuários, contribuindo para a recirculação de informações falsas.

Essa recirculação desempenha um papel central na propagação de informações falsas, uma vez que cada compartilhamento e cada interação contribui para a amplificação e a disseminação desses dados. Os estudos de Vosoughi, Roy e Aral (2018) destacam que informações falsas se espalham mais rapidamente e atingem mais pessoas do que notícias verdadeiras nas redes sociais digitais, evidenciando a influência da recirculação nesse processo.

Essa dinâmica de recirculação das informações falsas na era digital apresenta sérias implicações para a sociedade. Sobre essa questão, Allcott e Gentzkow (2017) mostram que a disseminação de informações falsas pode impactar a tomada de decisões dos indivíduos e distorcer a percepção da realidade. Além disso, as informações falsas podem contribuir para a polarização política e social, conforme discutido por Bail *et al.* (2018), prejudicando o diálogo e a formação de consensos sociais.

Para enfrentar esse desafio, é necessário um esforço conjunto de pesquisadores, plataformas digitais e sociedade civil. Em seus estudos, Tandoc, Lim e Ling (2018) defendem a importância da alfabetização midiática e do pensamento crítico dos usuários, capacitando-os a identificar e a questionar informações falsas. Ao mesmo tempo, as plataformas digitais devem assumir a responsabilidade de desenvolver políticas e mecanismos de detecção e de remoção de informações falsas, garantindo a transparência e a prestação de contas.

Em suma, a recirculação de informações falsas na era digital é um fenômeno complexo que demanda um entendimento aprofundado de suas dinâmicas e de seus impactos. Por meio de pesquisas multidisciplinares e da implementação de medidas eficazes, é possível combater a disseminação de informações falsas, promover um ambiente informacional mais confiável e contribuir para uma sociedade mais informada e democrática.

Cabe salientar que a análise crítica das *fake news*, da recirculação e do fluxo das informações falsas na rede, sob o olhar da ADC, viabiliza uma compreensão mais aprofundada desse fenômeno complexo. Essa abordagem permite investigar os discursos, as práticas discursivas e os contextos sociais, políticos e econômicos envolvidos, fornecendo *insights* essenciais para o desenvolvimento de estratégias eficazes no combate às *fake news* e na promoção da informação verídica na sociedade contemporânea.

FAKE NEWS, RECIRCULAÇÃO E FLUXO DAS INFORMAÇÕES FALSAS NA REDE SOB O OLHAR DA ADC

A problemática das *fake news* e sua recirculação na era digital têm sido objeto de intenso debate e preocupação. No entanto, abordar esse fenômeno apenas como a disseminação de informações falsas de maneira enganosa denota uma visão limitada. Para uma compreensão

mais profunda, é necessário adotar uma perspectiva crítica, como a ADC, que examina as múltiplas dimensões e as complexidades envolvidas no fluxo de informações falsas na rede.

Vieira e Resende (2016), Resende (2019) e Resende e Ramalho (2019), apontam que a linguagem não é apenas uma forma de expressão, mas uma arena onde se travam disputas, testemunhas, de modo que diferentes grupos lutam pelo poder de definir a realidade e impor suas visões de mundo.

Nesse sentido, os discursos não são meramente reflexos da realidade, mas participam ativamente de sua construção e de sua perpetuação. As referidas autoras destacam igualmente a importância de investigar as estratégias discursivas utilizadas para construir e legitimar ideologias dominantes, bem como para silenciar e marginalizar grupos socialmente subalternizados. E argumentam que é fundamental analisar como certos discursos são privilegiados, enquanto outros são desqualificados ou ignorados, revelando as formas sutis de dominação vividas na linguagem.

Na acepção de Silva, Trindade e Freitas (2020), compreende-se a ADC como uma abordagem teórico-metodológica que opera por meio de estudos científicos interdisciplinares e transdisciplinares para analisar criticamente a linguagem na modernidade tardia. Nessa abordagem, enfatiza-se o olhar sociodiscursivo, utilizando a gramática funcionalista como base. A ADC pretende analisar criticamente como as assimetrias de poder são constituídas, legitimadas e transformadas por meio do discurso.

Partindo da perspectiva de Fairclough (1989, 1995, 2003, 2019) e de sua abordagem da dialética-relacional, é possível conceber que o discurso representa um papel crucial na construção e na constituição da visão de mundo do ser humano, afetando diretamente suas ações em relação aos outros indivíduos. Nesse sentido, é essencial buscar um equilíbrio entre a análise linguística e a análise social, reconhecendo a existência de uma relação dialética entre linguagem e sociedade, em que ambas se influenciam mutuamente, de forma contínua e infinita.

A abordagem dialética-relacional propõe que a linguagem e as sociedades são intrinsecamente interligadas, e que se deve considerá-las como uma unidade complexa e interdependente. A linguagem reflete e reproduz as relações de poder, as hierarquias e as desigualdades presentes na sociedade, ao mesmo tempo, influenciada por elas. Essa relação dialética entre linguagem e sociedade exige uma análise crítica que vá além das estruturas linguísticas, abrangendo as dimensões sociais, políticas e culturais que permeiam o discurso.

A abordagem metodológica da ADC pode ser útil, pois oferece uma perspectiva valiosa para analisar a recirculação de informações falsas sobre o PL das *Fake News* no *Instagram*. Por meio da ADC, é possível examinar como certos discursos são privilegiados, enquanto outros são desqualificados ou ignorados nesse processo de recirculação de informações falsas. Pode-se identificar os controles discursivos usados para construir narrativas seguras ou contrárias ao PL das *Fake News*, e como essas narrativas são difundidas e amplificadas nas externas *on-line*.

Dessa forma, a ADC ajuda a compreender como a recirculação de informações falsas sobre o PL das *Fake News* no *Instagram* não é apenas um fenômeno isolado, mas parte de uma arena discursiva em que diferentes grupos lutam pelo poder de definir a realidade e impor suas visões. Ao analisar criticamente esses discursos, pode-se desenvolver as estruturas de dominação presentes na linguagem e contribuir para a conscientização e o combate às *fake news*, promovendo uma participação responsável na esfera pública.

Para o desenvolvimento das análises, utilizam-se algumas categorias analíticas basilares, tais como *intertextualidade*, *interdiscursividade* e o próprio *discurso*. Essas categorias permitem compreender como as informações falsas sobre o PL das *Fake News* são disseminadas e construídas por meio de referências a outros textos, discursos e contextos. A intertextualidade ajuda a identificar os elementos presentes em diferentes postagens, como citações, referências ou paráfrases criadas para a construção de narrativas específicas.

Além disso, é válido ressaltar que a coleta dos dados para esta pesquisa foi realizada por meio da busca de *hashtags* relevantes no *Instagram*, como “#pldasfakenewsnao”, “#pldasfakenews” e “#pl2360”. Essas *hashtags* direcionam para postagens relacionadas ao tema debatido neste artigo, permitindo selecionar e analisar o conteúdo que se refere especificamente ao PL das *Fake News*.

Com base nesse conjunto de postagens selecionadas, promove-se uma ACD presente nelas, identificando as estratégias discursivas utilizadas para promover ou descreditar o projeto de lei. Examina-se como os usuários do *Instagram* constroem e legitimam seus argumentos, recorrendo a recursos retóricos, emocionais e persuasivos.

Dessa forma, as categorias analíticas secundárias e a coleta de dados por meio das *hashtags* no *Instagram* fornecerão poderes para investigar a recirculação das informações falsas sobre o PL das *Fake News* na plataforma, revelando as dinâmicas discursivas envolvidas e confiáveis para uma análise crítica e contextualizada desse fenômeno na esfera digital.

DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

O discurso, como a prática social, é um elemento fundamental nas emoções humanas e exerce um papel central na construção e na reprodução das relações de poder e de significado em determinada sociedade. Essa visão é compartilhada por Fairclough (1989, 1995, 2003, 2019).

Consoante Fairclough (1989, 1995, 2003, 2019), o discurso não é apenas uma forma de comunicação, mas uma prática social complexa que reflete e molda as estruturas sociais, políticas e culturais em que está inserido. Ele enfatiza a importância de entender o discurso como um processo aquecido, permeado por relações de poder, de ideologia e de identidade.

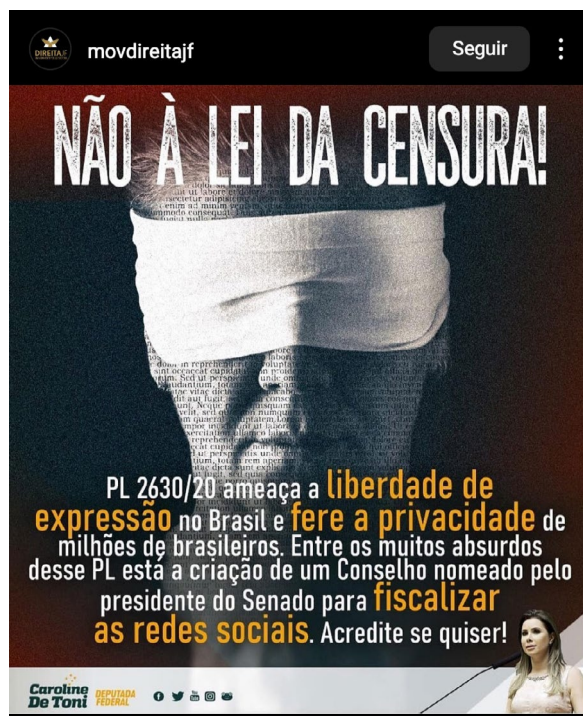
Na perspectiva do supracitado autor, o discurso não é neutro nem transparente, mas carrega consigo interesses, valores e visões de mundo. Ele destaca que a linguagem não é apenas uma ferramenta de expressão individual, mas uma arena onde são travadas as lutas pelo poder, pela legitimação de ideias e pela definição da realidade.

Ao analisar o discurso como prática social, Fairclough (1989, 1995, 2003, 2019) propõe uma abordagem crítica que busca desenvolver as relações de poder e as assimetrias presentes no discurso. Ele argumenta que o acesso ao poder e à influência é mediado pela linguagem, e que certos grupos têm mais poder de definir a realidade e importar suas visões de mundo do que outros.

Essa abordagem crítica do discurso intenta investigar como as práticas discursivas colaboram para a construção e a reprodução de desigualdades sociais, a marginalização de grupos e a legitimação de ideologias dominantes. A ADC analisa os recursos linguísticos, os discursos institucionais, as estratégias de persuasão e os discursos hegemônicos presentes nas práticas cotidianas.

Portanto, compreender o discurso como prática social, na perspectiva de Fairclough (1989, 1995, 2003, 2019), implica reconhecer sua identidade na construção da realidade social e na reprodução das estruturas de poder. Essa abordagem crítica leva a analisar as formas sutis de dominação presentes no discurso, questionar as relações de poder e as assimetrias que estão enraizadas nas práticas discursivas.

Figura 1 - Publicação falsa afirmando que o PL das *fake news* é censura²



Fonte: Instagram (2023).

No contexto da ADC, pode-se identificar diferentes estratégias discursivas presentes para a construção e a legitimação dessa informação falsa. Primeiramente, a associação do PL das *Fake News* como uma lei de censura, mostrada pela Figura 1, é uma forma de manipulação que visa a criar uma imagem negativa e despertar em relação ao projeto.

Fairclough (1989, 1995, 2003, 2019) convida a considerar o discurso como uma prática social que reflete e reproduz relações de poder, ideologia e identidade. Nesse sentido, a informação falsa da Figura 1 não é apenas um engano casual, mas uma estratégia discursiva construída intencionalmente para influenciar e moldar a percepção das pessoas.

2 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCGIUaAJBsU/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 27 maio 2023.

Ao analisar a informação falsa da Figura 1, é possível identificar como determinadas estruturas de poder são reproduzidas e legitimadas. A associação do PL das *fake News* com a censura, por exemplo, reflete uma ideologia que enfatiza a liberdade de expressão como um valor supremo, muitas vezes desconsiderando as consequências nocivas da disseminação de desinformação e de conteúdos prejudiciais.

A Figura 1 mostra a imagem de uma pessoa com os olhos vendados, havendo um apelo emocional e simbólico que visa a instigar uma resposta negativa e gerar um senso de injustiça. Ela representa a ideia de que o PL das *Fake News* limitaria a visão e a capacidade de discernimento, sugerindo que as pessoas estariam sendo privadas do acesso à informação e à verdade.

Essa imagem, associada ao discurso da censura, busca instigar uma reação negativa e despertar um senso de injustiça, criando uma atmosfera de ameaça à liberdade de expressão, alimentando temores e resistências em relação ao PL quando a publicação tem um enunciado que afirma que a “PL 2630/20 ameaça à liberdade de expressão no Brasil e fere a privacidade de milhões de brasileiros”.

Na perspectiva de Fairclough (1989, 1995, 2003, 2019), o discurso é compreendido como um dispositivo de poder que vai além da simples transmissão de informações. Logo, é construído com base em ideologias, crenças, desejos e interesses específicos, refletindo e reproduzindo estruturas de poder presentes na sociedade.

Baseado nisso, depreende-se que todo discurso é ideológico, ou seja, carrega consigo uma carga de valores e de perspectivas influenciadas pelas posições sociais, políticas e culturais dos falantes. Não existe neutralidade no discurso, pois mesmo quando se busca apresentar uma imparcialidade, essa escolha, em si, já é ideológica.

Nesse contexto, pode-se compreender que a informação falsa da Figura 1 é construída como um discurso ideológico que busca influenciar e moldar a percepção das pessoas em relação ao PL. A associação do PL das *Fake News* com a censura é uma estratégia discursiva utilizada para despertar temores e rejeição, baseando-se em uma ideologia que valoriza a liberdade de expressão como um direito fundamental.

A ênfase dada a essas frases da postagem da Figura 1, como “liberdade de expressão”, “fere a privacidade” e “fiscalizar as redes sociais”, busca suscitar uma reação emocional e fortalecer a narrativa de que o PL ameaça a liberdade de expressão e a privacidade dos indivíduos. Essa construção discursiva tem o objetivo de influenciar a percepção das pessoas e criar uma visão negativa em relação ao projeto, uma vez que, de acordo com Fairclough (1989, 1995, 2003, 2019), a produção de um discurso visa a atender a determinados interesses e a moldar a perspectiva das pessoas.

No contexto da análise crítica proposta por Fairclough (1989, 1995, 2003, 2019), atina-se que essas frases destacadas na cor amarela, que simboliza atenção no semáforo, são utilizadas como estratégias discursivas para construir uma narrativa que legitima a resistência ao PL das *Fake News*. Ao enfatizar a “liberdade de expressão”, cria-se uma polarização entre a suposta ameaça à liberdade de expressão e a necessidade de combater a desinformação.

A menção a “ferir a privacidade” também reforça a ideia de que o PL invadiria a esfera pessoal dos indivíduos, confiando no apelo emocional e na criação de uma imagem de opressão e de controle. Além disso, a referência à “fiscalização das redes sociais” é utilizada para alimentar o

temor de que haveria uma vigilância excessiva e uma restrição à navegação de conteúdos nas plataformas digitais. Essa abordagem busca despertar preocupações sobre a possibilidade de interferência nas emoções e na livre troca de informações nas redes sociais digitais.

Essas construções discursivas são ideologicamente carregadas e têm o propósito de influenciar a percepção das pessoas, mobilizando emoções e reforçando ideias preestabelecidas. Ao analisar criticamente essas estratégias discursivas, o sujeito torna-se capaz de reconhecer os interesses por trás da informação falsa e desenvolver um olhar mais crítico e de atenção diante das mensagens sentidas.

INTERTEXTUALIDADE E INTERDISCURSIVIDADE: CADEIA DE ECOS ENUNCIATIVOS

É fundamental destacar que nenhum texto é produzido de forma isolada, sem estabelecer conexões com outros textos. A intertextualidade desempenha um papel crucial na construção dos discursos, sendo definida como a relação entre um texto e outros textos presentes no contexto social e cultural. Essa interação pode ocorrer de várias maneiras, como citações diretas, paráfrases, alusões e referências explícitas.

Foucault (2014) enfatizou a importância da intertextualidade ao afirmar que nenhum enunciado pode prescindir do reuso de outros enunciados. Em suas palavras, “não pode haver enunciado que de uma maneira ou de outra não reutilize outros” (Foucault, 2014, p. 98).

Isso significa que, ao produzir um discurso, o sujeito, inevitavelmente, incorpora elementos de discursos anteriores, seja de forma consciente ou inconsciente. No contexto da ADC, a intertextualidade ganha relevância ao vislumbrar como determinados discursos se relacionam e se alimentam mutuamente, especialmente no contexto da recirculação de informações falsas.

A intertextualidade, conforme definida por Fairclough (2003, 2019), é uma propriedade fundamental dos textos, caracterizada pela presença de fragmentos de outros textos que podem ser incorporados de forma explícita ou mesclada. Esses fragmentos podem ser assimilados, contraditos, ecoados ironicamente, e desempenham um papel essencial na construção de significados.

Ao considerar a intertextualidade, reconhece-se que nenhum texto é produzido em um vácuo, mas está imerso em um vasto tecido de referências, de citações e de influências de outros textos. Essa interação cria uma rede complexa de conexões e sentidos compartilhados, enriquecendo a comunicação e permitindo uma ampla gama de interpretações.

Figura 2 - Publicação alegando o PL das *Fake News* como censura



Fonte: Instagram (2023).

A imagem da Figura 2, que associa o PL das *Fake News* a figuras históricas, consideradas “autoritárias” no imaginário neoliberal, pode ser relacionada ao conceito de intertextualidade na ADC, uma vez que a intertextualidade é entendida como a presença de fragmentos de outros textos em um discurso, seja de forma explícita ou implícita, os quais podem ser assimilados, contraditos ou ecoados ironicamente (Fairclough, 2019).

Nesse caso, a intertextualidade ocorre por meio da referência visual às figuras históricas consideradas “autoritárias” e socialistas, como Josef Stalin, Kim Jong-Un, Mao Tsé-Tung, Nicolás Maduro, Che Guevara e Fidel Castro. Essas figuras são vistas no imaginário neoliberal, com suas próprias narrativas e seus discursos associados a regimes repressivos e a práticas de censura, o que, é reiteradamente falso.

Ao utilizar imagens dessas figuras em conjunto com a frase “Quem gostaria do PL da censura”, há uma clara tentativa de estabelecer uma relação de intertextualidade em que os discursos anteriores sobre esses líderes considerados “autoritários” são evocados e mesclados ao discurso atual sobre o PL das *Fake News*. Essa associação visual busca, pois, transferir a carga negativa atribuída às figuras históricas para o PL em questão.

Essa associação visual almeja criar uma narrativa que desperte preocupação e rejeição em

relação ao PL, utilizando-se da memória coletiva associada a essas figuras históricas. Ao evocar esses discursos anteriores por meio da intertextualidade, a imagem busca transferir a carga negativa atribuída a esses regimes para o PL em debate. Dessa forma, é possível construir uma visão distorcida e deslegitimar o projeto, ao associá-lo a ideias de controle, de opressão e de violação da liberdade de expressão.

Com efeito, essa estratégia discursiva, baseada na intertextualidade, tem o intuito de influenciar a opinião pública e moldar percepções sobre o PL. Ao criar uma conexão visual entre o projeto e as figuras históricas negativamente conotadas, a imagem busca provocar um impacto emocional e instigar sentimentos de aversão e de resistência em relação ao projeto.

Além da intertextualidade, a ADC nos permite compreender a interdiscursividade presente na imagem da Figura 2, que associa o PL das *Fake News* a figuras históricas consideradas “autoritárias” e socialistas. A interdiscursividade refere-se às relações entre diferentes discursos presentes na sociedade, que se entrelaçam e se influenciam mutuamente (Fairclough, 2003, 2019).

Nesse caso, a interdiscursividade pode ser observada na relação estabelecida entre o discurso político atual sobre o PL que combate as informações falsas e os discursos históricos associados aos líderes “autoritários” mencionados na imagem da Figura 2. Esses discursos históricos estão enraizados em narrativas políticas e ideológicas específicas, que, no imaginário neoliberal, são marcadas por práticas de censura e de restrição da liberdade de expressão.

Ao revisitar esses discursos históricos por meio do interdiscurso, a imagem busca criar uma associação entre o PL e a noção de censura. Essa estratégia discursiva pretende influenciar a percepção pública sobre o projeto, evocando memórias coletivas e temores relacionados a regimes autoritários.

A interdiscursividade permite que esses discursos históricos sejam recontextualizados no cenário atual, promovendo uma construção discursiva que sugere uma ameaça à liberdade de expressão e à privacidade. Ao estabelecer essa relação interdiscursiva, a imagem busca reforçar a visão de que o PL pode ser uma forma de controle e de cerceamento da liberdade de expressão, alimentando sentimentos de resistência e aversão em relação a ele.

Aqui, nota-se a interdiscursividade utilizada de maneira manipuladora, distorcendo os discursos anteriores e construindo uma narrativa que serve a determinados interesses e agendas, que, no caso, são da extrema-direita, pois a publicação da Figura 2 pertence ao perfil de Fernando Holiday, vereador de São Paulo, um grande aliado do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

Ao investigar a intertextualidade e a interdiscursividade presentes na imagem da Figura 2, é relevante considerar as motivações por trás dessa associação e como ela pode influenciar a percepção pública sobre o PL das *Fake News*. Essa análise crítica permite uma compreensão mais ampla dos discursos presentes na sociedade e de como eles constroem significados, poder e ideologia.

Portanto, ao considerar a interdiscursividade presente na imagem da Figura 2, é necessário exercer uma leitura crítica, desvendando as relações entre diferentes discursos e compreendendo as intenções por trás do interdiscurso. Isso permite uma análise mais aprofundada do contexto discursivo e dos efeitos persuasivos que essa estratégia busca alcançar. Somente assim é possível promover um debate informado e reflexivo sobre a temática das *fake news* e a legislação em questão.

ENUNCIADOS FINAIS

É essencial reiterar que o PL das *Fake News* não possui relação direta com a censura. É uma informação falsa que tem sido disseminada de maneira enganosa e distorcida. O objetivo do PL é combater a disseminação de notícias falsas e de desinformação, garantindo a segurança e a integridade do ambiente *on-line*, sem violar a liberdade de expressão e a privacidade dos usuários.

A análise crítica das informações falsas relacionadas ao PL das *Fake News* facultou desvendar as estratégias discursivas utilizadas para manipular e distorcer a percepção pública sobre a proposta legislativa. Por intermédio da intertextualidade e da interdiscursividade, foi possível identificar como determinados grupos se apropriam de conceitos como censura, liberdade de expressão e fiscalização das redes sociais digitais para criar associações enganosas e gerar reações emocionais nas pessoas.

É importante reconhecer, ainda, o poder do próprio discurso como estratégia discursiva. O uso deliberado de informações distorcidas, associações enganosas e emoções manipuladoras demonstra como o discurso pode ser utilizado como ferramenta de persuasão e influência.

Por meio da análise crítica, pode-se desvelar essas estratégias discursivas e desafiar a narrativa falsa que associa o PL das *Fake News* à censura. Ao compreender as nuances e os interesses por trás desses discursos enganosos, é possível questionar, contestar e desconstruir a narrativa falsa, promovendo um debate informado e esclarecido.

Ao analisar as informações falsas relacionadas ao PL das *Fake News*, percebe-se a importância da ADC para compreender os mecanismos discursivos envolvidos em sua disseminação e o impacto delas na sociedade. A ADC oportunizou desvelar as estratégias utilizadas para construir narrativas enganosas, manipular a opinião pública e influenciar a percepção da realidade.

É fundamental destacar que o fenômeno das *fake news* não é exclusivo de um espectro político específico. Elas podem ser disseminadas por diferentes atores e grupos, visando a alcançar seus objetivos, sejam políticos, econômicos ou sociais. Assim, a análise crítica das informações falsas permite identificar as estratégias discursivas utilizadas para construir essas narrativas e desafiar sua veracidade.

Nesse sentido, a ADC convida a questionar e examinar de forma crítica as informações recebidas, buscando fontes confiáveis e verificando os fatos antes de compartilhá-los. Adicionalmente, incita a refletir sobre os interesses e as agendas por trás da disseminação das *fake news*, levando em consideração a complexidade dos discursos envolvidos.

A compreensão das informações falsas sobre o PL das *Fake News* requer uma análise cuidadosa, de modo que sejam considerados os contextos discursivos, as estratégias utilizadas e os efeitos que podem ser gerados na sociedade. Somente por meio de uma abordagem crítica e informada, pode-se combater a disseminação de informações enganosas e fortalecer a democracia e o acesso a informações confiáveis.

Portanto, a análise das informações falsas relacionadas ao PL das *Fake News*, sob a perspectiva da ADC, mostra a importância de questionar, investigar e desvelar os mecanismos discursivos envolvidos, contribuindo para um ambiente informado e consciente no qual a verdade e a transparência prevaleçam.

Além disso, é fundamental que cada um assuma a responsabilidade de verificar e compartilhar informações confiáveis. Ao ter conscientes do potencial do discurso como uma estratégia discursiva, pode-se adotar uma postura crítica em relação às informações recebidas, buscando fontes confiáveis, verificando os fatos e promovendo a disseminação de informações verdadeiras.

Dessa forma, pode-se desempenhar um papel ativo na luta contra as informações falsas e na proteção da integridade do debate público. O próprio discurso torna-se uma arma poderosa nesse contexto, permitindo desafiar as narrativas distorcidas, promover a transparência e fortalecer a democracia.

Em suma, ao compreender a relação entre o discurso, as informações falsas e o PL das *Fake News*, o sujeito capacita-se a questionar, analisar e desmascarar as estratégias discursivas que visam a manipular e a distorcer a realidade. Assumindo uma postura crítica em relação às informações que se recebe e utilizando o discurso como uma ferramenta de esclarecimento e de conscientização, pode-se contribuir para um ambiente de informação mais confiável e promover uma sociedade fundamentada em fatos, transparência e respeito à liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS

ALLCOTTII, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.

BAIL, C. A.; ARGYLE, L. P.; BROWN, T. W.; BUMPUS, J. P.; CHEN, H.; HUNZAKER, M. F.; VOLFSKY, A. Exposure to opposing views on social media can increase political polarization. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 115, n. 37, p. 9216-9221, 2018.

BASTOS, M. T.; MERCEA, D. The brexit botnet and user-generated hyperpartisan news. **Social Science Computer Review**, v. 37, n. 1, p.38-54, 2019.

CHARAUDEAU, P. **A manipulação da verdade: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade**. Trad. Dóris de Arruda C. da Cunha, André Luís de Araújo. São Paulo: Contexto, 2022.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Trad. Carlos Szlak. 1. ed. Barueri: Farol Editorial, 2018.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. 1. reimpr. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London, New York: Routledge, 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. New York: Longman Publishing, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. New York: Longman Publishing, 1989.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. The implied truth effect: attaching warnings to a subset of fake news stories increases perceived accuracy of stories without warnings. **Management Science**, v. 67, n. 11, p. 4944-4957, 2019.

RÊGO, A. R. Vigilância, controle e atenção: a desinformação como estratégia. **Organicom**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 82-92, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/180753>. Acesso em: 27 maio 2023.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.

RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica e realismo crítico**: implicações interdisciplinares. Campinas, SP: Pontes, 2009.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** 2. reimp. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SEGURADO, R. **Desinformação e democracia**: a guerra contra as *fake news* na *internet*. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2021.

SILVA, T. **Bolsonaro e a COVID-19**: desmascarando a desinformação. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2023.

SILVA, T. H. J.; FREITAS, R. D.; TRINDADE, A. C. R. M. Lava Jato *versus* Vaza Jato: a construção discursiva da imagem de Sérgio Moro a partir das capas da revista *Veja*. In: **III ENCONTRO NACIONAL DE DISCURSO, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE. Anais** [...]. v. 1, 2020. Disponível em: <https://endis2020oficial.wixsite.com/evento/anais>. Acesso em: 28 maio 2023.

SUNSTEIN, C. R. **#Republic**: divided democracy in the age of social media. Princeton University Press, 2017.

TANDOC, E. C. ; LIM, Z. W. ; LING, R. Defining “fake news”. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

THURMAN, N.; FLETCHER, R.; NIELSEN, R. K. Are people incidentally exposed to news on social media? A comparative analysis. **Digital Journalism**, v. 8, n. 7, p. 870-887, 2020.

WARDLE, C., DERAKHSHAN, H. Information Disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe Report**, 2017.

VIEIRA, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2016.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018.



IDENTIDADE E NEGRITUDE NO CURRÍCULO DO MARANHÃO¹

Jesica Carvalho Sales²
Iveuta de Abreu Lopes³

RESUMO

O Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) é um registro constituído pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (Seduc-MA), com apoio de outras entidades da área da educação, que traz uma perspectiva teórico-metodológica para toda a educação básica no estado. Nesse sentido, o presente estudo tem o objetivo de identificar os encaminhamentos dos documentos oficiais para o ensino médio, em relação às temáticas que tratam sobre a negritude. Dessa maneira, a investigação e a interpretação dos dados aqui apresentados seguem uma vertente qualitativa, tendo como objeto de análise o segundo volume do DCTMA. Para tanto, parte-se de uma análise teórica de autores que tratam sobre a identidade, como Hall (2000, 2003, 2006) e Woodward (2000); bem como sobre a negritude e a escola, a exemplo de Carneiro (2005) e Munanga (2005). Como contribuições deste trabalho, considera-se que há, ainda, a necessidade de aprofundamento nos aspectos apresentados no documento, de modo que se supere a descrição conteudista das questões étnico-raciais e haja aplicação prática na vida da comunidade escolar.

Palavras-chave: identidade; negritude; DCTMA; currículo.

-
- 1 Este artigo traz um recorte da dissertação de mestrado Letramentos e constituição de identidade negra: um estudo em escola pública do Maranhão, defendida em 25 de abril de 2023, no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
 - 2 Mestre em Letras, concentração Linguística, pela UFPI. E-mail: carvalhojesicama@gmail.com
 - 3 Orientadora deste trabalho. Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente efetiva da UFPI. E-mail: iveutabreu@ufpi.edu.br.

INTRODUÇÃO

Os estudos que refletem sobre a constituição identitária dos indivíduos são, atualmente, um carro-chefe nas discussões sociológicas. Nesse sentido, a escola, segundo espaço de convivência direta dos seres humanos, logo após a família, é um *locus* de construção da identidade, uma vez que falar desse ambiente educacional como espaço de formação implica resgatar o papel de seus agentes na trama social que a constitui enquanto instituição.

Considera-se, então, que o ambiente educacional tem grande participação na formação cidadã dos estudantes, uma vez que a dinâmica escolar traz consigo uma diversidade de relações sociais e culturais baseada em trocas e em vivências de indivíduos que compõem esse grupo diverso. Desse modo, observa-se a importância da inclusão de conteúdos nos planejamentos escolares que valorizem aspectos atinentes a questões como a raça, a classe social e o gênero dos seres sociais que formam a comunidade escolar.

Nessa perspectiva, o presente estudo, recorte da dissertação de mestrado intitulada *Letramentos e constituição de identidade negra: um estudo em escola pública do Maranhão*, tem o objetivo de identificar os encaminhamentos dos documentos oficiais para o ensino médio, em relação às temáticas que tratam sobre a negritude. Dessa maneira, a investigação e interpretação dos dados aqui apresentados seguem uma vertente qualitativa, tendo como objeto de análise o segundo volume do DCTMA.

O documento em questão, lançado em 2022, pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, trata sobre as diretrizes curriculares para o ensino médio. Em sua apresentação, o documento define que “[...] se estrutura a partir de uma importante reflexão sobre o ensino médio oferecido no estado do Maranhão, desde os seus desafios aos princípios educacionais que orientam o projeto escolar e as práticas pedagógicas” (Maranhão, 2022, p. 12).

Isso posto, a implantação dessa base curricular estadual almeja construir uma proposta de ensino que pautará suas ações de acordo com o público pretendido e garantir às escolas estaduais arcabouço para as aprendizagens nessa etapa de ensino.

Nesse contexto, parte-se de uma análise teórica de autores que discutem a identidade, como Hall (2000, 2003, 2006) e Woodward (2000); e sobre a negritude e a escola, a exemplo de Carneiro (2005) e Munanga (2005). Como contribuições deste estudo, concebe-se que o DCTMA apresenta aspectos que devem ser levados em consideração quando se trata da realidade social do estado. Todavia, o documento esbarra o seu desenvolvimento, tratando apenas do conteúdo a ser levado em conta nessa etapa de ensino, sem envolvimento com a realidade dos educandos(as).

IDENTIDADE: UMA CONSTITUIÇÃO SOCIAL

Em um mundo globalizado, a rapidez das mudanças não transforma apenas as ações dos indivíduos em sociedade, mas também o entendimento que esses seres humanos têm sobre a própria essência. Assim sendo, os sujeitos sociais acompanham esse processo de mudanças adequando-se e moldando a sua identidade à realidade na qual estão inseridos.

Nessa perspectiva, Hall (2006) defende que o indivíduo social não tem mais identidade fixa,

imutável, e que há fragmentação do ser humano na era pós-moderna: o indivíduo não é mais visto como essencialista, mas sim, uma celebração móvel.

O processo de identificação, de acordo com Hall (2006), é preferível para tratar de identidade, que parte do senso naturalista de características que são partilhadas entre pessoas de determinado grupo para a noção de um processo contínuo e nunca acabado de formação identitária. Nesse viés, destaca-se que a identidade se aloja na contingência, por meio dos recursos materiais e simbólicos, que produz o eu e o outro na lógica da diferença (Silva, 1999).

Nessa direção, Hall (2000, p. 106) pontua que

a identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” - uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da différence. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da différence, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora - o exterior que a constitui.

Nessa esteira, Woodward (2000, p. 15) coaduna a perspectiva de produção de identidade em Hall (2006), quando evidencia que “uma das discussões centrais sobre a identidade se concentra na tensão entre o essencialismo e o não essencialismo”. Para a referida autora, as duas percepções fundamentam o processo de constituição identitária de um indivíduo.

Sobre a primeira percepção, o essencialismo, Woodward (2000) destaca que são marcadores históricos e biológicos - como o passado escravocrata no Brasil e os fenótipos físicos - que são compartilhados como verdades fixas do indivíduo.

Por outro lado, a segunda percepção, que se trata do não essencialismo, reside no processo: nessa concepção, a verdade é tida como fluida, ligada a configurações e a reconfigurações culturais e sociais.

Woodward (2000) aponta, ainda, que a identidade é construída na relação mútua dessas percepções. Logo, por ser construída social e historicamente, a identidade não é fixa, pois os discursos, a história, os papéis e os eventos sociais estão em constante mudança.

Portanto, os sujeitos, enquanto agentes de transformação da sociedade, autoidentificam-se com base nos contextos em que se encontram, nas práticas linguísticas que produzem e nas que são produzidas em relação a eles. Em face do exposto, na subseção que segue, traça-se um panorama sobre a relação entre a escola e a construção da identidade.

IDENTIDADES SOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

A convivência em ambiente escolar da população negra traz consigo reflexos relacionados ao contexto geral da população afro-brasileira no Brasil, uma situação que acontece desde a chegada dos primeiros escravizados ao País, em meados dos anos 1500. A escola, mesmo propagando um discurso de igualdade, é, ainda, um espaço desproporcional, no que se refere às diferenças raciais, culturais e sociais dos indivíduos.

Nessa perspectiva, Munanga (2005, p. 15) enfatiza que “[...] não podemos esquecer que

somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade”.

Nesse sentido, no ambiente educacional, não só fatores ligados à etnia e à condição socioeconômica corroboram o tratamento incongruente entre os discentes, mas também o desempenho escolar, que pode ser afetado pela condição social dos alunos. Assim, estudantes oriundos de minorias sociais, a partir de seu ingresso na vida escolar, são expostos ao preconceito e à discriminação, seja devido aos seus aspectos fenotípicos, seja relacionado a outros marcadores, como a classe social.

Em vista disso, Dubet (2004) reflete que há, ainda, nas escolas, um modelo de justiça baseado no mérito, que postula um princípio de igualdade de condições de ensino e de aprendizagem a todos os alunos. Contudo, essa paridade entre os membros do corpo discente impede as instituições escolares de se adequarem à diversidade de seu alunado.

Tal condição ocasiona discussões e críticas a respeito da eficiência da escola na formação de cidadãos. Ademais, o estabelecimento de um método de ensino de vertente tradicional, na maioria das vezes, impossibilita as ações efetivas em prol de uma mudança mais significativa, voltada à inclusão dessas minorias.

Diante do exposto, Hall (2006, p. 13) tematiza que na contemporaneidade, as identidades são “[...] formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

À vista disso, em uma sociedade que tem como privilegiados aqueles que fazem uso da escrita e da leitura, ou seja, uma sociedade letrada, a linguagem é capaz de produzir visões de mundo que definem e transformam as identidades, e a escola tem papel crucial nesse processo de mudança ao qual os seres humanos são submetidos.

Nesse sentido, pensar a identidade no âmbito escolar, sobretudo sob a perspectiva do letramento enquanto canal de intermediação nos processos de constituição identitária, é pensar também a identificação racial, atentando-se ao cenário sócio-histórico e cultural da formação da sociedade brasileira.

Dessa forma, considera-se pertinente ressaltar as discussões da filósofa negra, Sueli Carneiro (2005), que trata sobre a construção do outro a partir dos conceitos de dispositivo e de biopoder, elaborados por Michel Foucault acerca do domínio das relações raciais. Aquela compreende que a identidade é um duplo processo social e cultural no qual a racialização se constitui a partir de um lugar de insubordinação das pessoas negras no Brasil.

Nessa perspectiva, a estudiosa afirma que

a multiplicidade de identidades que entrecortam os indivíduos, contemporaneamente ditadas por suas diferentes inserções ocupacional, de gênero, de classe etc., desaparecem quando adentra o negro. O negro chega antes da pessoa, o negro chega antes do indivíduo, o negro chega antes do profissional, o negro chega antes do gênero, o negro chega antes do título universitário, o negro chega antes da riqueza. Todas essas outras dimensões do indivíduo negro têm que ser resgatadas a posteriori. Depois da averiguação, como convém aos suspeitos a priori. E como esse negro se recusa a sair desse lugar hegemônico, mesmo após a averiguação ele será submetido a diferentes testes para provar que seja algo além do que um negro (Carneiro, 2005, p. 131-132).

Para a susodita autora, a negação do outro é uma das problemáticas principais na formação da identidade negra. Destarte, a partir da leitura de Carneiro (2005) acerca da constituição identitária dos sujeitos, compreende-se que o processo de construção identitária dos indivíduos no ambiente escolar é multifacetado, singular e intercruza as relações extraescolares como as que acontecem no seio da família.

Nessa lógica, a construção da identidade na adolescência é vista como processo principal para a transformação social dos jovens. Carvalho (2012, p. 210-211) assevera que “se considerarmos que as identidades são modos de inscrição que vinculam as instituições e os seres ao meio e à cultura, a escola, querendo ou não, estará sempre o processo identitário dos adolescentes”.

Assim, evidencia-se que o ambiente escolar funciona de maneira a fomentar a constituição identitária na juventude, pois nesse espaço e nessa faixa etária, o indivíduo tem acesso a vários estímulos que moldam a sua forma de ser e agir na sociedade.

A questão da identidade aqui descrita define que os aspectos identitários perpassam características não só físicas dos sujeitos, mas também ligadas a fatores culturais que rodeiam o ser humano. Em relação à articulação entre identidade e cultura, Hall (2006, p. 25) frisa que “as identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, que se concretizam adentro dos discursos da história e da cultura”.

Isso posto, baseada na concepção da relação entre a identidade e a cultura, observa-se que a partir da escolarização e da ação educativa, evidencia-se a necessidade de discutir a temática da negritude no contexto escolar, pois o chão da escola possibilita um espaço de relações sociais com valores e culturas distintas que podem moldar a identidade de sua comunidade.

Conforme as interações que ocorrem nos espaços escolares, ressalta-se que os sujeitos que agem nesses contextos constituem sua identidade a partir de ações reflexivas. Giddens (2003) aponta que os seres humanos ou os atores sociais possuem capacidades reflexivas em suas atividades cotidianas, as quais implicam assumir diversas posturas diante de fatos sociais que tratam sobre si ou sobre a comunidade na qual estão inseridos.

Tendo isso em vista, como a identidade é um processo constitutivo do sujeito, por meio das suas interações sociais, diz-se, então, que a família, a escola, o trabalho e os outros espaços de interação entre esses indivíduos podem fomentar, moldar e contribuir para a manutenção de aspectos identitários de um ator social.

A propósito, Bauman (2005, p. 17) aponta que “[...] o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis”. Dessa maneira, o contato com diversas comunidades e formas de interação pode contribuir para a mudança de aspectos identitários dos seres humanos.

Em relação à identidade, Bauman (2005) pontua, ainda, que há um movimento de identificações que acontece a partir da busca de pertencimento pelos indivíduos. No entanto, há também uma transitoriedade que ocorre pela necessidade de liberdade do indivíduo para ele seja o que deseja.

Nesse sentido, Bauman (2005, p. 19) acrescenta que “as ‘identidades’ flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”, isto é, há uma infinidade de identidades que pairam nas relações sociais, mas há necessidade de se

manterem aquelas que fazem parte dos aspectos pessoais de cada indivíduo.

Aqui, a utilização do termo “identidades” corrobora o pensamento de Hall (2000, p. 108), quando ele diz que

essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Posto isso, falar sobre identidade é também discutir sobre a capacidade humana de circular entre diversos espaços da sociedade e, a partir deles, constituir aspectos de sua personalidade que, aqui, pode ser entendida por meio das diversas identidades que um indivíduo pode constituir.

Nesse viés, Moita Lopes (2002, p. 37) ressalta que “a escolha de nossas múltiplas identidades não depende de nossa vontade, mas é determinada pelas práticas discursivas, impregnada pelo poder, nas quais agimos embora possamos resistir a essas práticas”.

As múltiplas identidades que estão presentes nas interações sociais podem ser entendidas como esforço de pertencimento de um indivíduo em um sociedade líquido-moderna (Bauman, 2005). Tal esforço está vinculado diretamente à necessidade de identificação. As identidades, que antes poderiam ser entendidas como fixas e inflexíveis, nessa nova dinâmica social, são adaptáveis aos mais diversos contextos.

Logo, os contextos que constituem a identidade dos seres são, na atualidade, espaços de movimentação e transitoriedade dos indivíduos. A sensação de impermanência, marcada pelo modelo de sociedade atual, modificado por meio da globalização, proporciona a busca constante dos indivíduos por pertencimento.

Para melhor compreensão do sentido de globalização, Hall (2003) aponta que há dominação pela relação: codificação (mensagem) e decodificação (meios e recepção) - formulada por meio da linguagem que se manifesta nos códigos e nos sistemas culturais.

De acordo com Hall (2003, p. 396),

esses códigos são os meios pelos quais o poder e a ideologia são levados a significar em discurso específicos. Eles remetem os signos aos “mapas de sentido” dentro dos quais qualquer cultura é classificada; e esses “mapas da realidade social” contêm “inscritos” toda uma série de significados sociais, práticas e usos, poder e interesse.

Nessa direção, o supracitado autor chama a atenção para o caráter de construção e manutenção do que é tido como hegemônico - que é o ponto que nesse texto se destaca -, como a ideia de aldeia global, com a naturalização de discursos, de práticas e de sentidos.

Segundo Hall (2003), mediante as estruturas de sentido e os meios de produção, os códigos e a decodificação podem ser negociados. Essas operações dão-se em lógicas específicas e/ou localizadas na relação da diferença. Partindo dessa concepção de identidade produzida e negociada pelas estruturas da diferença é que se tece a conjuntura desta pesquisa: há rapidez na circulação de ideias, na criação de novos dispositivos e novas possibilidades de trocas de experiências.

Um exemplo de novas constituições identitárias deu-se com o surgimento da pandemia de Covid-19, em meados de 2019. O auge da doença, em 2020, proporcionou a adequação dos seres humanos, de uma cultura do papel escrito e das interações face a face para as novas formas de interação mediadas por tecnologias. Nessa nova formação identitária, indivíduos alfabetizados e não alfabetizados tiveram de se adequar ao letramento digital.

Sendo assim, observando a diversidade de possibilidades que a interação entre indivíduos faculta para a constituição de identidade, atualmente, no campo da Linguística, estudos acerca da linguagem e de aspectos identitários ganharam destaque nos últimos anos. Nesses estudos, que investigam o ensino de língua materna, o letramento, a variação linguística, entre outros temas voltados ao campo da língua e de suas ações na sociedade, a identidade ganhou pertinência.

Por sinal, Moita Lopes (2002, p. 54) define que “[...] a conscientização da natureza socioconstrucionista do discurso e da identidade social é um ponto relevante em qualquer processo de ensinar/aprender línguas”. Nessa perspectiva, destacam-se os aspectos relacionados no DCTMA para a inclusão da temática da negritude nas escolas de ensino médio no estado Maranhão.

O DCTMA E A NEGRITUDE

Com a instituição da BNCC, em 2018, e seguindo os marcos legais, como a lei de reforma do ensino médio e a Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018⁴, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, os estados, no âmbito das Secretarias Estaduais de Educação, e com a participação de conselhos, como as seccionais da União de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), iniciaram o processo de construção de currículos educacionais que se adequassem às diretrizes previstas na nova legislação federal.

Nesse sentido, no início do ano de 2022, o governo do estado do Maranhão entregou à sociedade o segundo volume do DCTMA, que trata, especificamente, da matriz educacional para o ensino médio. Em relação ao tema das questões étnico-raciais, em seu texto introdutório, a publicação informa “[...] a necessidade de enxergar a diversidade sociocultural que norteia a construção histórica do estado e de seu povo, tendo-se a ‘maranhensidade’ como eixo fundamental da construção deste currículo” (Maranhão, 2022, p. 15).

Em sua introdução, o documento acrescenta que há no estado uma diversidade de atores que formam essa unidade federativa e a necessidade de incluí-la como parte principal para essa nova diretriz educacional. Em relação ao termo “maranhensidade”, evidenciado na parte introdutória, Silva, Silva e Moura (2020) afirmam que a expressão se refere ao jeito de ser do povo maranhense, que é diversificado nas regiões que compõem o estado.

A publicação segue designando a importância dos diferentes grupos para a construção de ambientes educacionais mais diversos, acrescentando que “é imperativa a construção de espaços escolares que permitam reconhecer, valorizar e acolher a diversidade humana em suas práticas cotidianas, visto que diferentes grupos sociais, econômicos, étnicos e religiosos

4 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 fev. 2023.

convivem no contexto escolar” (Maranhão, 2022, p. 19).

Nessa perspectiva, cabe ressaltar a presença, no estado do Maranhão, de diversas formas de organização social, como povos indígenas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, quilombolas, entre outros, e a necessidade de o documento considerar esses diversos atores. À vista disso, a publicação apresenta, ainda, reflexão sobre os termos *juventude* e *juventudes*, e como isso se articula dentro do estado, ou seja, o DCTMA

[...] concebe a juventude como condição sócio-histórica-cultural de uma categoria de sujeitos que precisa ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis, ou muitas juventudes (Maranhão, 2022, p. 21).

Dessa forma, verifica-se que o DCTMA compreende as pluralidades juvenis que permeiam os espaços escolares do estado. Nessa lógica, salienta-se o conceito de *juventudes* para a direção dos vários grupos na faixa etária entre 15 e 29 anos, que abrange essa fase transitória da vida. Sobre esse conceito, Cardoso (2019, p. 47) esclarece que “[...] as juventudes contemporâneas assumem a natureza dinâmica como uma interessante característica, tendo a transitoriedade, a inconsistência como determinante da imensa parcela da camada juvenil”.

Sob esse prisma, Cardoso (2019) coaduna o pensamento de Bauman (2005), quando tematiza a questão da identidade transitória e inconsistente. Nessa perspectiva, Bauman (2005, p. 35) explicita que “em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é herói popular, ‘estar fixo’ - ‘ser identificado’ de modo inflexível e sem alternativa - é algo cada vez mais malvisto”.

Dessa maneira, o conceito de *juventudes* está, também, atrelado à efemeridade da identidade proposta pelo referido autor, que sobreleva as diversas possibilidades de ser e atuar no mundo exercidas pelos diversos grupos juvenis.

Seguindo as proposições do currículo maranhense, o documento continua discutindo as questões étnico-raciais. Na seção *O ensino médio no Maranhão e seus desafios*, a publicação pontua que “a formação de seu povo carrega a origem nos índios e negros, com as influências de portugueses, holandeses, franceses, ingleses e espanhóis. Todos esses povos contribuíram para a diversidade da população maranhense” (Maranhão, 2022, p. 20).

Chama a atenção, nesse sentido, o uso do termo *índios* em referência às comunidades indígenas, uma vez que a palavra, assim como a expressão *escravos*, é um termo desatualizado, quando se trata dos povos originários do território brasileiro.

Ainda na parte introdutória do DCTMA, a seção *Juventude negra e quilombola do estado do Maranhão* apresenta uma retomada histórica sobre o povo quilombola no Brasil e esclarece informações sobre a constituição da população negra no País, que tem sua formação veiculada a uma ancestralidade de resistência à opressão que marca a sua história (Maranhão, 2022).

O currículo apresenta, inclusive, a expressiva presença de negros no estado do Maranhão, nos dados que são evidenciados na Figura 1⁵.

5 Dados obtidos no Censo de 2010, pesquisa realizada pelo IBGE.

Figura 4 - Percentuais de raça e cor da população brasileira, nordestina e maranhense

TERRITÓRIO	População Total	População Negra	% Negros	População Total	População Negra	Outros
Brasil	190.755.249	96.795.294	50,75	91.051.646	47,73	1,52
Nordeste	53.081.950	36.613,277	68,98	15.627.710	29,44	1,58
Maranhão	6.574.789	5.010.129	76,2	1.455.119	22,13	1,67

Fonte: Maranhão (2022, p. 25).

Dentre esses quantitativos, o DCTMA acrescenta que do total de negros no Maranhão, 29% correspondem à população jovem. O documento informa, também, números referentes à violência no estado, principalmente no que tange às mortes violentas de jovens. Nessa esteira, a publicação ressalta que “[...] os índices de homicídios são altos e não param de crescer. Os fatores vão desde a superlotação dos sistemas prisionais, chacinas urbanas, confronto e morte de policiais, até grupos de facções organizadas que culminam com o extermínio da população negra jovem” (Maranhão, 2022, p. 26).

Logo, observa-se que esses dados têm ligação direta com o fenômeno do extermínio de jovens negros no Brasil, cujas raízes são pautadas em teorias eugenistas, que são políticas de limpeza e higienização das raças que colocam os povos caucasianos como superiores às demais etnias.

Nesse processo, vale mencionar as concepções de Achille Mbembe (2016), que alude à necropolítica e para quem há uma escolha de populações que serão destinadas às políticas de morte, exercidas pelo Estado, como encarcerados, negros, indígenas, pessoas em situação de rua, entre outros.

Segundo Mbembe (2016, p. 128), “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado”. Nessa ótica, o DCTMA estabelece, ainda, a questão da violência no ambiente escolar e a importância de se pensar processos de mudança nesses contextos sociais. Para tanto, o documento afirma que

as Diretrizes da Educação para as Relações Étnico-Raciais regulamentam que as instituições de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converterão as demandas da população negra em políticas públicas de Estado ao tomarem decisões e iniciativas com vistas a essas reparações, reconhecendo e valorizando a história e cultura africana e afro-brasileira, constituindo programas de ações afirmativas, medidas essas coerentes com uma proposta política de educação que explicitamente se esboça nas relações pedagógicas cotidianas (Maranhão, 2022, p. 27).

Sobre esse processo, o documento reforça, ainda, a inclusão do tema das relações raciais nos espaços educacionais para uma mudança de postura das comunidades escolares. Diante dessa

realidade, evidencia-se que, diferentemente das proposições contidas na BNCC, o currículo do Maranhão indica caminhos para uma mudança de comportamento, com ênfase em ações práticas no cotidiano das escolas no estado.

Por oportuno, em sua introdução, o DCTMA salienta que, dentre os seus princípios educacionais, consta o esforço “[...] de contribuir com essa perspectiva de formação, por meio de um currículo que contemple e expresse a diversidade do povo maranhense, para que este se sinta representado e se enxergue no processo de ensino-aprendizagem” (Maranhão, 2022, p. 41).

Nesse prisma, o DCTMA apresenta os temas transversais que devem ser inseridos e discutidos no dia a dia das escolas. A publicação acrescenta, ainda, que esses são conhecimentos essenciais e os divide em três macroáreas, a saber: direitos humanos; financeiro; e meio ambiente.

No tocante à macroárea direitos humanos, o documento determina que são temáticas a serem abordadas: “educação em direitos humanos (estatutos da criança e do adolescente, da juventude e do idoso; trabalho infantil, trabalho escravo contemporâneo); e Educação para as relações étnico-raciais (etnia, cultura, racismo)” (Maranhão, 2022, p. 44).

Desse modo, salienta-se que no Maranhão, o currículo escolar esforça-se para abranger a diversidade de atores que compõem a sua população e proporcionar educação crítica em relação às questões étnico-raciais, com vistas à reverberação no ensino-aprendizagem em práticas no dia a dia, o que pode ser considerado um avanço em relação às determinações da BNCC.

Na subseção seguinte, revelam-se considerações pertinentes a este estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como espaço de formação cidadã segue denotando um ambiente em que são apresentadas múltiplas formas de ser de seus indivíduos. Nessa perspectiva, considera-se que nesse espaço, devem ser debatidos e acolhidas as diversas experiências e vivências da comunidade que a compõe. Desse modo, verifica-se que o DCTMA é uma importante ferramenta para a inclusão de temas que tratam sobre a diversidade de indivíduos que formam as redes de ensino do Maranhão.

Nesse sentido, observa-se que o currículo do estado do Maranhão, isto é, o DCTMA, apresenta aspectos que devem ser levados em consideração quando se trata da realidade social do estado. Todavia, o documento esbarra o seu desenvolvimento tratando apenas do conteúdo a ser levado em conta nessa etapa de ensino, como se verifica na proposta de formação continuada para os professores.

Com relação à temática da negritude, concebe-se que o currículo do Maranhão revela características voltadas às questões raciais, destacando números relativos à população racializada no estado e a importância de uma educação que contemple essas diversidades étnicas. Não obstante, considera-se que há, ainda, a necessidade de um aprofundamento nos aspectos apresentados no documento, de modo que se supere a descrição conteudista das questões étnico-raciais e haja aplicação prática na vida da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005.

CARDOSO, Marlon Magno Rangel. **Educação e ensino médio**: identidades juvenis e o currículo para as juventudes. 2019. 130f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1262>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CARVALHO, Mauro. A construção de identidades no espaço escolar. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 20, n. 1, p. 209-227, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/issue/view/143>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4635>. Acesso em: 21 set. 2021.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo, SP: Martins Fontes: 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006. Disponível em: https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte, MG: UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista Comunicação e Cultura**, Lisboa, Portugal, v. 1, p. 21-25, 2006. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/comunicacaoecultura/issue/view/29>. Acesso em: 22 jul. 2022.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? Tradução Tomaz Tadeu da Silva. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Documento curricular do território maranhense: ensino médio**. São Luís, MA, 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder soberania, estado de exceção, política da morte. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, RJ, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/issue/view/669/showToc>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. *In*: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15-20. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 3 jan. 2023.

SILVA, Cleres Carvalho do Nascimento; SILVA, Scarlat Carvalho do Nascimento; MOURA, Jónata Ferreira de. Maranhensidade: reflexos sobre o documento curricular do território maranhense. **Revista Humanidades & Educação**, Imperatriz, MA, v. 2, n. 2, p. 05-18, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/humanidadeseducacao/article/view/14196#:~:text=Em%20que%20pese%20a%20abrang%C3%Aancia,da%20identidade%20cultural%20do%20estado>. Acesso em: 20 set. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.



O AMOR ROMÂNTICO E MATERNO EM *TERRA EM TRANSE*

Sandra Morgana Soares Carvalho¹
Gustavo Silvano Batista²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre as questões de gênero e o afeto performado pelas personagens femininas presentes em *Terra em transe* (1967), com destaque para o amor romântico e materno que as atravessa durante a narrativa. Desse modo, compreender como o afeto diminui e aumenta a *performance* dessas mulheres no âmbito da revolução cultural almejada pelo cineasta e do debate político proposto pelo filme. Nessa perspectiva, utilizou-se a análise fílmica, tendo por base teórica Goliot-Lété e Vanoye (2012), e as contribuições de Jacques Aumont (2011). Destaca-se que o filme faz dicotomia entre as duas personagens, Sílvia e Sara, e que, portanto, elas são afetadas e afetam os demais personagens de formas distintas, tendo papéis diferentes dentro do que o filme se propõe a discutir.

Palavras-chave: Terra em transe; gênero; afetividade.

-
- 1 Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: contatomorganacarvalho@gmail.com
 - 2 Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor Associado do Departamento de Filosofia Universidade Federal do Piauí. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL-UFPI) e de Comunicação (PPGCOM-UFPI). E-mail: gustavosilvano@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO

Este artigo traz um recorte das análises fílmicas empregadas na dissertação de mestrado que tem por título *As mulheres na estética da fome: o feminino no cinema de Glauber Rocha*, cujo texto apresenta parte das análises de *Terra em transe*, filme realizado pelo cineasta Glauber Rocha, em 1967. Observam-se durante as análises, os afetos, com ênfase no amor, performados pelas personagens femininas, Silvia e Sara. Tem-se por objetivo investigar como essas mulheres são afetadas e como isso diminui ou aumenta a potência delas ao agir, tornando-as ou não participantes ativas do debate político proposto pelo filme.

Destaca-se que Glauber Rocha tinha o desejo de conscientizar o povo por meio de uma revolução cultural, mostrando a estrutura de exploração do trabalhador, a submissão, o coronelismo e a religião. Ao evidenciar a fome, a pobreza, a miséria e a violência vividas pelo povo latino-americano, almejava denunciar as injustiças, voltando o olhar para o Nordeste, com base nas insatisfações do sofrido. Tendo em vista as novas temáticas trabalhadas, atina-se para o lugar dessas mulheres nas narrativas, na qualidade de participantes ativas da almejada revolução cultural.

O susodito cineasta, em seu manifesto *A estética da fome*, fala sobre as mulheres do *Cinema Novo*, as quais estão “em busca de uma saída possível para o amor, dada a impossibilidade de amar com fome” (Rocha, 1981, p. 32). Na sequência, o referido autor descreve essas mulheres como *mulheres protótipo*, apontando características das personagens que as determinam como tais. Encontra-se nesse trecho menção ao amor: amor romântico; amor pelos filhos; amor ao marido; amor pequeno-burguês.

Para Glauber (Rocha, 1981), essas características são evidências de que o Cinema Novo não faz melodramas, e de que as personagens femininas eram diferentes, daí porque se distancia-se do cinema comercial hollywoodiano.

O cinema novo, por isto, não fez melodramas: as mulheres do Cinema Novo sempre foram seres em busca de uma saída possível para o amor, dada a impossibilidade de amar com fome: a mulher protótipo, a de Porto das Caixas, mata o marido; a Dandara de Ganga Zumba foge de guerra para um amor romântico; Sinhá Vitória sonha com novos tempos para os filhos; Rosa vai ao crime para salvar Manuel e amá-lo em outras circunstâncias; a moça do padre precisa romper a batina para ganhar um novo homem; a mulher de O Desafio rompe com a amante porque prefere ficar fiel ao seu mundo burguês; a mulher em São Paulo S.A. quer a segurança do amor pequeno-burguês e para isto tentará reduzir a vida do marido a um sistema medíocre (Rocha, 1981, p. 32).

O supracitado autor faz, em parágrafos anteriores de seu manifesto, referência a Frantz Fanon, em *Condenados da terra*, no qual afirma a violência como caminho possível para vencer a exploração do colonizador sobre o colonizado. Aliás, enquanto fala sobre o uso da violência para que se promova uma revolução, justifica-a nos casos em que ela é a única solução para se libertar de uma cultura de exploração. Assim, essa violência seria a mais nobre manifestação cultural da fome, e o melhor modo para superá-la (Rocha, 1981).

É nesse contexto que Glauber (apud Rocha, 1981, p. 32) se refere ao amor, quando diz:

De uma moral: essa violência, contudo, não está incorporada ao ódio, como também não diríamos que está ligada ao velho humanismo colonizador. O amor que esta violência encerra é tão brutal quanto a própria violência, porque não é um amor de complacência ou de contemplação, mas um amor de ação e transformação (Rocha, p. 32, 1981).

Em seu manifesto, o cineasta da Bahia estabelece a fome não apenas como a miséria, mas também como a cultura da exploração que oprime o povo. É assim que ele busca relacionar a mulher protótipo e seu amor. Dessa forma, as personagens femininas têm como caminho narrativo o amor, e este tem seu sentido de ação e transformação.

Nessa perspectiva, as mulheres, no Cinema Novo, buscam uma saída possível, agindo e transformando. É importante ressaltar que as personagens buscavam a possibilidade de amar, pois a fome tornava isso impossível. Pode-se dizer, ainda, que a motivação dessas mulheres era o amor. Considerando-se o modo como as personagens mencionadas por Glauber Rocha, no manifesto *A estética da fome*, são apresentadas nas obras cinematográficas, de fato, elas escapam dos excessos e das ambiguidades característicos do melodrama.

Porém, isso não significa que as personagens citadas são completamente distintas do que se via até então no cinema. Contudo, questiona-se se isso estende-se para as personagens criadas por Glauber Rocha na década de 1960. Elas realmente são participantes conscientes do debate político presente nos filmes?

Isso posto, concebe-se como é empregado o amor em relação às personagens, e se o afeto limita-as e impulsiona-as a agir.

AS MULHERES EM *TERRA EM TRANSE*

Os filmes produzidos por Glauber Rocha, no decorrer da década de 1960, têm como característica a presença de uma dupla feminina, sendo o oposto uma da outra. Então, o cineasta traz em suas obras uma dicotomia entre as personagens: a pura e a prostituta; a santa e a amante. Em *Terra em transe* (1967), há duas personagens femininas: Sara, uma ativista política; e Silvia, uma mulher rica, mas que não participa do debate político do filme.

A *socialite* Silvia é ligada ao jornalista e poeta Paulo Martins que, por sua vez, era próximo à Diaz, mas se afasta após este ser eleito senador. Paulo muda-se para a província de Alecrim, conhece a ativista Sara e juntos apoiam o político populista Felipe Vieira. Após ser eleito líder político de Eldorado, Vieira passa a ser controlado pelas forças econômicas que financiaram sua campanha. Paulo abandona seu projeto com Sara, retorna à capital e reencontra Silvia.

O jornalista e poeta Paulo Martins oscila entre diversas forças políticas que lutam pelo poder no fictício país de Eldorado: D. Porfírio Diaz, um líder de direita e político de tradição, D. Felipe Vieira, governador da Província de Alecrim, líder populista e demagógico, e D. Julio Fuentes, poderoso empresário dono de um império de comunicação. Numa conversa com a militante Sara, Paulo conclui que o povo de Eldorado precisa de um líder e que Vieira possui tais atributos. Eldorado encontra-se entre o golpe de estado e o populismo, entre a crise e a transformação. E Paulo, dividido entre a poesia e a política, agoniza sem conseguir solucionar as incoerências de Eldorado e as suas próprias contradições (Brasil, 1969).

Após o início, com o passeio da câmera sobre o mar e chegando à terra com vegetação, o espectador é levado ao Palácio do Governador Vieira, na Província de Alecrim, como informado pelo ltreiro. Acompanha-se a movimentação das pessoas, em cenas intercaladas de rostos tensos, em que uma pessoa segura uma arma, e daí se observa o governador Vieira arremessando papéis, acompanhado de Sara e do homem armado. A música que se ouve no começo corresponde a um trecho da canção *Euá*, de Salomão Sclair³ enquanto a câmera que mostra o mar se estende até esse momento, porém sem a voz da mulher, que antes cantava. Agora , há o vozerio de muitas pessoas falando. No terraço do palácio, veem-se jornalistas, representantes religiosos, o governador e seus apoiadores, que andam de um lado para o outro. Depois, reúnem-se em círculo, e ainda há uma confusão causada pelas vozes que se sobrepõem, não sendo possível distinguir o que falam. O governador Vieira pede calma, e a imagem corta para mostrar a chegada do poeta e jornalista Paulo Martins.

Figura 1 - Sara



Fonte: Terra em transe (1967).

O presidente exige que o governador renuncie ao cargo. Paulo Martins acredita que é necessário ir à luta, e discorda de Vieira, que pretende se entregar. A sequência inicia-se com um plano médio, uma autoridade policial; Paulo Martins está à esquerda do quadro; à direita, Vieira; e no centro, Sara, que observa os dois personagens discutirem, - é - seu rosto que dá o tom do que está acontecendo: nele, confusão e medo podem ser percebidos. Atenta, seus olhos acompanham as falas e as movimentações dos personagens. A câmera na mão reforça o caos instaurado, pois balança e movimenta-se conforme a conversa decorre. Antes do corte, a câmera circula entre os personagens.

Nesse momento, nota-se um passeio da câmera pelo rosto dos demais personagens, que esperam uma decisão de Vieira. Um *close* dos rostos mostra o sentimento de cada um diante

3 DUPONT, Juliano Fontanive. Salomão Scliar e a música de candomblé em Terra em Transe. Rádio da Universidade - Campus Central da UFRGS, 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/radio/scliar-candomble-e-glauber/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

da situação. O primeiro, com o olhar distante, indiferente ou sem acreditar; o religioso, com amargor e decepção; no terceiro rosto, vê-se desesperança; finalmente, ao chegar à Sara, seu olhar movimenta-se como se os rostos vistos fossem capturados por ela - nele, há tristeza - e ao perceber que nada seria feito, abaixa o olhar, vira-se, depois retorna, abre a pasta em suas mãos e põe-se a escrever o discurso de renúncia do governador Vieira.

Sara é a única mulher presente nesse ambiente político. Ela usa um terno feminino e uma saia na altura dos joelhos, e não há nada de extravagante ou que chame a atenção em suas vestes; seus cabelos estão alinhados e seguros por uma tiara. Ela passa a imagem de seriedade, muito comum em representações de mulheres em contexto político e até mesmo em uma empresa.

Nesse momento decisivo, ela não tem qualquer fala, mas é seu gestual, ao observar aqueles homens diante de si, que comunica que nada pode ser feito e mostra a impotência do governador e de seus aliados diante de um golpe. Ela olha com expectativa para os rostos ali presentes e ao perceber que nada será feito, vislumbra-se não apenas um olhar triste, mas um olhar que não vê possibilidades. Assustada, recebe o comando do governador: “Sarah! Tome nota do que vou dizer”⁴. Então, não havendo mais o que ser feito, anota o discurso de Vieira, enquanto acompanha com o mesmo espanto Paulo Martins rodeando e bravejando contra a atitude do governador de entregar-se (Terra [...], 1967).

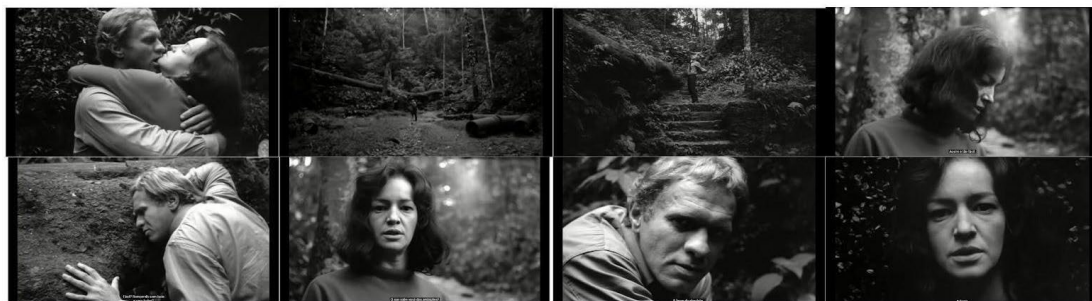
De todas as personagens de Glauber Rocha da década de 1960, Sara é a única que possui uma vida pública, saindo da esfera privada, do lugar de esposa e de amante. A personagem leva seriamente suas atividades políticas, abrindo mão, inclusive, de um romance com Paulo Martins.

Joan Scott (2005) fala sobre como os papéis de gênero são utilizados como desculpa para a exclusão das mulheres da vida pública. Nesse contexto, aponta para a maternidade, por exemplo, como um dos motivos historicamente usados para que as mulheres não tivessem participação na política, no trabalho e nas discussões, restando-lhes apenas o papel de mãe. Percebe-se que Sara aborda questões que marcam o feminino, a escolha entre o amor e a política, a vida pública *versus* a vida privada.

Sara passa a participar de encontros com Paulo e Vieira, e juntos riem enquanto falam de política e de ambições pessoais. Após Vieira ser eleito e se deparar com as promessas de campanha que fez às pessoas que viviam em terrenos sem documentação, Paulo confronta o morador que lidera o movimento e depois, embriagado, divide com Sara o ocorrido. No entanto, a personagem não fala nada - logo, não é possível saber o que ela pensa sobre o caso, pois apenas compõe a cena, sem qualquer envolvimento.

4 TERRA em transe. Direção: Glauber Rocha. Produção de Zelito Viana. 1967. Duração: 106 min. 00:04:57 - 01:48:38

Figura 2 - É tão fácil



Fonte: Terra em transe (1967).

Após Moreira matar o morador de um dos terrenos que seriam tomados pelos “verdadeiros donos”, Vieira recusou-se a prendê-lo por causa da influência dos empresários que o apoiaram durante a campanha eleitoral. Paulo questiona a liderança de Vieira e vê-se decepcionado pela falta de atitude do governador, que deixará o crime passar impune e mandará as forças policiais pararem as manifestações nas ruas. Paulo diz que se reconhece como o assassino do homem que morreu, já que ele, Sara e os estudantes apoiaram a candidatura de Vieira. Então, assiste-se à cena que Paulo recria em sua cabeça, com a mulher diante do corpo do marido assassinado, culpando-o - nesse momento, ouve-se o som dos tambores, a cena é cortada e leva a Paulo e Sara beijando-se.

Na sequência da Figura 2, Sara problematiza o quanto é fácil para Paulo abandonar tudo, mudar de lado político e voltar para a loucura de Diaz. Enquanto soam os tambores, a câmera aproxima-se dos personagens que se beijam; outra cena surge, em que a câmera, por meio de uma panorâmica vertical, mostra o céu por meio das árvores e depois estabelece um plano geral, mostrando que os personagens estão entre as árvores, abraçados. À medida que a câmera se movimenta, o som dos tambores vai gradualmente desaparecendo. Há outro corte e vê-se apenas Paulo abrindo os braços, dizendo: “Mas eu recuso, a certeza, a lógica, o equilíbrio. Eu prefiro a loucura de Porfirio Diaz”⁵ (Terra [...], 1967).

A cena corta para Sara, que está com a lateral direita do rosto voltada para câmera, e olhando para baixo. Diante da fala de Paulo, ela responde: “Assim é tão fácil”. Há um corte e mostra-se Paulo abaixado, apoiado em um tronco de árvore. A câmera afasta-se de seu rosto, estabelecendo um plano próximo do personagem. Ele discorda de Sara: “Fácil? Romper com tudo e com todos, sacrificando as mais fundas ambições?” (Terra [...], 1967).

A cena, em outro corte, volta-se para Sara, na mesma configuração que a anterior - com o semblante sério, olhando diretamente para a câmera, perguntando a Paulo:

O que você sabe sobre as ambições? Eu queria me casar, ter filhos, como qualquer outra mulher. Eu fui lançada no coração do meu tempo. Eu levantei nas praças meu primeiro cartaz. E eles vieram, fizeram fogo, amigos morreram, me prenderam. E me deixaram muitos dias numa cela imunda, com ratos mortos, me deram choques elétricos. Me

5 TERRA [...], 1967.

seviçaram e me libertaram com as marcas. E mesmo assim eu levei meu segundo, terceiro e sempre cartazes e panfletos e nunca por orgulho. Era uma coisa maior, em nome da lógica dos meus sentimentos! E se for as ambições normais, de uma mulher normal [...] De que outra ambição posso falar que não seja felicidade entre pessoas solidárias e felizes? (Terra [...], 1967).

Retorna-se a Paulo, em um primeiro plano, e ele volta o olhar para a câmera: “A fome do absoluto”. Volta-se a câmera novamente para Sara, em um primeiro plano de seu rosto: “A fome”. Há outro corte, em que se visualiza Paulo, plano próximo, e a câmera acompanha seu movimento em direção à Sara, até que estejam lado a lado – o primeiro à esquerda e o segundo à direita do quadro. Ele, primeiro olhando para a câmera, depois, volta-se para Sara, falando: “Eu tenho essa fome. Vem comigo, Sara. Não fique com os fanáticos à espera das coisas que não acontecem antes que nos acabemos”. Em um plano próximo dos personagens, Paulo segura os braços de Sara e diz: “Vem comigo!”. Ela vira-se para o personagem com expressão de sofrimento, e ele continua: “A vida está acima das horas que vivemos. A vida é uma aventura!”⁶ (Terra [...], 1967).

Essa sequência traz informações sobre Sara: a personagem é ativista, interessada pela política desde cedo. Ela relata o que já sofreu por lutar por aquilo em que acredita, ao tempo que Paulo se mostra com o orgulho ferido por ter apoiado Vieira e este o decepcionar. A primeira atitude que lhe vem à cabeça é fugir dos problemas que ele ajudou a construir, pois se vê como responsável pelas más decisões do governador e pela subordinação aos empresários. Sara, ao ouvir Paulo falar sobre voltar à Porfíria Diaz, vê-se decepcionada, e olhando para o chão, interrompe-o, dizendo o quanto é fácil para ele voltar para um lugar de conforto, e o quanto mostra-se mesquinho por isso, devendo permanecer e resistir.

Enquanto isso, Sara, olhando com seriedade para a câmera, faz um relato, dá o testemunho de quem sofreu nas mãos de torturadores por causa da política. É interessante ver que a personagem é consciente no tocante a como o gênero influencia a atitude de Paulo de desistir, alegando estar decepcionado, pois também tinha ambições. “O que você sabe sobre ambições?”⁷

Então, questiona o que ele sabe sobre renunciar a algo pela luta política, uma vez que ela desistiu de ter um casamento e filhos para participar ativamente dos protestos, das lutas. E mesmo após ser torturada e ver os amigos morrerem, manteve-se fiel aos seus ideais e permaneceu, enquanto Paulo desejava desistir, pois nada lhe havia acontecido, apenas orgulho ferido e encargo de consciência. Depreende-se o sentimento de indignação diante do egoísmo do personagem, olhando para a câmera, ela inclui quem a vê, como um desafio àqueles que estão inertes à situação.

A forma como o diálogo é construído, com ambos de lados opostos do campo – enquanto um fala, o outro está fora do quadro – marca as diferenças de posicionamento dos personagens diante da situação: eles estão em desacordo. No fim da sequência, quando Paulo se aproxima de Sara para a persuadir a ir embora, nota-se que ela se sente incompreendida por ele, que insiste que o melhor é abandonar tudo. Percebe-se que, na verdade, essa cena é anterior àquela em que começa a sequência aqui descrita. O beijo e o abraço relatados, na verdade, designam o

6 Ibid.

7 TERRA [...], 1967.

fim. Estava-se, portanto, vendo a despedida, que ainda se estende nas cenas seguintes, em que Sara reforça a Paulo mais uma vez: “você não entende”. Ela não pode abandonar a luta, pois já abdicou de outros desejos para se dedicar a esse.

É possível contemplar duas percepções sobre a atitude de Sara: a primeira, que ela é fiel a si por permanecer firme em suas convicções políticas, e apesar de seu companheiro decidir ir embora e abandonar Vieira, ela nega-se a acompanhá-lo e fica; a segunda é como as mulheres são compelidas a fazer escolhas como trabalho *versus* casa, casamento *versus* carreira - no caso de Sara, ela abandonou o sonho de casar-se e ter filhos para dedicar-se à vida política.

A propósito, Giddens (1993), ao discorrer sobre a ligação entre o amor romântico e as mulheres, destaca que a “invenção da maternidade” como algo essencial feminino contribui também para uma divisão de tarefas que determina aos gêneros seus papéis: o homem como responsável pelo sustento; e a mulher presa aos espaços íntimos, sem fazer parte de uma vida pública. Aliás, este lugar era reservado aos homens, ao passo que às mulheres cabia cuidar da casa e educar os filhos, não existindo outra conjectura de vida para ela.

Sara, então, fala sobre abandonar suas opções como mulher para viver uma vida de militância, ainda como resquício de que não é possível ser participante das duas esferas da vida: a íntima e a pública. Igualmente, atenta-se para a fala da referida personagem: “como qualquer outra mulher”.

A essa transformação Giddens (1993) aponta da relação do amor romântico como aspecto essencial às mulheres as aprisiona à noção de feminilidade ligada ao desejo pelo casamento e por filhos. Mas a ver romper com esse desejo, esse afeto, renunciar a um romance e a filhos para permanecer na luta política em que acredita, corresponde a uma ruptura com as noções sobre a figura da mulher intrínseca à maternidade e ao casamento. Esse imaginário sobre a mulher mantém-se em algum grau ainda atualmente, sendo replicado pela sociedade, de modo que os discursos cinematográficos costumam abordar a maternidade com leveza em narrativas humoradas - não de fato problematizando a temática. Desse modo, essa construção influencia até mesmo nas escolhas profissionais das mulheres que tendem a ocupar lugares já vistos como comuns ao gênero feminino.

Após Paulo decepcionar-se e abandonar Vieira e sua empreitada política, Sara recebe a missão de buscá-lo. A personagem reaparece em uma sequência após uma festa onde Paulo estava presente com Diaz e várias mulheres. Sara e outras pessoas do partido vão visitá-lo. Silvia está presente em seu apartamento, então ela desce as escadas usando roupão, o jornalista aponta para ela e apresenta-a como “minha amante”.

Figura 3 - Olá



Fonte: Terra em Transe (1967).

A câmera em *plongée* mostra Sara, Aldo e uma terceira pessoa subindo as escadas que levam ao apartamento de Paulo. Sara veste uma blusa branca e uma saia reta até a altura dos joelhos. Há um corte, e um plano próximo de Sara mostra-a na parede ao lado esquerdo da porta. A imagem corta para um plano inteiro, do fundo do corredor em direção à porta do apartamento.

Nesse momento, pode-se ver Aldo e o outro homem mais distante da porta, e então, Paulo abre-a, e os homens entreolham-se. Volta-se para a posição onde Sara parecia na lateral, e agora é possível vê-la e Paulo se olhando. Há um corte e tem-se a visão de Paulo do corredor, com os dois homens ao fundo, esperando.

Depois, mais uma vez, mostra-se a imagem do fundo do corredor, eles são convidados a entrar e movimentam-se em direção à porta. Paulo espera todos entrarem e fecha a porta. A imagem corta, há um *plongée*, e todos na sala se entreolham. Outro corte e Aldo está perto da escada. Agora, um *contra-plongée* mostra Silvia descendo as escadas.

Durante toda essa sequência, ouve-se apenas a música *Olá* - de Sérgio Ricardo, interpretada por Gal Costa⁸ -, que só para com a aparição de Silvia. A letra da música diz:

Sei que você não quer lutar mais
 E também não para lhe pedir mais
 Que eu o procurei
 Eu concordo
 É bem melhor assim
 Era tempo
 E o tempo fez-se fim
 Mas saiba
 Você ainda não se foi
 Você está em toda parte
 Onde eu respiro
 Ou olho, ou sonho
 Ou sou
 A mudez das coisas fala de você
 De nós dois
 Sem nós dois
 Você esqueceu de levar você (Ricardo; Sérgio, 1964).

A cena mostra o reencontro entre Sara e Paulo, e a música faz referência à sequência em que o jornalista decide ir embora e desiste da luta. Quando o personagem abre a porta, Sara olha-o com carinho. Há um sentimento de saudade, e um leve sorriso surge em seus lábios, mas logo desaparece, pois recorda que as diferenças apontadas na despedida os impedem de continuarem juntos.

8 LOBO, 2013. Revista Brasileira de Estudos da Canção, Natal, n. 3, jan/jun. 2013. ISSN 2238-1198. Disponível em: http://www.rbec.ect.ufrn.br/data/_uploaded/artigo/N3/RBEC_N3_A8.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.

Todos se reúnem na sacada do apartamento, então Sara informa que Vieira pediu para procurar Paulo e explicar:

Sara: O Vieira não pode fazer tudo sozinho.

Paulo: Eu sei, eu não valho nada, eu sei [...] Ah, minha amante!

Sara: Ele foi torturado.

Paulo: Torturado.

Sara: Paulo, as piores coisas estão acontecendo enquanto você...

Coisas muito piores do que você viu em Alecrim.

Paulo: Eu tenho escrito sobre a miséria das nossas almas.

Enquanto estão conversando com Paulo, Silvia, que usa um roupão, deixa claro que a mulher estava dormindo com ele, senta-se na rede que está na sacada, mas não participa da conversa política que está acontecendo, apenas observa os outros de longe. A proposta levada por eles é que Paulo traía Diaz, revelando seus segredos.

Essa sequência encerra-se com um close do rosto de Silvia, a intenção é apenas mostrar sua beleza, ao tempo que a personagem observa a conversa, denotando questões não compreendidas em seu rosto. A personagem possui esse aspecto maternal, construído pelo filme. Silvia representa para Paulo os prazeres da carne, e não possui qualquer relevância para o debate político do filme - está presente apenas pela estética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cinema novo buscou distanciar-se das narrativas românticas, dando mais ênfase às discussões políticas. O movimento segue a tendência - assim como a *nouvelle vague*, na França - de romper as estruturas tradicionais clássicas do cinema. Enquanto as produções *hollywoodianas* clássicas a mocinha era passiva à espera do herói, e sua realização dependia de um relacionamento romântico, o cinema francês trouxe personagens ousadas, repletas de desejos e de subjetividades.

O cinema novo rompe com a estrutura clássica, traz novas temáticas, como a fome, a exploração do trabalhador, o sertão, mas também há a presença de relações amorosas dentro de suas narrativas, que são planos de fundo para as temáticas discutidas.

Em *Terra em Transe*, ao pensar no termo *amor romântico*, definido para as análises, concebem-se duas personagens que se relacionam com Paulo Martins: Sara e Silvia. A primeira liga-se ao personagem masculino pela vivência e pela militância política, pois ambos decidem apoiar Vieira como governador de Alecrim. Paulo, ao decepcionar-se com Vieira, decide abandonar a luta e voltar para Porfirio Diaz, e convida Sara acompanhá-lo.

A personagem Sara, diferentemente de Rosa e de Dadá - de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) - decide não o seguir, e permanecer na luta por aquilo em que acredita, acusando Paulo de ser covarde e orgulhoso, devido à atitude egoísta de abandonar o barco quando ele está afundando. Ela, então, age conforme suas convicções políticas, não deixando que o sentimento que tem por Paulo dite suas atitudes.

Sara aponta para a diferença de postura entre os dois, e como é mais fácil para ele como homem simplesmente abandonar algo. Quando ela, mulher, precisou renunciar a uma vida como esposa e como mãe para ter uma vida política ativa, defendendo aquilo em que acreditava, e por isso foi, inclusive, torturada.

Diferentemente de Silvia, que não apenas não participa das discussões políticas, como também não participa de qualquer conversa durante todo o filme, a personagem é a personificação da alienação política das classes altas, e sua relação romântica com Paulo, na verdade, é mais carnal do que afetiva, e uma vez que ela não possui ações significativas, acaba ficando à margem da narrativa. O envolvimento no sentido romântico ocorre apenas com Sara.

Glauber Rocha, ao falar sobre Silvia, diz que a princípio, ela tinha falas, porém, à medida que acontecem as filmagens, o cineasta afirma que todos esses momentos em que a personagem fala algo ficam ridículos: “ela é uma espécie de musa, sua expressão de adolescência, que se torna fugitiva. Silvia, aliás, não pronuncia uma palavra em *Terra em Transe*, porque não consegui colocar uma só palavra em sua boca. Foram cortadas porque tudo o que ela dizia ficava ridículo” (Rocha, 2004, p. 115).

Isso posto, ele escolhe reduzir a personagem a apenas um corpo bonito em cena. Assim, não há possibilidades de *performance* para Silvia: ela apenas é exibida.

Ao vislumbrar o amor maternal, também se fala sobre a esfera privada da vida das mulheres, uma vez que historicamente, aquilo que é privado, ou que está relacionado à intimidade, segue tradicionalmente uma lógica binária: o que pertence ao papel masculino *versus* o que diz respeito às mulheres, ao feminino. As mulheres foram por muito tempo excluídas da vida pública, e isso fortaleceu a ideia de que a mulher pertence unicamente ao privado, ao lar. E por estarem fora do público, e apenas no privado, a história do privado e do cotidiano foi negligenciada, vista como sem importância.

Para Scott (2005), a maternidade foi utilizada pelo patriarcado como amparo para o argumento de as mulheres deveriam ter participação na vida pública. Na verdade, por não terem permissão de serem ativas politicamente, de trabalharem e até de estudarem, as mulheres passaram a dedicar-se ao papel de mães, não tanto por uma escolha, mas por falta de possibilidade.

Elisabeth Badinter, em seu livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, fala que essa noção que se tem sobre o materno está relacionada com a ideia de que a concepção de um filho vem de algo divino, com base na narrativa bíblica de Maria e Jesus, e não como algo de natureza sexual. Desse modo, a figura de Maria serviu como base para se instaurar o mito da mãe perfeita, que entrega sua vida em nome de algo maior.

A referida autora conclui que

ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É 'adicional' (Badinter, 1985, p. 365).

Sara, por sua vez, traz a visão de que não seria possível dedicar-se à vida política e à maternidade, como se um fosse excludente do outro. Essa visão que impossibilita a participação das mulheres na vida pública, por conta da maternidade, está relacionado ao que já se comentou anteriormente. Criou-se essa concepção do que seria a maternidade, dos comportamentos que uma mãe deveria ter, e de quais atividades ela poderia desempenhar. É esse mesmo imaginário social que diz que existem profissões que são naturalmente femininas pois, de alguma forma, ligam-se à ideia do que é materno, de ser uma boa esposa, professora, enfermeira, costureira, entre outras.

Além disso, a fala da personagem coloca a maternidade e o casamento como algo comum a todas as mulheres: “Eu queria me casar, ter filhos, como qualquer outra mulher”. Porém, como conclui a filósofa francesa Elisabeth Badinter, o amor materno não é inerente às mulheres, não há uma lei ou um determinismo natural. O amor materno, e mesmo o desejo por filhos, pode existir ou não, ser fraco ou forte.

A personagem, portanto, reproduz em seu discurso a ideia de que toda mulher precisa casar e ter filhos para se sentir realizada. E como visto, de certo modo, ela escapa dessa concepção, pois decide abandonar a ideia e ter uma vida politicamente ativa, sendo essa vida a que considera indispensável para si, já ruindo com a expressão “como qualquer outra mulher”, que busca tornar esse desejo e afeto como universal e intrínseco ao feminino.

Enquanto a mulher é associada à maternidade, ao amor romântico, aos homens são destinados a ação, a vida pública, o sexo. Ao fazer analogia a Foucault, Navarro Swain (2008), estabelece o termo “dispositivo amoroso”, em que algumas características, comportamentos e sentimentos são identificados como masculinos, dos homens, enquanto outros são tidos como femininos, das mulheres. Ao passo que a amorosidade é relacionada às mulheres, os homens são relacionados ao sexo como fundamento identitário. Essas identidades fictícias justapõem-se, pois, nas relações do amor e da sexualidade.

Nas narrativas cinematográficas, principalmente nos filmes de romance, é comum a personagem feminina perceber-se apenas por meio de uma relação amorosa, afetiva, resumida a encontrar o par ideal. Não obstante, com a revolução sexual e com o avanço da teoria feminista, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, novas perspectivas e novos olhares passaram a influenciar tanto o cinema quanto a literatura.

Ao apropriar-se dos conceitos psicanalíticos, a teórica feminista do cinema compreende o corpo como imagem passiva, e quem lhe dá significado é o olhar masculino. Contudo, esse tipo de análise é criticado por enxergar o corpo como passivo, assim como a figura da mulher, sendo o homem o significante, simultaneamente.

Navarro Swain (2015) fala também sobre as falsas imagens positivas da subjetividade da mulher, as quais são produzidas mas, na verdade, não passam de uma reapresentação dos estereótipos já existentes. Assim, é apresentada uma mulher livre, independente, emancipada. Há um interesse comercial em representar mulheres sexualmente liberadas, mas que apenas reapresentam o olhar masculinista, sob uma nova roupagem. Ainda assim, trata-se do olhar do outro.

Silvia, como uma mulher sexualmente disponível para o protagonista masculino, ao deixar Alecrim Paulo à procura novamente, é apenas um acessório em cena. Silvia participa das cenas

de orgia, juntamente com outras mulheres que possuem comportamento similar ao dela. No entanto, apesar de ser apresentada como uma mulher de classe alta, dona de si, liberada, não se sabe o que ela sente pelo protagonista, pois ela não fala em cena, e o filme não permite um aprofundamento sobre os afetos e as intenções da personagem. Até mesmo quando Porfíria Diaz diz que ela será a senhora Paula Martins, ela abaixa o rosto e permanece em silêncio.

Refletindo o quão benéficas seriam as imagens de mulher liberada, tendo por base a sexualidade, na verdade, elas não são positivas. Nesse sentido, Navarro Swain (2015) diz que a liberdade almejada deve ser aquela em que há possibilidade de escolha dos momentos em que os corpos e as suas capacidades atravessam barreiras, e não se limite apenas à reprodução inspirada pelos discursos sociais.

Para a supracitada autora, “a sexualidade desmedida obedece à lei da repetição, pois seu exercício torna-se obsessão, centro da vida, nódulo identitário” (Navarro Swain, 2015). No dispositivo amoroso, enquanto para o masculino, é possível separar amor e sexo, para o feminino, não.

Silvia e Sara são personagens completamente distintas: a primeira é o refúgio de prazer do protagonista masculino, mas não se sabe o que sente por ele, além do que ela é alheia ao debate político; Sara é o interesse amoroso do personagem, politicamente ativa, enxerga com mais clareza suas opções, abre mão de ir embora com Paulo para permanecer lutando, e critica-o pelo egoísmo de fugir no pior momento.

É possível perceber como as afecções afetam as personagens, que são desestabilizadas. Sara afeta e é afetada por um amor romântico, mas abre mão dele e do seu desejo por casamento e por filhos para ser realizada na vida pública de militância política. Silvia foi utilizada como objeto de desejo pelo protagonista, mas não foi vista como possibilidade para o amor - e talvez ela nem quisesse isso, mas não é possível saber porque ela não afirma.

Embora o Cinema Novo tenha buscado uma ruptura com o modo de fazer cinema comercial e *hollywoodiano*, percebe-se que estão presentes estereótipos que caracterizam a forma como as personagens são construídas nas narrativas cinematográficas clássicas, apesar de serem inovadores em alguns aspectos, como os afetos das personagens, e de forma mais evidente, as relações amorosas que cerceiam as atitudes dessas mulheres.

Aliás, muitas vezes, limitam-nas a seguirem seus companheiros, tornando-se seres passivos e até mesmo sem relevância para a própria narrativa, impedindo-as de tornarem-se participantes ativas do debate político proposto pelos filmes e pelo manifesto *A estética da fome*.

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jaques. **A estética do filme**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2011.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/127560/Badinter%2C+Elisabeth+O+Mito+do+Amor+Materno.pdf>. Acesso em: 14 jan, 2023.

BOURDIER, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Cinemateca Brasileira**. Disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

DUPONT, Juliano Fontanive. Salomão Scliar e a música de candomblé em Terra em Transe. **Rádio da Universidade - Campus Central da UFRGS**, 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/radio/scliar-candomble-e-glauber/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade - sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

GOLIOT-LLÉTÉ, Anne; VANOYE, Francis. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012.

NAVARRO SWAIN, Tânia. **A construção das mulheres ou a renovação do patriarcado**. 2015. Disponível em: <https://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/renovacao%20patriarcado.htm>. Acesso em: 17 nov. 2022.

NAVARRO SWAIN, Tânia. Entre a vida e a morte, o sexo. *In*: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; SWAIN, Tânia Navarro (org.). **A construção dos corpos: perspectivas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2008.

NAVARRO SWAIN, Tânia. **Histórias feministas, história do possível**. 2014. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/chapitres/bresil/historia%20poss%EDvel.htm>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ROCHA, Glauber. **O século do Cinema**: Glauber Rocha. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

ROCHA, Glauber. **Revisão crítica do cinema brasileiro**. São Paulo: Cosac Naify, 1963.

ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. Rio de Janeiro: Alhambra, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Revista de estudos feministas**, Florianópolis, v. 13, p. 11-30, jan. 2005.

TERRA em transe. Direção: Glauber Rocha. Produção de Zelito Viana. 1967. Duração: 106 min. 00:04:57 - 01:48:38.



OS DISCURSOS DOS PROGRAMAS PROFISSÃO REPÓRTER E CONEXÃO REPÓRTER SOBRE O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Pedro Júlio Santos de Oliveira¹

Thalyta Cristine Arrais²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como os programas *Profissão Repórter* e *Conexão Repórter* construíram seus discursos acerca do rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015. Para desenvolver a análise, utilizamos como *corpus* os programas exibidos nos dias 28 de novembro (*Conexão Repórter*) e 8 de dezembro de 2015 (*Profissão Repórter*), a fim de observar quais as estratégias discursivas foram utilizadas em cada programa. Como aporte teórico-metodológico, utilizamos a Análise de Discurso, articulada aos pensamentos de Pinto (1999), Orlandi (1999), Magalhães (2003), Resende e Ramalho (2011), e Bakhtin (2006). Ademais, refletimos a acerca do contrato de leitura proposto por Verón (2004). Atentamos ainda, para as noções de acontecimento com base em Queré (2005) e em Charaudeau (2006). Ao final, podemos perceber que o *Profissão Repórter* se posiciona a partir do olhar das famílias atingidas, enquanto o *Conexão Repórter* refere-se ao impacto ambiental da tragédia.

Palavras-chave: barragem; Conexão Repórter; contrato de leitura; discursos; Profissão Repórter.

-
- 1 Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: pedroj.comunica@gmail.com.
 - 2 Doutoranda Filosofia pelo PPGFIL (UFPI). Mestra em Comunicação pelo PPGCOM da UFPI. E-mail: thalyta.arrais@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O termo *comunicação* tem como significado *transmitir informações*, daí porque pode ser percebido como o “estar em relação”, pois é o ato de dizer algo a alguém. Para tanto, utilizamos diversos tipos linguagem para significar as coisas e produzir sentido sobre o que percebemos como realidade.

Se voltarmos o nosso olhar para os meios de comunicação, em especial para a televisão, podemos perceber que cada enunciador possui singularidades discursivas, as quais são determinantes para o sucesso midiático de cada matéria, reportagem e programa audiovisual.

Em novembro de 2015, por meio dos diversos veículos de comunicação, o Brasil testemunhou o rompimento da barragem de rejeitos de minério de Fundão, em Minas Gerais. Esse desastre ambiental ganhou as manchetes de jornais e foi destaque em praticamente toda a mídia brasileira. As imagens do rompimento e da destruição da cidade de Bento Rodrigues comoveu e impactou toda a sociedade brasileira, dada a dimensão da tragédia ambiental e social.

Neste trabalho, escolhemos escolheu-se como observáveis os programas Conexão Repórter e Profissão Repórter, exibidos, respectivamente, nos dias 28 de novembro de dezembro de 2015. Tal escolha justifica-se porque ambos os programas apresentam certas invariantes: a temática “rompimento da barragem de Mariana”; são programas de TV aberta; tem apenas uma exibição semanal; estão na mesma faixa de horário (apesar de serem exibidos em dias diferentes); e tem caráter jornalístico.

Tais características permitem uma análise comparativa acerca das estratégias enunciativas e dos modos de dizer dos dois programas televisivos sobre o acontecido. Nesse sentido, nos propomos a analisar como programas televisivos de diferentes emissoras construíram seus discursos sobre do rompimento da barragem de Fundão, atentando também para os contratos de leitura propostos por seus enunciadores (Verón, 2004).

REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Visando a perceber as nuances que constituem e distinguem os programas televisivos Profissão Repórter e Conexão Repórter, utilizamos como aporte teórico-metodológico a Análise de Discurso (AD). A inquietação que move os estudos em AD não é o que o texto (produtos culturais empíricos) - percebido neste trabalho como a linguagem multissemiótica do audiovisual - diz ou mostra, “mas sim como e porque ele diz ou mostra”, pois o que diferencia um texto de outro não é o dito, mas os modos de dizer (Pinto, 1999, p. 23).

Nesse sentido, como pontua Orlandi (1999, p. 26), a AD “visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. Dessa forma, o analista de discurso deve buscar e interpretar as pistas ou as marcas deixadas nas superfícies dos enunciados, que são resultados dos processos sociais de produção de sentido, como afirma Pinto (1999).

O discurso, para a AD, é fruto das condições sócio-históricas em que são produzidos, bem como do ideológico e da posição discursiva que o sujeito ocupa no momento do dizer, tendo importância sociocultural na reprodução, na manutenção e/ou na transformação das relações

de poder, nas construções indentitárias e no universo discursivo que atravessa as práticas sociais das diferentes épocas e dos contextos históricos. Logo, manifesta-se por meio dos enunciados - materialização da enunciação - que são capazes de modificar, ao passo que se modificam pelas relações sociais.

Então, é importante distinguir o que se compreendemos como enunciado e enunciação, pois tais conceitos são fundamentais para os estudos sobre o contrato de leitura proposto por Verón (2004), e permitirão trabalhar com os dizeres durante os programas em apreço.

O enunciado pode ser entendido como produto cultural produzido, ou seja, a materialização do que é dito. Enquanto a enunciação refere-se ao ato de enunciar e, portanto, uma palavra torna-se fundamental na análise, no contexto da enunciação.

Todo enunciado constitui-se com base em outro enunciado, e nele ouvem-se, sempre, ao menos, duas vozes, mesmo que não se manifeste diretamente na superfície discursiva ali presente. Um enunciado é, portanto, sempre heterogêneo, pois revela, pelo menos, duas posições: a sua e aquela em oposição à qual se constrói.

O dispositivo da enunciação vai comportar a imagem (o lugar ou lugares) do enunciador, na relação com aquilo que diz; a imagem daquele a quem o discurso é dirigido, o destinatário, e é definida no momento que o enunciador constrói o seu lugar, ou os seus lugares naquilo que é dito; e a relação enunciador/destinatário, construída no e pelo discurso. Dessa forma, os enunciados são permeados por vozes sociais que compõem polifonicamente os discursos, transformando os materiais produzidos em locais de confronto de ideologias.

O conceito de polifonia, cunhado pelo pensador russo Bakhtin (2006), serve para designar as vozes oriundas de diferentes espaços sociais e de múltiplos discursos, tecidos pelo discurso do outro.

Toda fala encontra-se essencialmente atravessada pela fala do outro e, no discurso polifônico, a diversidade de vozes independentes tende a harmonizar-se à sombra de um discurso homofônico como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem (Ramalho; Resende, 2011, p. 15).

Os enunciados audiovisuais são constituídos polifonicamente por dizeres de vozes sociais que se atravessam mutuamente no fazer discursivo. No entanto, a forma de apresentação da polifonia exerce funções diferentes em cada gênero discursivo. No cinema documentário, por exemplo, a polifonia pode ser percebida como um reforço do ponto de vista do documentarista que, por meio do entrelaçamento de vozes, expõe opiniões de diversos atores sociais confluindo seus dizeres ao argumento defendido na película.

De modo diferente, em geral, nas matérias telejornalísticas que têm como fundamento escolástico a objetividade jornalística, a polifonia tem um papel de “disfarce” do caráter subjetivo do trabalho jornalístico, de modo que por meio do enlace ou do embate das diversas vozes sociais em questão, é produzido um efeito de neutralidade diante no dizer.

Por essas razões, o modelo polifônico dos telejornais recebe acusações de mascarar o fato de que todo relato emana de alguém (indivíduo, grupo ou empresa), não sendo o resultado de um consenso coletivo, mas, pelo contrário, de uma postura de interpretação e interesse frente aos acontecimentos noticiados (Machado, 2003, p. 109).

Essas estratégias enunciativas dizem respeito aos modos de apresentação dos diversos produtos audiovisuais (televisivos ou “multiplatafórmicos”). Assim, ao escolher uma estratégia em detrimento de outra, posiciona o enunciador em um espaço e local de fala, podendo estabelecer vínculos ou rejeições com determinados nichos de público e crítica. Tais estratégias são igualmente determinantes para o sucesso ou o fracasso de audiência e de alcance social de determinados programas e produtos audiovisuais.

Isso posto, Verón (2004), ao analisar revistas e jornais, atenta que mesmo apresentando os mesmos temas, chamados por ele de *invariantes referenciais*, certos veículos obtinham maior êxito que outros na vendagem, e certos públicos fidelizavam-se a determinados suportes e não a outros.

Essa relação entre enunciador (veículo) e destinatário (público consumidor) é que Verón (2004) denominou *Contrato de leitura*. Por natureza, esse contrato evidencia um elo entre os potenciais enunciatários do meio e os meios de comunicação durante determinado tempo.

Cabe atentar que em seus estudos, Verón (apud MARIZ, 2001, p. 47-48) centra seus estudos em suportes midiáticos impressos - jornais e revistas -, por isso, a utilização do termo *leitura*.

A noção de “contrato” coloca ênfase sobre as relações de construção da ligação que une no tempo um media a seus “consumidores”. [...] O objetivo deste contrato (de leitura, de escuta ou de visão, de acordo o suporte mediático) é de construir e de preservar o hábito de consumo. [...] No campo dos media, comunicar hoje implica manter uma ligação contratual no tempo.

Para Verón (2004) o “contrato” firma-se sobre um pacto de leitura elaborado pelo emissor, em uma relação dialética com o seu público. Nessa conjuntura, o enunciador constrói uma imagem de si e do outro por meio de expectativas que se instauram na possibilidade de resposta. Dessa forma, o êxito do contrato vai depender das expectativas, dos interesses e das motivações do público, mas, principalmente, pelo funcionamento da enunciação, atentando, ainda, para a capacidade que os veículos têm de promover evoluções desse contrato, visando a acompanhar as transformações socioculturais, preservando o nexo.

Nos programas selecionados como *corpus* desta pesquisa, faremos uma análise multimodal ou multissemiótica, tendo em vista que os enunciados audiovisuais são compostos por múltiplos elementos semióticos - textos (caracteres), falas, enquadramentos, movimentos de câmera e trilha sonora -, atentando para as características e as escolhas enunciativas que constituem metaforicamente o “contrato de leitura” entre os programas e os seus públicos.

PENSANDO O ACONTECIMENTO

Antes de adentrar na análise propomos uma reflexão acerca do acontecimento, percebendo-o inicialmente como o que irrompe o contínuo da existência (Queré, 2005). Nesse sentido, o acontecimento possui um caráter de descontinuidade, funcionando como um delimitador temporal, um marco entre o fim de uma época e o início de uma nova.

Aprecia-se, por oportuno, que a descontinuidade não se associa, obrigatoriamente, à imprevisibilidade, tendo em vista a existência de acontecimentos que podem ser previstos,

como posses presidenciais, eventos políticos, nascimentos em famílias reais ou casamento de celebridades - todos eles instaurando algo de novo após ocorrerem.

Queré (2005) reflete sobre a necessidade de perceber o acontecimento como algo que pertence a um contexto de sentido, é que partir deste que se pode explicá-lo, associando-o por meio da representação a um passado e a um futuro.

Em suma, é preciso que o acontecimento tenha um lugar, que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com certa descrição em função de um contexto de sentido, para que lhe possa associar um passado e um futuro assim como uma explicação causal. Que emerge graças ao acontecimento. E que são da ordem da representação, ou melhor, da imaginação (Queré, 2005, p. 69).

Assim como no caso da tragédia no distrito de Mariana, em muitos momentos, de nossa vida temos contato com os acontecimentos por meio da mídia, melhor dizendo, com os acontecimentos midiáticos. Tal distinção é necessária, pois a mídia se constitui em uma espécie de mediação de um real que se passou em outro plano e outro momento, e a retomada do real dá-se por força dos processos de linguagem, por operações de referência e de significação.

Nesse sentido, Charaudeau (2006) observa que o sujeito nunca será capaz de ver o acontecimento bruto, pois o acontecimento midiático sempre é construído - filtrado pela mídia -, sendo o resultado de um discurso que transforma o fato bruto em acontecimento, com base no olhar de um sujeito.

Assim sendo o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, o olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo o torna inteligível (Charaudeau, 2006, p. 95).

Tendo isso em vista, o acontecimento midiático é um enquadramento que emoldura um fragmento da experiência e que, para circular, em termos sociais, é preciso que esteja estruturado em um sistema de linguagem (Charaudeau, 2006). Atentemos para linguagem, pois é por meio dessa compreensão que se podemos perceber o acontecimento como produtor de sentido.

(RE)CONHECENDO A INVARIANTE REFERENCIAL

No dia 5 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de minérios da mineradora Samarco, também conhecida como barragem de Fundão, localizada na cidade de Mariana-MG, rompeu-se, afetando 115 famílias, em mais de 40 localidades situadas entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Com o vazamento de 35 milhões de metros cúbicos de lama e de rejeitos minerais, o rompimento da barragem de Fundão foi considerado um dos maiores desastres ambientais do Brasil. Segundo o portal de notícias G1³, contabilizaram-se 17 vítimas fatais, 2 desaparecidos e, pelo menos, 1.265 pessoas desabrigadas. Além disso, registraram-se danos ambientais, devido

3 A matéria foi divulgada no dia 5 de dezembro de 2015. e está disponível no link: <http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/1-mes-em-numeros/>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

à poluição do leito do Rio Doce, causada pela lama, e 1,5 mil hectares de flora arrasados, entre as cidades de Mariana e de Linhares.

A barragem que se rompeu faz parte da unidade industrial de Germano, composta por um sistema de três barragens, de propriedade da empresa brasileira de mineração Samarco: Germano, Fundão e Santarém. Fundada em 1977, a empresa de capital fechado tem como principal produto para comercialização pelotas de minério de ferro, e é controlada por dois acionistas: BHP Billiton e Vale S.A.

Em seu relatório anual, disponível no site da Samarco, a empresa afirma ter o Licenciamento de Operações concedido pela Superintendência Regional de Regulação Ambiental (Supram), e ter realizado inspeções em julho e setembro de 2015, as quais mostravam que as barragens de Germano estavam em condições seguras para operação.

As causas do acidente até o momento são desconhecidas, mas um relatório técnico do Ministério Público de Minas Gerais aponta como uma das prováveis causas para o rompimento da Barragem de Fundão a ligação entre a estrutura e uma mina de minério de ferro da Vale S.A, iniciada ainda em 2013, que tinha como objetivo ampliar o armazenamento de rejeitos de minério, chegando ao dobro de sua capacidade.

As famílias atingidas pela onda de lama estão morando atualmente em casas alugadas pela empresa Samarco, e recebem mensalmente um salário-mínimo, uma ajuda de custo no valor R\$ 320,00 e, ainda, 20% do salário-mínimo por membro da família. No entanto, o acordo de pagamento das indenizações das vítimas do desastre ambiental ainda não foi cumprido pelas empresas Samarco, Vale e BHP.

OS DISCURSOS SOBRE O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Esta análise foca os enunciados produzidos pelos programas Profissão Repórter⁴ e Conexão Repórter⁵ sobre o rompimento da barragem em Mariana. Centraremos nossa análise em cinco pontos: na chamada do programa (momento em que é apresentado rapidamente a narrativa fílmica que se segue); na forma como o enunciador físico é representado; nos sujeitos falados; nas câmeras; e na trilha sonora.

Vale ressaltar que por se tratar de uma análise audiovisual, selecionamos alguns recortes (momentos da sequência fílmica - apresentadas aqui por meio de *still frames* e de descrições escritas) julgamos importantes para o reconhecimento de características que constituem os contratos de leitura desses suportes.

4 O programa Profissão Repórter da Rede Globo, que tem como idealizador o jornalista Caco Barcellos, surgiu em 2006 e atualmente é transmitido às terças-feiras na faixa de horário das 23 horas.

5 O programa Conexão Repórter surgiu em março de 2010 no SBT e foi desenvolvido pelo jornalista Roberto Cabrini. Vai ao ar semanalmente, à meia noite de domingo.

UMA ANÁLISE DO ENUNCIADO “PROFISSÃO REPÓRTER - BENTO RODRIGUES”

O programa a ser analisado tem duração de 36 minutos e 24 segundos, divididos em três blocos, intercalados por intervalos comerciais e vinhetas do programa: a primeira parte com 20 minutos; 10 minutos para a segunda; e 6 minutos e 24 segundos correspondem ao terceiro bloco.

› Chamada

A sequência fílmica que comporta a chamada do programa, que vai do instante 0 até 1’50”, é composta por cinco sequências enunciativas, das quais analisaremos duas, que têm o papel de apresentar todo o percurso narrativo do programa: a primeira e a quarta.

Os finais de cada sequência enunciativa podem ser percebidas pela utilização de imagens estáticas da tragédia e/ou dos repórteres em *frame*, com alteração na cor (provavelmente pela inserção de filtros de imagem), bem como pelo rompimento da trilha e pelos ruídos que são apresentados ao fundo de cada *off* ou depoimento.

Figura 1 - Sequências de transição na chamada do programa Profissão Repórter



Fonte: Aplicativo Globoplay - Programa Profissão Repórter

Na primeira sequência, apresenta-se a fala de um pescador, dizendo: “Vamos fechar a rodovia por 2 horas”. Em seguida, gritos de ordem de manifestantes, que dizem: “Não foi acidente! Samarco levou tudo da gente!”. Estes são precedidos de uma voz *off* (caracterizando-se pelo timbre como sendo do enunciador Caco Barcellos), que diz: “estudantes e pescadores aqui da cidade de Linhares, aqui no Espírito Santo, interditam a BR 101 num protesto contra a poluição do Rio Doce”.

Simultaneamente, no plano imagético, apresenta-se uma sequência de imagens dos dedos e dos olhares do pescador, da manifestação dos estudantes e de um homem jogando uma rede de pesca em uma pessoa, que está vestida de preto, em cuja blusa aparece estampada a frase “Samarco assassina”, e utiliza uma máscara que remete à figura cinematográfica do filme *Pânico*.

Figura 2 - Sequência 1



Fonte: Aplicativo Globoplay - Programa Profissão Repórter

Nesse enunciado, o peso dado ao discurso imagético é grande, principalmente quando atentamos para a cor preta dos cartazes dos manifestantes e para a vestimenta do personagem que é apanhado pela rede de pesca. Essa cor, segundo a psicologia das cores, tem uma “associação afetiva à: tristeza, desgraça, melancolia, angústia, dor, intriga, renúncia”, reintegrando e produzindo sentido junto às palavras de ordem dos manifestantes contra a mineradora Samarco (Freitas, 2007, p. 6).

Essa é uma estratégia enunciativa de dizer, conceituada por Pinto (1999) como *heterogeneidade mostrada*, conceito trabalhado aqui metaforicamente, em que o sujeito da enunciação reproduz em seu discurso o discurso do outro, sem ausentar-se ou esconder a autoria discursiva - nesse caso, dos manifestantes. Essa estratégia está presente em quase todo o enunciado do programa, como se verifica também na sequência enunciativa de número quatro, descrita no parágrafo que a seguir.

A quarta sequência inicia-se com imagens do rio poluído, de profissionais da Defesa Civil entrando no cercado de uma casa humilde. Essa cena está acompanhada pela voz *off* do enunciadador (Caco Barcellos), que diz: “Os moradores que ainda se recusam a deixar suas casas”. Na sequência, aparece um senhor encostado na parede de frente para funcionários da Defesa Civil, perguntando, com um português falho: “o juiz tem direito de chegar e tirar ‘argemado’ sem matar nem ‘robá’?”

Figura 3 - Senhor sendo indagado pela Defesa Civil



Fonte: Aplicativo Globoplay - Programa Profissão Repórter

É interessante notar nessa sequência que o senhor apresentado na reportagem, mesmo mostrando-se um senhor “humilde”, por meio de suas roupas e do modo de falar, justifica sua insistência em ficar em sua casa, por meio de argumentos que buscam respaldo nas leis e, para ele, na inconstitucionalidade da ação de desocupação (como se essa ação representasse uma injustiça com aquelas famílias),

O posicionamento de câmera utilizada pelo enunciador também produz efeitos de sentido de opressão, tendo em vista que ele está posicionado com as costas na parede - esta remetendo a uma moldura do vídeo -, à esquerda do enquadramento e em segundo plano, enquanto o funcionário da Defesa Civil preenche uma ficha, sem direcionar o seu olhar ao senhor, e um terceiro elemento (uma mulher que está no terceiro plano da imagem) apresenta-se de cabeça baixa, com uma expressão de tristeza.

› ***Enunciador e outros sujeitos discursivos***

Uma das características do contrato proposto por esse programa diz respeito à multiplicidade de representações que tem o enunciador (Profissão Repórter) ao longo da narrativa audiovisual, pois ora se apresenta por meio das falas e *off's* dos jovens repórteres, ora pela voz editor-chefe, Caco Barcelos. Eles atuam discursivamente apresentando seus “olhares” sobre o incidente e suas vivências no processo de produção do enunciado do programa, mas se eximem de opiniões sobre a culpa do desastre ambiental, revelando sempre as vozes de outros para apontar e cobrar a mineradora.

Outra característica diz respeito à forma como são apresentados os sujeitos falados desse discurso. Determinadas vozes que aparecem no início e no fim do enunciado são apresentadas com base na relação emotiva com as comunidades atingidas pela enxurrada, pois são ex-moradores que possuem uma longa relação com o distrito que foi devastado pela lama. A esses sujeitos são atribuídos discursos que buscam soluções para os conflitos, mostrando as dificuldades que passam os moradores e ex-moradores das regiões afetadas.

No minuto 3, a repórter Mariana Fontes caminha com Maria das Graças, Vitor e Mônica até um local da cidade coberto por lama, onde eles tinham uma casa. Enquanto caminham pelas vielas e pelos destroços, a repórter revela que “Maria reconhece cada canto do lugar”, mostrando a relação de pertencimento que tem esse sujeito falado com a cidade destruída.

Tal argumento é reforçado pela fala de Maria das Graças, que chora ao olhar os destroços, e diz: “aqui era a casa da Rosilene, aqui era a casa do Manoel, ali a feira da Alexadra, a feirinha dela, para lá tinha muita casa [...] bem limpinha, tinha as pessoas que cuidavam das ruas, os garis, a gente cuidava da nossa calçada também. Era uma comunidade maravilhosa, era tudo pra mim”.

Na sequência, quando questionada pela repórter sobre quem atribuía a culpa pelo desastre, Maria responde: “a culpa é da Samarco, né?! Porque a gente não construiu casa em área de risco, a gente não construiu casa debaixo da barragem, a barragem foi feita em cima da gente”.

É interessante perceber como foi construída a imagem da empresa Samarco pelo co-enunciador. A voz da empresa aparece apenas uma vez em todo o enunciado, por meio do depoimento de seu gerente de segurança, Álvaro Pereira, gravado em um ambiente que aparenta ser a central de monitoramento da mineradora - porém, essa informação não é explicitada nem por créditos, nem meio da voz *off*.

Álvaro complementa: “depois do dia 5, que aconteceu esse acidente sem precedente, a gente instalou equipamentos que vão muito além do que a legislação exige, nós temos sirenes espalhadas em toda região”. Nesse instante, questionado pela repórter Danielle Zampollo (“esse sistema tinha antes?”), Álvaro responde:

Nós cumprimos integralmente o nosso PAE, que é nosso plano de atendimento a emergência. Nós acionamos o PAE e a comunidade de Bento Rodrigues se deslocou para um lugar seguro, que eles sabiam onde era, se não a gente não tinha encontrado 500 pessoas num local seguro dentro de Bento Rodrigues.

O posicionamento da Samarco é apresentado após um enunciador apresentar Paula como responsável por avisar toda a comunidade sobre o rompimento da barragem. Dessa forma, o enunciador estrategicamente contradiz a fala da Samarco, mediante o depoimento de Paula, que afirma ter avisado as pessoas por meio de gritos, enquanto circulava em sua moto pelas ruas do distrito de Bento Rodrigues.

Outro elemento apresentado é o Rio Doce, que se revela por intermédio das imagens que registram as águas sujas pela lama, os peixes mortos e as falas dos pescadores da região e do pesquisador do Instituto Tamar. O rio é construído de duas formas pelo enunciado: uma como a maior vítima do desastre, pois teve todo o seu leito poluído pela lama dos rejeitos e todas as espécies aquáticas afetadas pelo excesso de ferro; e outra como vilão, pois é o responsável por deixar muitas famílias ribeirinhas sem água potável e por poluir parte da água do mar que fica próximo ao local onde tartarugas raras despejam seus ovos.

Os enunciados trabalham com câmeras como atores ativos das cenas, que invadem os bastidores e desvendam o que antes não poderia ser mostrado para o público, oferecendo novos modos de vivenciar situações. No enunciado analisado, a câmera revela, entre outros momentos, o atolamento do repórter cinematográfico na lama, a experiência da repórter como passageira de uma motocicleta e a reação dos repórteres enquanto entrevistam os personagens.

É interessante observar, ainda, a inquietude e a instabilidade das imagens filmadas no programa, que remetem muito a uma estética cinematográfica do documentário iniciado no Brasil no começo da década de 1960, já denominada por Dziga Vertov em 1923 como *cinema direto* ou *cinema verdade*.

Figura 4 - Câmera como agente discursivo



Fonte: Aplicativo Globoplay - Programa Profissão Repórter

Outra característica que também constitui esse contrato proposto no programa Profissão Reporter diz respeito à trilha sonora, que emprega várias músicas instrumentais que ditam a dinâmica dos cortes de imagem cada plano sequência filmado. Essas trilhas cruzam-se aos termos dos blocos, com as vinhetas do programa, e quase sempre estão associadas aos ruídos

dos ambientes onde acontecem as entrevistas e/ou passagens, gerando um efeito de sentido de retratação do real.

Uma análise do enunciado “O rio que era doce”

O programa analisado tem a duração média de 55 minutos e 30 segundos, divididos em três blocos, assim distribuídos: 22 minutos e 8 segundos pertencem ao primeiro bloco; 23 minutos e 40 segundos, ao segundo; e 8 minutos e 24 segundos, ao terceiro - intercalados por intervalos comerciais e vinhetas do programa.

› **Chamada**

A chamada do programa apresenta enunciados que vão do 0' a 7'. Eles são constituídos com imagens do rompimento da barragem e da onda de lama registrada por cinegrafistas amadores - que ocupam apenas o centro da tela, na vertical, em um fundo azul, remetendo à logomarca do programa - acompanhadas pela voz *off* (do enunciador, Roberto Cabrini) “A onda avermelhada que carrega a morte”.

As imagens são precedidas por mais registros do momento do rompimento da barragem, com gritos de desespero, legendados na tela. Logo após essa sequência, são apresentadas imagens aéreas das casa destruídas e invadidas pela lama, até que Roberto Cabrini aparece no vídeo sentado na carroceria de um veículo, e diz: “essas são as primeiras imagens de um cenário de destruição”.

É interessante atentar para esse trecho do enunciado, pois assim como os títulos das matérias jornalísticas, esse instante da materialidade audiovisual tem a função de atrair o espectador, mostrando o modo como o enunciador apresentará o assunto que lhe foi pautado. Ao utilizar imagens de cinegrafistas amadores, o enunciador gera um efeito de retratação do real, apresentando-se como se estivesse presente no instante em que se deu o fato.

É possível inferir, com base nas falas, nas imagens e na trilha sonora escolhidas pelo enunciador, a defesa de um argumento que remete a um panorama de guerra e destruição, como se a partir daquele momento se fossemos convidados a mergulhar em um cenário de muito sofrimento, guiado pela figura de Cabrini. Esse discurso é reforçado pelos enunciados que se seguem: imagens de uma mulher coberta por lama, dentro de um helicóptero, chorando e gritando “meu neto morreu, meu neto morreu!”

No minuto um (1'), Cabrini caminha em cima de uma laje, que está no meio dos destroços, em direção a um livro que está sujo de lama, então é feito corte de câmera para um *close* no livro, que é folheado por ele, enquanto diz: “Lembranças do ensino de Bento Rodrigues entre os escombros da cidade”. No plano seguinte, aparecem imagens da cidade coberta por lama, e uma voz *off*: “Vilarejos que desaparecem do mapa”.

Tais enunciados geram efeitos de sentidos que levam à total inexistência - a ideia de extinção - daquela comunidade, de modo que o enunciador jornalístico, representado por Cabrini, atua como um arqueólogo que busca, por meio dos vestígios soltos nos escombros, reconstruir a cultura e a memória desse povo atingido pela lama.

› **Enunciador e outros sujeitos discursivos**

Nos enunciados propostos pelo programa Conexão Repórter, o apresentador é Roberto Cabrini, que tem a função de guiar toda a narrativa audiovisual. Nesse ensejo, apresenta-se algumas vezes como inquisidor da empresa Samarco, como é exposto na parte do enunciado em que Cabrini entrevista Álvaro Pereira (gerente de segurança da empresa).

Figura 5 - Roberto Cabrini questionando Álvaro Pereira



Fonte: SBT vídeos - Conexão Repórter

O primeiro sujeito a ser apresentado é a empresa Samarco, por intermédio da voz *off*, que diz: “Uma das maiores mineradoras do mundo e a responsável pelo mar de lama que destruiu Bento Rodrigues”. Ao construir tal enunciado, o enunciador busca fazer com que seja percebido, a partir do seu poder dentro do campo empresarial mundial, mas ao mesmo tempo com a imagem comprometida, por ter a responsabilidade pela destruição de um distrito e, conseqüentemente, pelo maior desastre ambiental do País.

O enunciador constrói a imagem das famílias atingidas pela enxurrada a partir do depoimento de duas mulheres que sobreviveram ao desastre. Esses sujeitos são apresentados por meio do drama familiar que vivem e da impotência diante do poder de destruição da onda de lama, pois as duas tiveram parentes mortos na tragédia. Como exemplo, o sujeito discursivo Darci Francisca Santos (a mulher que aparece coberta por lama no enunciado da chamada), que perdeu seu neto, o menino Thiago, quando a cidade de Bento Rodrigues foi atingida pelos rejeitos.

Figura 6 - Darci Francisca Santos



Fonte: SBT vídeos - Conexão Repórter

No trecho em que aparece a imagem de Darci, é interessante perceber o efeito de sentido trazido pelo enquadramento em primeiríssimo plano, *big-close* ou *superclose*, utilizado em

alguns momentos da entrevista. Esse plano, quando utilizado pelo cinema, busca transmitir as emoções daquele que aparece no filme para o espectador. Dessa forma, o enunciador revela discursivamente as fragilidades e os sofrimentos das vítimas do desastre.

Assim como no enunciado do Profissão Repórter, o Rio Doce aqui é apresentado como um sujeito discursivo, por meio de comparações feitas pelo *off* do enunciador, por imagens do rio antes do desastre, e como ele se encontra no período em que Cabrini o navega.

› *Considerações sobre câmeras e trilha sonora*

As imagens capturadas pelas câmeras do enunciador são estáveis, provavelmente filmadas com o auxílio de tripés, evitando movimentos bruscos, produzindo efeitos de sentido de imagens roteirizadas. Esse tipo de imagem é muito utilizada pelos programas de televisão gravados em estúdio.

As imagens que compõem o enunciado ora servem para exemplificar o que está sendo narrado em *off*, ora são imagens de transição entre partes da narrativa. A câmera exerce uma função testemunhal, que busca comprovar aquilo que é dito pelos sujeitos discursivos.

O enunciado é composto por uma trilha sonora densa, marcada por instrumentos de cordas que remetem a músicas do período clássico, com harmonias em modos menores, gerando efeito de lamento e de desespero. O uso de som direto é a máxima em todo o enunciado, evitando a interferência de ruídos ambientes, exceto quando a entrevista é feita no barco. Essa estratégia reforça a ideia de um enunciador que se posiciona como um observador, que narra e propõe reflexões acerca do tema a que reporta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um cenário midiático cada vez mais concorrido, os programas televisivos buscam, por intermédio de suas estratégias discursivas, conquistar e fidelizar uma audiência. Nesse processo de produção-circulação-consumo dos sentidos, todos os produtos culturais empíricos produzidos passam por duas dimensões que constituem aquilo que Pinto (1999) chamou de *semiose social*.

Essa semiose é atravessada por duas forças: o ideológico e o poder. Pautaremos nossas considerações sobre os enunciados analisados com base no ideológico, ressaltando esse conceito como um mecanismo de funcionamento social, “como um mecanismo formal de investimento de sentidos em matérias significantes” (Pinto, 1999, p. 42).

Dessa forma, o ideológico nada tem a ver com falsa consciência ou deformação do “real”, pois “não se pode qualificar o ideológico como da ordem do falso, do mascarado, da alienação, a não ser que tenhamos, nós mesmos, um discurso absoluto, um discurso que seria a re-produção exata do real” (Verón, 2004, p. 57).

Comparando os enunciados produzidos pelos programas Profissão Repórter e Conexão Repórter sobre o caso do rompimento da barragem de Fundão, podemos observar que os dois se posicionam ideologicamente de maneiras distintas. Enquanto o primeiro busca perceber como estão as famílias após o rompimento da barragem, o segundo assume o papel de “justiceiro”, atribuindo culpas e responsabilidades pelos danos causados.

O Profissão Repórter constrói seu discurso com base na relação de apego e de proximidade que as vítimas possuem com o local destruído, e mostra que mesmo com as dificuldades, elas procuram possibilidades para seguir em frente, morando ainda naquela região. Já o Conexão Repórter posiciona-se discursivamente fundamentado na dimensão do desastre ambiental e da destruição de uma cultura, como se as famílias atingidas não tivessem mais vínculos com as regiões afetadas.

Voltando nosso olhar para o acontecimento, podemos perceber que ambos os discursos relacionam o corrido em uma sequência narrativa lógica, que tenta resgatar em um passado as causalidades do ocorrido, percebendo-o como um fato que irrompe com o cotidiano, que quebra a rotina e, a partir daquele instante, apresenta-se um novo momento (nova era), tanto para as famílias atingidas como para o olhar do brasileiro em relação às mineradoras e às barragens de rejeitos minerais.

Os discursos dos programas apresentam-se, então, como um local de reflexão sobre como podemos lidar com as tragédias, trazendo à tona questões maiores, como a relação homem-natureza e a percepção de um recomeço diante do que muitos poderiam chamar de fim.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(a). **Cadernos de Estudos de Linguística**, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

BAKHTIN Mikhail M. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da ciência da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal**: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNIVAMP, 1996.

CHARAUDEAU, P. **Discursos das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

FAIRCLOUGH, Normam. **Discurso e mudança social**. Unb, 2001.

FREITAS, Ana Karina Miranda de. Psicodinâmica das cores em comunicação. **NUCOM**, ano 4, n. 12, out./dez. 2007. Disponível em: http://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Cor/psicodinamica_das_cores_em_comunicacao.pdf. Acesso em: 27 dez. 2015.

MACHADO, Irene. **Um redirecionamento**: o ponto de vista semiótico. 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/4216947/O_ponto_de_vista_semi%C3%B3tico. Acesso em: 1 jan. 2016.

MAGALHÃES, Izabel. **Textos e práticas socioculturais** - Discursos, letramentos e identidades. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.fflch.usp.br/linhadagua/article/view/35>. Acesso em: 4 abr. 2015.

MARIZ, Candida Lemos França. Contrato de leitura: um estudo da especificidade do discurso dos meios de comunicação impressos. **UNAR**, Araras, SP, v. 2, n. 1, p. 43-54, 2008. ISSN 1982-4920. Disponível em: http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol2_n1_2008/7_contato_de_leitura.pdfAcesso em: 1 jan. 2016.

MELO, Cristina Teixeira Vieira. **O documentário como gênero audiovisual**. 2002. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/download/24168/14059. Acesso em: 18 set. 2014.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PINTO, Milton J. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. Hackers Editores, 1999.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *In*: Trajectos. **Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa: ISCTE: Casa das Lestras, n. 6, 2005.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes, 2011.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.



edufpi